

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
Teoria Literária e Crítica da Cultura

ROSEMARY MARIA DO AMARAL

LIVRO-ARQUIVO, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO: A PARTIR DE
MEMÓRIAS DE OLIVEIRA

Linha de pesquisa: Literatura e Memória Cultural
Orientadora: Prof^ª. Dr.^a. Maria Ângela de Araújo Resende

São João del-Rei

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI

Teoria Literária e Crítica da Cultura

ROSEMARY MARIA DO AMARAL

**LIVRO-ARQUIVO, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO: A PARTIR DE
MEMÓRIAS DE OLIVEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa: Literatura e Memória Cultural

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Ângela de Araújo Resende

São João del-Rei

2025

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

A4851 Amaral, Rosemary Maria do.
 LIVRO-ARQUIVO, UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO: A
 PARTIR DE MEMÓRIAS DE OLIVEIRA / Rosemary Maria do
 Amaral ; orientadora Prof^a. Dr^a. Maria Ângela de
 Araújo Resende. -- São João del-Rei, 2025.
 140 p.

 Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
 Letras) -- Universidade Federal de São João del-Rei,
 2025.

 1. Livro-arquivo. 2. Arquivo. 3. Memória
 individual. 4. Memória coletiva. 5. Memorialista. I.
 Resende, Prof^a. Dr^a. Maria Ângela de Araújo, orient.
 II. Título.

Rosemary Maria Do Amaral

Livro, arquivo, um conceito em construção a partir de narrativas e memórias

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
MARIA ANGELA DE ARAUJO RESENDE
Data: 15/04/2025 14:58:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Maria Ângela de Araújo Resende – UFSJ
(Presidente/Orientadora)

Profª Drª Kelen Benfenatti Paiva – IF SUDESTE MG

(Titular Externa)

Documento assinado digitalmente
KELEN BENFENATTI PAIVA
Data: 24/04/2025 09:25:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Eliana da Conceição Tolentino – UFSJ

(Titular Interna)

Documento assinado digitalmente
ELIANA DA CONCEICAO TOLENTINO
Data: 20/04/2025 21:05:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª Drª Miriam de Paiva Vieira

Coordenadora do PPG em Letras

Março de 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
SISTEMA INTEGRADO DE PATRIMÔNIO,
ADMINISTRAÇÃO E CONTRATOS

FOLHA DE ASSINATURAS

Emitido em 16/06/2025

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 16/2025 - PROMEL (13.20)

(Nº do Protocolo: 23122.019674/2025-63)

(Assinado digitalmente em 16/06/2025 14:37)

MIRIAM DE PAIVA VIEIRA
PROFESSOR DO MAGISTÉRIO SUPERIOR
DEPLAC (12.21)
Matricula: ###010#0

Visualize o documento original em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/> informando seu número: **16**, ano: **2025**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **16/06/2025** e o código de verificação: **0dc6a6735a**

AGRADECIMENTOS

Agradecer, essa palavra deveria fazer parte da essência do ser humano, pois, o que é um sem o outro, o que sou eu sem você?

Eu não sou eu, sem Deus;

Eu não sou eu, sem família;

Eu não sou eu, sem amigos;

Eu não sou eu, sem os outros;

Ninguém vive sozinho, precisamos um do outro, precisamos do aval do outro, precisamos da aprovação um do outro.

Assim se eu não sou eu sem o outro, assim é preciso agradecer,

Agradecer a ajuda;

Agradecer a cumplicidade;

Agradecer a mão amiga;

Agradecer a quem socorre;

Agradecer a quem permanece ao lado;

Agradecer a quem olha por nós;

Agradecer a quem se foi;

Agradecer a quem passou pelo caminho;

Agradecer a quem ficou;

Nesse mundo da gratidão somos pontinhos que se completam e formam o todo, de um mundo perfeito e melhor. Existe o perigo de esquecer de alguém no mundo da gratidão, porém não citar a quem se deve agradecer e ingratidão, um vil pecado que não se pode cometer, assim nesse fim de ciclo refletindo sobre a gratidão, lembro-me de agradecer:

a meus pais, pela luta diária;

aos meus irmãos pelo companheirismo;

a minha filha Bianca pelas trocas nas aulas do mestrado;

a meu marido Herleson pelas ideias e suporte emocional;

ao PROMEL, na pessoa de Maria Ângela, minha orientadora;

a E. E. Professor Pinheiro Campos, onde leciono, na pessoa de Júlio Cesar, que me auxiliou na licença para o mestrado;

aos amigos Ailton, secretário do mestrado de história, Beto da “Estação Cultural” e Bruno Martins (professor e doutorando em história), pelas trocas de ideias tão importantes e presença sempre constantes;

aos membros da banca, pela disponibilidade;

enfim a todos que acabei cometendo o vil pecado de não citar nominalmente, mas torceram, se preocuparam e sempre estiveram comigo.

Ao lembrar de tantas pessoas, lembro do muito que tenho a agradecer e principalmente que eu, não sou eu, sem todos vocês.

Este trabalho é dedicado à minha família, especialmente aos meus pais, que tanto se esforçaram para nos proporcionar o melhor, ao Herleson (Xerém), meu marido, e à Bianca, minha filha e colega de mestrado.

Sabe, gente
É tanta coisa pra gente saber
O que cantar, como andar, onde ir
O que dizer, o que calar, a quem querer
Sabe, gente
É tanta coisa que eu fico sem jeito
Sou eu sozinho e esse nó no peito
Já desfeito em lágrimas que eu luto pra
esconder ...

Gilberto Gil

RESUMO

A presente dissertação apresenta a investigação de três obras relacionadas à cidade de Oliveira: **Notas Sobre o Município de Oliveira** (1882), **Recordações de Oliveira** (1950) e **História de Oliveira** (1961), escritas respectivamente por Francisco de Paula Leite e Oiticica (*02/04/1853 +15/07/1927), José Demétrio Coelho (*02/07/1889 +22/07/1955) e Luís Gonzaga da Fonseca (*09/10/1911 +11/12/1995). Escritas por autores com formações diversas, que transitam entre a história, a literatura e a memória, utilizando diferentes estilos textuais, como a crônica, a prosa e o relato histórico. As obras abordam diferentes períodos da história da cidade e exploram aspectos físicos, sociais, políticos e culturais. A partir da apresentação das obras associadas a um estudo embasado nas teorias sobre literatura, memória, micro-história e arquivos, tenta-se demonstrar que certos livros podem ser considerados como “livro-arquivo”, ou seja, podem ser utilizados como fontes arquivísticas, uma vez que, pesquisas são realizadas a partir deles. Atualmente, muitos não recorrem aos arquivos para pesquisar, sendo o livro utilizado como fonte para tal.

PALAVRAS-CHAVE: Livro-arquivo, memória individual, memória coletiva, narrativas, arquivo, memorialista.

ABSTRACT

This dissertation investigates three works related to the city of Oliveira: **Notas Sobre o Município de Oliveira** (1882), **Recordações de Oliveira** (1950), and **História de Oliveira** (1961), written respectively by Francisco de Paula Leite e Oiticica (*April 2, 1853 – July 15, 1927*), José Demétrio Coelho (*July 2, 1889 – July 22, 1955*), and Luís Gonzaga da Fonseca (*October 9, 1911 – December 11, 1995*). Authored by individuals with diverse backgrounds, these works navigate the intersections of history, literature, and memory, employing various textual styles such as chronicles, prose, and historical narratives. They address different periods of the city's history and delve into its physical, social, political, and cultural aspects. Through the analysis of these works, grounded in theories of literature, memory, microhistory, and archival studies, this research seeks to demonstrate that certain books can be classified as "archive books." These works can function as archival sources, given their current use in research. In many cases, researchers rely on these books instead of consulting traditional archives, making the books themselves valuable sources of historical inquiry.

KEYWORDS: Archival book, individual memory, collective memory, narratives, archive, memoirist.

LISTA DE SIGLAS

ACINOL - Associação Comercial Industrial Agropecuária e de Serviços de Oliveira

BBC - *British Broadcasting Corporation* (Corporação Britânica de Radiodifusão)

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais.

CEMM - Centro de Estudos Murilo Mendes

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

FGV - Fundação Getúlio Vargas.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

IEB - Instituto de estudos brasileiros

PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: August François César Prouvençal de Saint-Hilaire.	20
Figura 2: Mapa Município de Oliveira de 1924.	22
Figura 3: Capa do livro, fotografia do xerox do livro	25
Figura 4: Francisco de Paula Leite e Oiticica (*02/04/1853 +15/07/1927)	26
Figura 5: Fachada do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil.	28
Figura 6: Estação Ferroviária de Oliveira	31
Figura 7: José Demétrio Coelho (*02/07/1889 +22/07/1955)	35
Figura 8: Capa do livro Recordações de Oliveira	37
Figura 9: Capa do Livro História de Oliveira	41
Figura 10: Luís Gonzaga da Fonseca (*09/10/1911 +11/12/1995), recorte da Revista Vida dos Municípios.....	45
Figura 11: Imagem criada por inteligência artificial, a partir da descrição retirada do livro de Leite e Oiticica (1882) na página 09.....	67
Figura 12: Praça XV de Novembro - 1880 - Oliveira-MG, Acervo Júlio Lima	84
Figura 13: Acendedor de lampiões - Sem data - Oliveira-MG, Acervo Júlio Lima	84
Figura 14: Praça XV de Novembro – final de 1880 início de 1900 - Oliveira-MG....	109
Figura 15: Entrada da cidade, ponte sobre Córrego Maracanã – sem data – Oliveira-MG	109
Figura 16: Entrada da cidade, pouco acima do Córrego Maracanã, mostrando rua de cima e rua direita nos anos 1970 - sem data - Oliveira-MG.....	110
Figura 17: Entrada da cidade, pouco acima do Córrego Maracanã, outro angulo mostrando rua de cima e rua direita nos anos 1990 - sem data - Oliveira-MG	110
Figura 18: Inauguração da Praça Mãe dos Homens - Centro de Oliveira/MG.	115

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cronologia da criação dos principais arquivos ligados à memória	95
--	----

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO.....	8
ABSTRACT	9
LISTA DE SIGLAS.....	10
LISTA DE FIGURAS	11
LISTA DE TABELAS.....	12
SUMÁRIO.....	13
INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	17
Literatura e História.....	17
1 - Notas Sobre o Município da Oliveira.....	24
2 - Recordações de Oliveira.....	34
3 - História de Oliveira	40
4 - História e Literatura	46
CAPÍTULO II.....	51
Literatura, Micro-história e Memória.....	51
1 - A micro-história e literatura	51
2 - A memória na história e na literatura	67
CAPÍTULO III	91
O Livro-Arquivo.....	91
1 - Breve Trajetória dos Arquivos Pessoais Literários no Brasil:	93
2 - Entre Arquivo Pessoal e Livro-Arquivo, um diálogo com Terry Cook.....	98
3 - O Tempo e o Espaço	105
4 - As dimensões do livro-arquivo	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS	136

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado pretende investigar as obras: **Notas sobre o município de Oliveira (1882)**, **Recordações de Oliveira (1950)** e **História de Oliveira (1961)**. Todas discorrem sobre a cidade de Oliveira e foram escritas em períodos distintos, correspondentemente por Francisco de Paula Leite e Oiticica (*02/04/1853 +15/07/1927), José Demétrio Coelho (*02/07/1889 +22/07/1955) e Luís Gonzaga da Fonseca (*09/10/1911 +11/12/1995).

O primeiro dos escritores, Francisco de Paula Leite e Oiticica, através de um português mais rebuscado, formal, quase arcaico, descreve Oliveira em seus aspectos físicos, com pitadas de histórias, tendo destaque especial para a instalação da ferrovia na cidade. O segundo livro, **Recordações de Oliveira**, de José Demétrio Coelho (1950), como o próprio nome indica, é um livro que traz memórias e recordações do autor em relação ao período em que viveu no município. Assim, numa linguagem que lembra a crônica, e de caráter saudosista, expõe memórias e relatos sociais, bem como aspectos diversos relacionados à Oliveira. A terceira, e última obra analisada, **História de Oliveira (1961)**, narra aspectos gerais da cidade, desde seu surgimento até 1961, ano do centenário de emancipação político-administrativa da cidade. Seu autor, Luiz Gonzaga da Fonseca (1961), com a preocupação de construir uma história total, tratou de aspectos gerais, incluindo questões físicas, econômicas, sociais, políticas, culturais etc.

Para a análise das obras, torna-se necessário uma investigação teórica mais detida das linhas que permeiam as questões da literatura, da memória e da historiografia a respeito da micro-história, além da investigação em relação aos arquivos enquanto fontes repositórias do passado, bem como do livro enquanto fonte e instrumento arquivístico. A partir de autores como: Burke (1992), Certeau (1982), Cunha (1909), Eagleton (2006), Espada Lima (2006), Le Goff (1990), Vaz (1922), Saint-Hilaire (2004), Chagas (1994), Cook (1998), Belloto (2004), Marques (2007), Pimenta (2012), Braga (2016), Ginzburg (2007), Pollak (1989) etc., se constitui a base teórica para o entendimento das obras que dão voz aos autores que contribuíram ao registrar momentos histórico-literários da cidade de Oliveira.

No primeiro capítulo, será realizado o exame individualizado das obras que compõem o corpus do trabalho. Contextualizar os livros em relação ao tempo e ao espaço de sua escrita, bem como proceder a uma apreciação histórico-literária, será essencial. O estudo das obras subsidiará as questões que surgirem ao longo da pesquisa. O arcabouço obtido com o trabalho

a partir desse apanhado literário poderá mostrar se os caminhos escolhidos para a realização da pesquisa, de fato, auxiliam no esclarecimento dos questionamentos que permeiam a investigação.

No segundo capítulo, o estudo sobre a memória se torna um importante viés no estudo, pois a subjetividade leva cada um a escolher aquilo que lhe interessa guardar. Trabalhar com a memória é trabalhar com a análise de escolhas que podem ter sido feitas inconscientemente pelos autores. De acordo com Le Goff (1990), a memória tem dois *status*, o da memória coletiva e o da memória individual. Tanto uma quanto a outra estão presentes no estudo proposto, uma vez que os livros pesquisados foram construídos a partir de memórias, ora da memória individual de seus autores, ora da memória coletiva da cidade. A memória, de maneira geral, forma a base para construção de escritas, textos e notícias veiculadas no meio social. Ainda no segundo capítulo, o estudo da micro-história poderá denotar a importância das “histórias vindas de baixo”. Ao longo da história, percebeu-se a necessidade de valorizar os fatos a partir de uma escala menor, sendo de extrema importância dar voz aos fatos e às pessoas comuns. A partir dos estudos historiográficos sobre micro-história, ou *microstoria*¹, será possível “revelar dimensões inesperadas dos objetos e, com sorte, perturbar convicções arraigadas no domínio da história” (Espada Lima, 2006, p. 14). Aliar história e literatura corrobora a ideia de Eagleton (2006) quando diz que “A distinção entre “fato” e “ficção”, portanto, não parece nos ser muito útil, e uma das razões para isso é que a própria distinção é muitas vezes questionável” (Eagleton, 2006, p. 2), uma vez que “se a ‘literatura’ inclui muito da escrita ‘factual’, também exclui uma boa margem de ficção” (Eagleton, 2006, p. 2), podendo-se perceber que tanto a literatura quanto a história lançam mão dos fatos.

No terceiro capítulo, uma investigação teórica quanto aos arquivos e quanto aos livros como arquivos será o ponto principal da dissertação. Nesse capítulo final, as obras que compõem o corpus da pesquisa serão tratadas como peças arquivísticas, já que são utilizadas como um instrumento de guarda de memórias e de conhecimento do passado da cidade. O livro enquanto instrumento de arquivo, no contexto aqui proposto, é uma importante fonte para pesquisas. Ademais, quando o texto, tanto histórico quanto literário, se torna público e passa a fazer parte do conhecimento popular, conseqüentemente se torna uma fonte arquivística, ou seja, mais um instrumento para o pesquisador. Quando esse livro trata de fatos e de vivências de uma sociedade, de uma comunidade ou de uma coletividade, a probabilidade de se entendê-lo como peça arquivística é ampliada.

¹ Termo italiano utilizado no surgimento das discussões sobre o tema.

No intuito de não se ter apenas um reconto das três visões de Oliveira, lança-se mão de pesquisas que serão desenvolvidas em torno da literatura, da memória, da micro-história e dos arquivos. Essa dinâmica levará à contextualização das obras referentes ao município de Oliveira frente à historiografia e à literatura da região do interior das Minas Gerais, demonstrando a importância da interlocução entre essas áreas do conhecimento e da influência recebida pela literatura em relação à memória, à história e à tradição local/regional.

A construção de um novo conceito, como o da obra literária vista como “livro-arquivo”, é um desafio a ser percorrido ao longo da pesquisa. Para tanto, aprofundar os estudos quanto aos vários tipos de arquivo é fundamental, assim como é premissa importante a discussão do conceito de fonte arquivística e do enquadramento do livro memorialístico como tal.

Algumas perguntas nortearão as investigações, sendo elas apontamentos como: quais implicações históricas ou sociais podem ser observadas nas obras e como sua interlocução com as questões dos estudos arquivísticos e memoriais, na região de Oliveira, poderão elucidar pontos ainda obscuros ao longo da história literária que compõe o mundo acadêmico oliveirense. Sabe-se que o município é alvo de muitas pesquisas de diversificados assuntos, mas uma pesquisa que envolva a história e a literatura do município é algo inédito para as bandas da Picada de Goiás². As questões propostas nos objetivos servirão para balizar e para manter a coerência do estudo, que poderá se tornar relevante para pesquisadores e para a sociedade intelectual e acadêmica da região oliveirense. Enfim, uma dissertação contendo uma análise teórica e o estudo das antigas obras que tratam sobre Oliveira se reverterá em mais uma fonte repositória para os arquivos locais, bem como novo instrumento literário.

² Nome dado à região por onde passavam as estradas que levavam a Goiás.

CAPÍTULO I

Literatura e História

Para contextualização das obras **Notas Sobre o Município da Oliveira (1882)**, **Recordações de Oliveira (1950)** e **História de Oliveira (1961)**, escritas respectivamente por Francisco de Paula Leite e Oiticica (*02/04/1853 +15/07/1927), José Demétrio Coelho (*02/07/1889 +22/07/1955) e Luís Gonzaga da Fonseca (*09/10/1911 +11/12/1995), torna-se relevante conhecer um pouco sobre a localidade a que ambas se referem. Assim, é importante saber sobre a urbe Oliveira, uma cidade pequena do interior de Minas Gerais, localizada no Centro Oeste, a 159 km da capital mineira, Belo Horizonte³, com população aproximada de 40 mil habitantes⁴. Sua produção histórico-literária ajuda a desvendar aspectos da memória, da cultura e da tradição, pertinentes não apenas ao município, mas à mesorregião Oeste de Minas Gerais⁵. A mesorregião Oeste está subdividida em 5 (cinco) microrregiões, cada uma delas tem uma cidade central, que também nomeia a microrregião; Oliveira dá nome a sua microrregião que é composta por 9 (nove) cidades. A mesorregião Oeste de Minas, juntamente com a mesorregião do Campo das Vertentes, integra uma das regiões mais importantes para o auge do período das descobertas do ouro. Não sendo lugar de terras auríferas, o município se tornou lugar de passagem e surgiu devido a sua privilegiada localização.

Os primeiros colonizadores da província de Goyaz, em demanda das paragens das quaes havia notícia de que possuíam ouro e brilhantes, abrirão uma picada por onde transitavam as tropas do seu commercio. Attrahidos, não se sabe ao certo, se pela bondade da água que jorra das suas fontes naturaes, se pela belleza da localidade ou pela salubridade dessa collina, fazião na chapada pequena, formada por três morros, a leste, norte e sul e uma esplanada a oeste, ponto de pouso às tropas, e denominavão a esse lugar “a picada de Goyaz”. Os primeiros annos da vida da cidade da Oliveira, séde do município, estão envoltos nas sombras de um passado longinquo, do qual resta apenas este nome. (Leite e Oiticica, 1882, p. 15)⁶

Nome que muitos na atualidade ainda acham, erroneamente, ter surgido devido a plantação de

³ Disponível em <https://www.google.com/search?q=dist%C3%A2ncia+de+oliveira+a+belo+horizonte&oq=dist%C3%A2ncia+de+Ol&aqs=chrome.1.69i57j0i512l9.8554j0j15&sourceid=chrome&ie=UTF-8>, acesso em 14/09/2023.

⁴ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/oliveira.html>, acesso em 25/06/2024.

⁵ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_de_Minas_Gerais#Mesorregi%C3%A3o_do_Oeste_de_Minas, acesso em 14/09/2023.

⁶ Optamos por manter a ortografia original em todos os fragmentos transcritos ao longo desta dissertação.

... árvores de oliva existentes na chácara duma antiga herdade outrora situada no ponto onde se ergue a Escola Normal.

Ora, essas árvores, poucos exemplares apenas, não eram nativas, para desde o início identificarem assim a localidade. E, se foram aqui plantadas, posteriormente às primeiras tentativas de colonização...

[...]

O nome é, por conseguinte, anterior a plantios.

E, mesmo que fosse oriundo das ditas árvores de oliva, o nome deveria ser então Oliveiras, e não Oliveira. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 61 e 62)

Como é comumente chamada por aqueles que não conhecem o município, a princípio quando se informa o nome da cidade, as pessoas tendem a achar que o nome correto é “Oliveiras”, até que entendem que o correto é Oliveira. Existem outras duas versões mais plausíveis para o nome da cidade, sendo elas:

OLIVEIRA, FILHA DUMA PAIXÃO?

[...]

... apareceu um moço que trazia nos olhos uma profunda onda de tristeza e desencanto.

Manuel de Oliveira vinha em busca de novos destinos para o curso de sua vida que acabava de sofrer uma caprichosa reviravolta. Era filho de colonos portugueses. Oriundo talvez duma vasta “família Oliveira” já largamente espalhada pelo território mineiro em plena fase colonial.

Esse moço e seu irmão mais velho haviam-se estabelecido em Brumado (Entre-Rios). Na mesma terra, donde, como vimos, tinham vindo os primeiros donos de sesmarias e fazendas no Campo Grande da Picada de Goiás.

Laboriosos e unidos, os dois irmãos começaram a prosperar. E já se viam donos de muitas posses, quando acontece apaixonarem-se ambos por uma mesma donzela. Não tardou que um ficasse sabendo das preferências sentimentais do outro. E já estava iminente uma violenta ruptura entre ambos, quando o mais velho, avisado e prudente, assim falou a Manuel:

– Meu Irmão. Como mais velho, devo propor uma solução pacífica para este caso. Até aqui, tudo nos andou bem. Mas uma mulher entrou em nossa vida para nos afastar um do outro. Proponho que te cases com ela, que, da minha parte, procurarei outro destino.

O mais jovem sentiu-se tocado pela generosa renúncia daquele gesto nobre. E respondeu:

– Não. Tu é que deves casar-te com ela. És mais velho, mais poderoso e tens, pela idade, mais direito do que eu. Ela é tua. Da minha parte, já sei que rumo deverei tomar.

Dito e feito. Ao alvorecer do dia seguinte, o jovem Oliveira já tinha desaparecido. Uma caravana a caminho do Oeste, e ei-lo enfim no rancho, à margem da Picada de Goiás, atizando o foguinho na tripeça, cá nestas paragens remotas, à sombra do Diamante. Que lhe restava agora fazer? Seguir para Goiás ou ficar ali no lugarejo nascente?

Agradando-se talvez do panorama, dos seus ares e das suas águas — ou mesmo a convite dos sesmeiros que eram também de Brumado e cujo interesse era povoar depressa estas terras —, o moço resolveu ficar. Domiciliou-se ali ao pé da serra verdejante, frente às colinas arredondadas, propícias à meditação.

Foi-lhe entregue a direção de um dos pousos locais. Tendo-o adaptado melhor às necessidades dos que passavam, tornou-se em breve o pouso favorito de quantos, indo ou vindo, por aí transitavam.

E, assim, foi ficando conhecido e procurado o “rancho do Oliveira”, o primeiro hotel desta cidade de hotéis.

– Toca a mula ruana, menino! Devemos pernoitar hoje no “rancho do Oliveira”.

E os viajores iam passando, e o rancho ia crescendo com a família do novo estalajadeiro. Sim; o jovem Oliveira encontrara novo amor e constituíra aqui seu lar: o primeiro lar da terra oliveirense.

Quando a morte lhe veio cerrar os olhos, ficava-lhe no lugar uma dinâmica substituta, na pessoa de Maria de Oliveira, descendente do extinto, ou talvez sua viúva.

Assumindo a direção da estalagem, Maria de Oliveira aumentou-a e melhorou-a.

– Pousaremos hoje no “Rancho da Oliveira”.

– Vamos tocar firme para alcançar o “pouso da Oliveira”!

E, fitando, cansado, as distâncias perdidas, quanto viajor exausto não suspirou por esse “rancho da Oliveira”, depois arraial da Oliveira, vila da Oliveira, cidade da Oliveira, ou modernamente, de Oliveira. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 63 a 65)

A outra versão mais simples diz respeito a uma crença católica:

Uns o querem nascido da Padroeira: Nossa Senhora de Oliveira. E o sábio Saint-Hilaire, que por aqui passou há mais de 150 anos, parece endossar essa versão, dizendo já naquela época:

“*Oliveira, ou Nossa Senhora da Oliveira, onde passei a noite, etc.*” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 59)

Auguste François César Prouvençal de Saint-Hilaire, mais conhecido como Saint-Hilaire, foi botânico e naturalista. Esse estudioso e viajante, nascido em 1779, chegou ao Brasil em 1816⁷ e passou por vários Estados brasileiros, deixando suas impressões sobre cada lugarejo, arraial, vila ou cidade anotadas em seu diário, que posteriormente se transformou em livros.

Trotando pacientemente no lombo de burricos e estudando a flora brasileira, esse sábio ia, ao mesmo tempo, assinalando na sua “Voyage aux sources du rio S. Francisco et dans la province de Goyaz”, observações finas sobre economia, etnologia e costumes das antigas povoações do interior. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 31)

De acordo com Gonzaga da Fonseca (1961), Saint-Hilaire “aos 40 anos de idade, percorreu, palmo a palmo, quase todo o território brasileiro, estudando-lhe a terra e a flora...” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 77). Apenas duas imagens do viajante são encontradas com mais facilidade, sendo uma delas a seguinte:

⁷ Disponível em: <https://www.jornalja.com.br/cultura/a-viagem-de-saint-hilaire-um-olhar-critico-sobre-o-rio-grande-do-sul/>, acesso em 26/06/2024.

Figura 1: August François César Prouvençal de Saint-Hilaire⁸.



Fonte: F. Bouazzat, MNHN.

O estudioso passou por Oliveira quando ainda era freguesia e “... a vila de São José, ... pertencia Oliveira desde 1752” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 83). Sobre o arraial, Gonzaga da Fonseca (1961) registra que Saint-Hilaire “Confessa que encontrou em Oliveira um punhadinho de casas baixas e quase todas fechadas e despovoadas.” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 31), o autor ainda expõe em *itálico* nas páginas de seu livro o seguinte registro:

Oliveira, ou Nossa Senhora da Oliveira, onde passei a noite é uma das sucursais de São José...

... está situada no meio de morros, sobre o dorso de uma colina cujo cume é muito achatado. Compõe-se de duas ruas, das quais a principal é muito larga. A maior parte das casas que a marginam não tem mais do que o rés do chão; mas são bastante grandes para o país, e cobertas de telhas. Em geral são caiadas e têm portas e janelas pintadas de amarelo com uma moldura rósea, o que, no meio de paredes brancas, produz um efeito muito agradável.

Grande parte dessas casas, e mesmo das mais bonitas, só são habitadas no domingo: pertencem a proprietários que passam a vida nas suas fazendas e não vão à vila sinão nos dias de missa obrigatória. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 76 e 77)

Apesar de não especificar que o texto é uma citação do livro **Viagem às Nascentes do Rio São Francisco**, parece ser, por estar em *itálico*, citação literal de Saint-Hilaire (2004). No

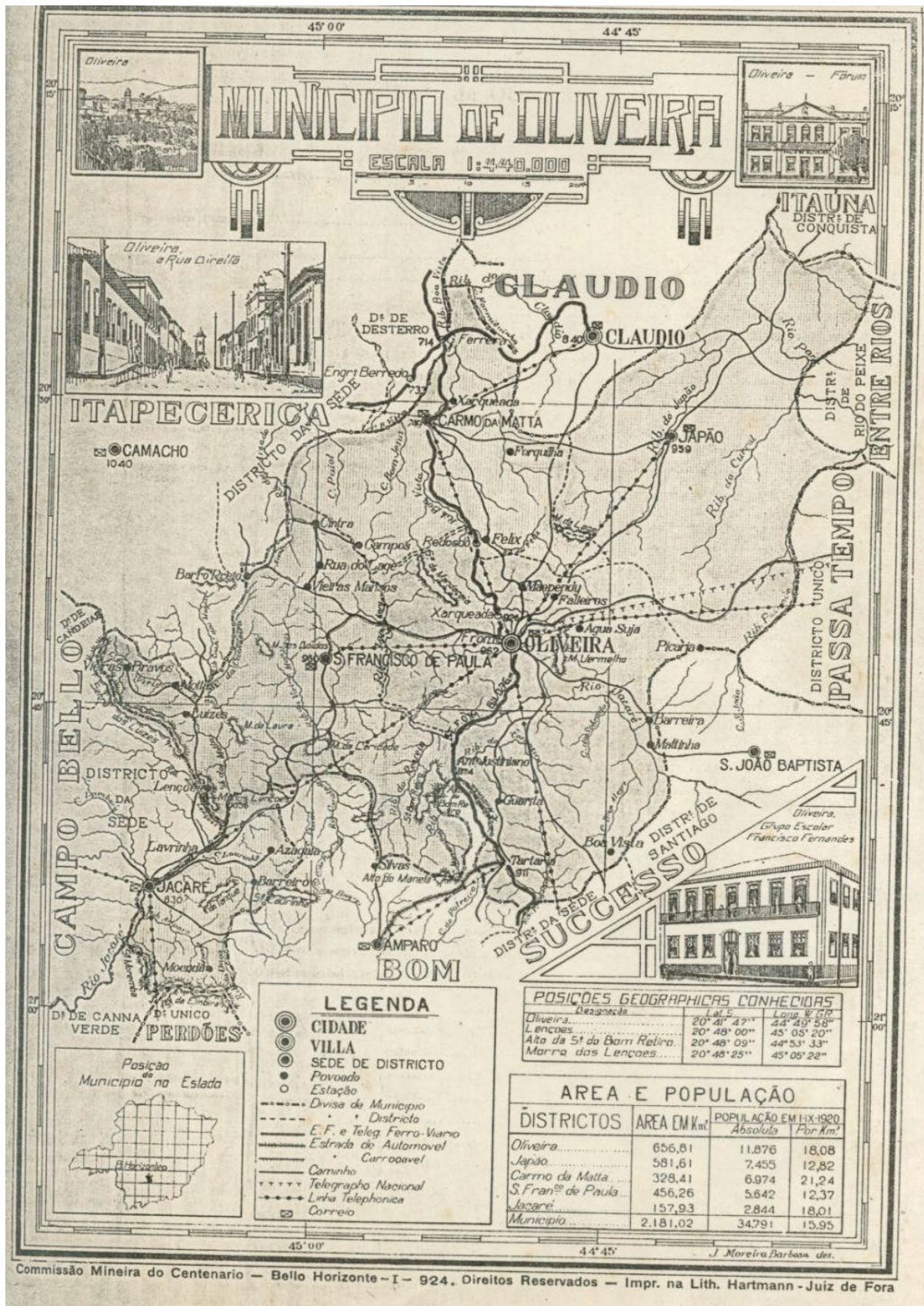
⁸ Disponível em: <https://blog.cria.org.br/2013/07/o-herbario-virtual-de-saint-hilaire.html>, acesso em 26/06/2024

entanto, averiguando o referido livro, da Editora Itatiaia, com tradução de Regina Regis Junqueira, 2ª edição de 2004, percebe-se que existem diferenças na formação das frases. Assim, pode ser que a versão utilizada por Gonzaga da Fonseca (1961) seja um pouco diferente e que ele tenha feito uma citação *ipsis litteris*, ou ainda, pode ser que o tenha parafraseado. Porém, o importante é o contexto da citação. Na descrição, Saint-Hilaire informa que os habitantes não moravam em tempo integral nas suas casas do arraial, corroborando a ideia do crescimento de Oliveira devido às fazendas que foram surgindo na região pela concessão de sesmarias. O costume de ir à cidade apenas nos dias de missa obrigatória foi mudando ao longo do tempo. O município se desenvolveu, se tornou ponto de confluência de vários caminhos, especificidade observada por Saint-Hilaire

De fato, várias estradas importantes passam pelo lugarejo: a que vai de Barbacena ao Arraial de Formiga, a que liga a região do Rio Grande à cidade de Pitangui, a que vai do Rio de Janeiro e São João Del Rei a Goiás, a de Vila da Campanha a Formiga, etc. (Saint-Hilaire, 2004, p. 85)

Saint-Hilaire passou por Oliveira no início do século XIX, próximo de sua elevação a cidade, que ocorreu em 1861. Após sua emancipação, Oliveira chegou a ter muitos distritos. O mapa abaixo, com data de 1924, comprova que durante muito tempo algumas cidades circunvizinhas, como Carmo da Mata, São Francisco de Paula e Japão (hoje Carmópolis), antes de se emanciparem, foram distritos pertencentes a Oliveira. Detalhe interessante é que no mapa o único distrito que atualmente pertence a Oliveira, São João Batista, está fora de sua delimitação, pertencendo, assim, nesse período, ao município de Bom Sucesso.

Figura 2: Mapa Município de Oliveira de 1924.



Fonte: Acervo do Setor de Patrimônio Cultural-SEPAC, da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo de Oliveira.

O crescimento do município não tardou. Ser sede de alguns distritos auxiliou, com certeza, no desenvolvimento de sua economia e do seu comércio, sendo o município referência na região e servindo como entreposto comercial para distribuição de mercadorias. A cultura também floresceu, a cidade tinha banda de música se apresentando em comemorações ao ar livre, biblioteca, teatro, jornal impresso; em certo momento surgiu até um clube literário, onde “Precedendo às partidas dançantes, no fim de cada mês, ouvia-se uma palestra literária e, por isso, tivemos ocasião de ouvir Belmiro Braga, Abílio Barreto, Corgosinho Filho e outros.” (Demétrio Coelho, 1950, p. 39).

Na atualidade, quanto às questões literárias, Oliveira tem boa produção de contos, crônicas, versos e poemas que se destacam com produções independentes de autores menos renomados, considerados cidadãos comuns. O autor de maior reconhecimento em nível nacional é, sem dúvida, Olavo Romano, membro da Academia Mineira de Letras, escritor de contos e causos, produzidos a partir da sua vivência em Oliveira, onde passou parte de sua infância e juventude em Morro do Ferro, distrito do município, local em que nasceu, viveu boa parte de sua infância e mantém fortes vínculos, que estão expostos em seus causos e contos. Olavo Romano, quando citado nesta dissertação, ainda em fase de produção deste capítulo para a qualificação, encontrava-se vivo e bem de saúde. No entanto, em 16 de novembro de 2023, por complicações de saúde, o autor faleceu.

Ao longo dos anos 2000, destacaram-se os projetos “Movimento Pró-resgate do Autor Inédito, Anônimo e Esquecido”, iniciado em 1999 e o “Movimento de Resgate do Autor Inédito e Anônimo” em 2006, que publicou livros de 16 autores. Esse projeto ampliou a produção literária na década de 2000, trazendo a conhecimento popular o que se pode chamar de “escritas de gaveta”, ou seja, produções de pessoas comuns, cujo sonho era ter seu texto publicado em livro e exposto à comunidade. Assim, essas pessoas passaram a ser conhecidas como autoras, com reconhecimento e relevância no campo da literatura municipal. O autor dos dois projetos, Márcio Almeida⁹, é poeta, crítico literário, jornalista, membro efetivo da Comissão Mineira de Folclore e autor de mais de 40 livros. Em Oliveira, é reconhecido principalmente por ser idealizador do livro **História Contemporânea de Oliveira: 1961 a 2011**. Esse último conta aspectos da história local, compreendendo um espaço temporal de 50 anos, dando, assim, sequência a obra **História de Oliveira** (objeto de pesquisa desta dissertação), publicada em 1961. **História Contemporânea de Oliveira: 1961 a 2011**, diferente de seu antecessor, foi um livro, desde sua concepção, pensado para ser escrito a várias mãos, portanto fizeram parte da

⁹ http://www.antoniomiranda.com.br/iberoamerica/brasil/marcio_almeida2.html acesso em 15/03/2023

equipe de autores 10 pessoas: os idealizadores Márcio Almeida e João Bosco Ribeiro; e os autores Antônio Claret Salgado Maia, Carlos Alberto da Silva, Celma Vargas Kadour Andrade, Eduardo Ribeiro Martins, Heraldo Tadeu Laranjo Mendonça, Saulo Mendonça Marra Jr., Sirlei Clécio da Silveira, Vanessa Borges de Oliveira e a mestrande desta dissertação, Rosemary Maria do Amaral.

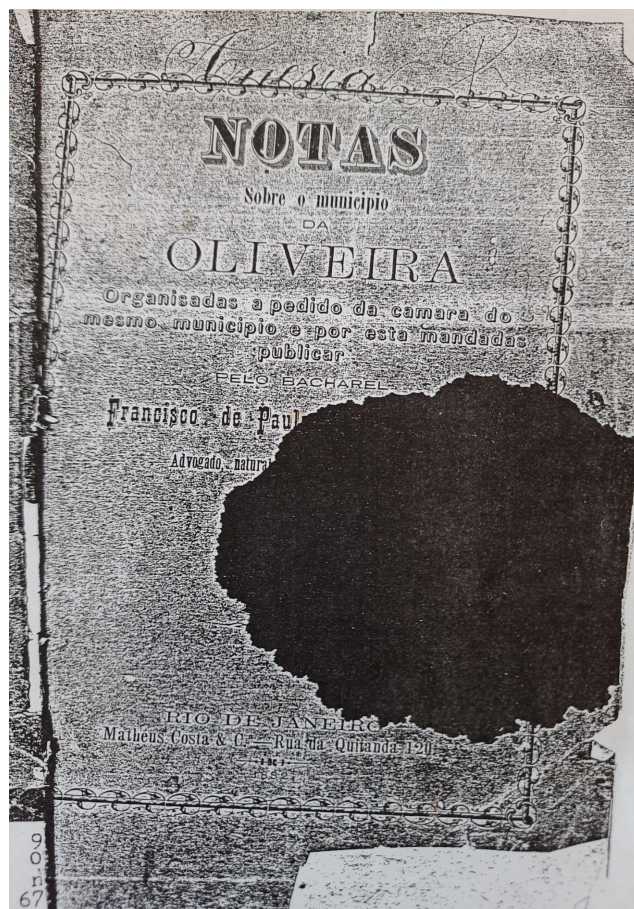
Além de Márcio Almeida e Olavo Romano, outros autores possuem conhecidas produções literárias na contemporaneidade, como o ex-deputado Nelson Leite, já falecido, que escreveu livros, crônicas e causos, publicados no jornal *Gazeta de Minas*. Nelson Leite, quando deputado, foi um dos responsáveis pela publicação de **História de Oliveira**, conseguindo a verba para impressão do livro. Não se pode deixar de lado as poesias: nessa vertente, o autor ainda vivo que mais produz é, sem sombra de dúvidas, o Sr. João Rabiço, conhecido por sua oralidade ao recitar seus poemas. O Sr. João, figura calma e de educação exemplar, além de ter poesias para qualquer ocasião, é incansável divulgador dos textos que escreve. Já idoso, cabeça branca, baixo em estatura, conhecido por muitos na cidade, distribui, por onde vai com sua bicicleta, a todas as pessoas que encontra, de forma impressa, o que escreve. O Sr. João Rabiço, além de espalhar os poemas impressos, também tem livro já publicado. Oliveira tem ainda não só outros autores que escrevem crônicas, causos e contos sobre suas vivências e sobre fatos acontecidos na sociedade, mas também aqueles que produzem textos ficcionais, incluindo poemas e prosas. Na cidade, geralmente é na Fundação Casa da Cultura Carlos Chagas que os livros são lançados. A instituição conta com uma lista de 83 publicações lançadas entre 17/12/1983 e 15/09/2023.¹⁰

Sem a possibilidade de elencar todos os autores oliveirenses conhecidos, percebe-se que a produção atual é bem rica e oriunda de um passado culturalmente rico em produções literárias e/ou históricas. Quanto mais se voltar às décadas passadas, encontrar-se-ão significativas produções de autores da terra, bem como de outras localidades, cujo objeto de escrita é Oliveira. Assim, ao voltar no tempo e espaço, a produção mais antiga que se tem conhecimento sobre a cidade é **Notas Sobre o Município da Oliveira**, publicado em 1882, cujo autor, Francisco de Paula Leite e Oiticica (*02/04/1853 +15/07/1927), não é filho da terra.

1 - Notas Sobre o Município da Oliveira

¹⁰ Informação obtida junto a fundação através do fornecimento de lista com nomes e datas de todos os lançamentos ocorridos nas dependências da instituição até 2023.

Figura 3: Capa do livro, fotografia do xerox do livro



Fonte: autora da pesquisa.

Sendo essa a primeira obra que traz luz à história e à literatura a respeito do município, é importante ressaltar que a distribuição e o acesso ao livro não são fáceis. Sobre o livro físico, o único que até o momento parece existir pertence a Francisco José dos Santos Braga, que faz a seguinte menção em seu *blog*: “O colecionador e antiquário oliveirense José Augusto Oliveira Silva, sabedor de meu pendor por assuntos históricos, oportunizou-me ter em mãos a publicação de **"NOTAS SOBRE O MUNICÍPIO DA OLIVEIRA"**” (Braga, 2016). Digitalmente, além de estar disponível no citado *blog*, o livro encontra-se disponível também no *site* do jornal *Gazeta de Minas*. Essa última digitalização foi feita pelo historiador Daniel Sampaio Teixeira, em 14 de fevereiro de 2014, que também digitalizou o livro **História de Oliveira**, que se encontra disponível no mesmo *site*.

Figura 4: Francisco de Paula Leite e Oiticica (*02/04/1853 +15/07/1927)¹¹



Fonte: *site* história de alagoas

Leite e Oiticica residiu no município por um período de 8 (oito) anos, tempo em que foi não só o juiz municipal, mas também trabalhou como professor “A história local registra também outros educadores, mais antigos uns, outros mais recentes, mas todos eles ávidos de intensificar o ensino secundário em Oliveira. São eles: o dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica ...” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 281). Ou seja, além da função de juiz, também atuou como professor em Oliveira. Já no final do período que viveu no município, foi contratado pela Câmara Municipal para escrever sobre a cidade. Existe um ditado popular que diz: “santo de casa não que faz milagres”, seria essa a motivação para que a Câmara Municipal solicitasse a uma pessoa que não tinha raízes oliveirenses a produção de uma obra sobre o município? Ou a contratação do Juiz Municipal, Francisco de Paula Leite e Oiticica, seria pelo seu distanciamento com o objeto da escrita? Seria ainda por ser conhecedor das letras e escritor de livros e vários artigos¹², inclusive para jornais? O próprio autor inicia sua escrita dizendo

¹¹ Disponível em <https://www.historiadealagoas.com.br/familias-na-politica-alagoana-do-seculo-xx-9-oiticica.html>, acesso em 03/07/2024

¹² Escreveu nos jornais *O Rebate*, *Diário da Manhã*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) e *Correio de Maceió*. Além de numerosos artigos na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Alagoas*, publicou, entre outros trabalhos, as seguintes obras: *D. Clara Camarão* (drama, 1877); *Pai* (s.d., drama); *Discurso pronunciado na sessão comemorativa da emancipação política de Alagoas*, em 16/9/1898 (1898); *Manifesto político dirigido aos eleitores do estado de Alagoas para a eleição de um senador da República, a realizar-se em 1º de setembro de 1906* (1906); *A situação financeira (males e remédios)* (1923); *‘A arte da renda do Nordeste’* (Livro do Nordeste, comemorativo do primeiro centenário do Diário de Pernambuco, 1925); *Messias de Gusmão* (discurso pronunciado na Academia Alagoana de Letras sobre o patrono de sua cadeira, na sessão solene de

Não sendo filho da província de Minas era eu o menos autorizado para me encarregar do presente trabalho; convidado entretanto pela câmara municipal não pude recusar-me ao serviço que se me exigia cavalheira e honrosamente. (Leite e Oiticica, 1882, p. 3)

De acordo com a pequena biografia de Francisco de Paula Leite e Oiticica, disponível no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil-CPDOC da Fundação Getúlio Vargas-FGV, esse teria residido no município provavelmente entre os anos de 1876 e 1883, o que pode ser comprovado no *site História de Alagoas*, quando informa que “Em 1884, o advogado e ex-deputado provincial Francisco de Paula Leite e Oiticica voltou a morar em Maceió após passar oito anos como juiz municipal em Oliveira, Minas Gerais.”¹³ (Ticianele, 2020). Dois anos antes do autor retornar à sua terra natal, Alagoas, o livro **Notas Sobre o Município da Oliveira** foi publicado. Ou seja, a obra foi lançada em 1882. Durante o período em que residiu na cidade, Leite e Oiticica já estava casado, tendo seus quatro filhos nascidos em terras mineiras, um deles José Rodrigues Leite e Oiticica, que nasceu em Oliveira e despontou no cenário nacional como dramaturgo e poeta, mas principalmente como anarquista, por participar do movimento anarquista de 1918. Devido à importância de José Rodrigues Leite e Oiticica, mais conhecido por José Oiticica, no cenário nacional, pode-se afirmar que, embora não tendo residido no município por muito tempo, trata-se de mais um dos ilustres nomes de Oliveira que se despontaram no cenário brasileiro. Soma-se a isso, posteriormente, seu neto Hélio Oiticica, filho de José Rodrigues Leite e Oiticica Filho, artista plástico, um dos fundadores do Neoconcretismo, que também teve participação efetiva no movimento Tropicália¹⁴.

Leite e Oiticica, ao retornar a sua terra natal, em 1884, se tornou homem de notório conhecimento popular, tendo ocupado cargos no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, foi professor de alemão do Liceu Alagoano, em 1886, ocupou o cargo de Chefe de Polícia de Maceió¹⁵ e liderou o

7/9/1925, 1926). BARROS, Reynaldo de, Disponível em: cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OITICICA,%20Francisco%20de%20Paula%20Leite%20e.pdf, acesso em 17/09/2023.

¹³ Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-primeiro-e-polemico-banco-do-estado-de-alagoas.html>, acesso em 25/06/2024

¹⁴ Na mostra “**Tropicália**” (1967), montada na exposição “Nova Objetividade Brasileira”, realizada no MAM/RJ. Hélio apresentou uma instalação composta por dois penetráveis com plantas, areia, poemas-objetos, capas de parangolés, e um aparelho de TV – formando um labirinto sem teto que remetia à característica de uma favela. Disponível em: https://www.ebiografia.com/helio_oiticica/, acesso em 14/09/2023.

¹⁵ Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/pioneiros-da-psiquiatria-alagoana.html>, , acesso em 25/06/2024

[...] movimento filantrópico para a construção de um prédio para receber os que “havam perdido a razão” e eram jogados nas cadeias públicas sem assistência médica. O “**Asyllo de Alienados**” foi instalado em 22 de maio de 1887. Leite e Oiticica foi nomeado seu **diretor** no dia seguinte. (Ticianeli, 2018)

Cabe uma ressalva para uma indagação que até o momento não se consegue comprovação. Na cidade de Oliveira foi construído um sanatório, ou casa de repouso, que “Ficava no local onde hoje se ergue o Hospital. Inaugurado a 4-6-1893, dispunha de um estabelecimento hidroterápico e de outro eletroterápico¹.” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 184, **grifo nosso**). O hospital em referência é o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil, que antes fora sanatório e casa de repouso para adultos. Atualmente (2024), no prédio do antigo hospital funciona a Escola Estadual Mário Campos e Silva, que atende alunos do Ensino Fundamental II.

Figura 5: Fachada do Hospital de Neuropsiquiatria Infantil.



Fonte: Acervo E.E. Mário Campos Silva.

Após seu retorno para Alagoas, Leite e Oiticica provavelmente manteve contato com os amigos que deixou em Oliveira. Assim, teria ele comunicado com seus pares a respeito do “Asyllo de Alienados”, que ajudou a construir e se tornou diretor, sugerindo a construção do mesmo em Oliveira? Observando as datas de inauguração, sendo o asilo de Alagoas inaugurado em 1887 e a casa de repouso/sanatório de Oliveira em 1893, apenas 6 anos mais tarde, infere-se que a idealização da casa de repouso de Oliveira possa ter sido inspirada na construção do “Asyllo de Alienados” de Maceió, em Alagoas.

Leite e Oiticica, ao longo de sua vida, foi Delegado de Polícia, liderou a construção do futuro Asilo Santa Leopoldina, foi Chefe de Polícia da Capital e no período republicano se

elegeu deputado federal (de 1891 a 1893). Nesse mandato, participou da elaboração da Constituição Republicana e, como senador, atuou de 1894 a 1900, ambos os mandatos por Alagoas. Após cumprir o último mandato, foi morar no Rio de Janeiro, onde “em 1905, fundou o Colégio Latino-Americano e entregou a sua direção ao filho José Oiticica” (Ticianeli, 2018). No entanto, nunca deixou de advogar e de escrever. Foi redator do jornal *A Manhã* (*Diário da Manhã*), do *Jornal de Alagoas*, *A Pátria* e *A Praça*, todos de Alagoas; no Rio de Janeiro, redigiu para o jornal *A Notícia*. Em 1927 se tornou membro da Academia Alagoana de Letras, também “Liderou a **Sociedade de Agricultura Alagoana** por muitos anos, destacando-se como porta-voz do setor nos encontros nacionais, além de produzir vários estudos sobre este setor da economia.” (Ticianeli, 2018), setor que já demonstrava interesse desde que viveu em Oliveira, pois fez a seguinte referência:

[...] um estudo que fiz com o título “A Lavoura em Minas”, cartas aos agricultores da província das Alagôas; esse estudo, escrito para ser publicado em um dos jornaes dessa província, não o foi por haver cessado a publicação o jornal a que o remetti e receio muito tenha se extraviado, sendo-me preciso escrevel-o de novo por uma ruim cópia que me ficou. (Leite e Oiticica, 1882, p. 4)

Francisco de Paula Leite e Oiticica faleceu em 15 de julho de 1927 e após as homenagens, no Rio de Janeiro e em Alagoas, foi enterrado na Capela de Nossa Sra. da Ajuda, no Engenho Mundaú, em Satuba, que até então era distrito de Santa Luzia do Norte, em Alagoas, onde nasceu.

Em Oliveira, quando a Câmara Municipal fez a encomenda do livro, também fez algumas exigências, por visto solicitadas pelo diretor da Biblioteca Nacional. Em relação à essas exigências a respeito do trabalho, Oiticica (1882) relata:

Adstricto ao programma enviado pelo director da bibliotheca nacional, entendi, não obstante, ser de utilidade para o município, dar maior desenvolvimento aos artigos indicados, aproveitando-se a occasião de tornar conhecido esse grande, rico e florescente município da província, considerando a indicação do programma uma limitação para menos e nunca para mais. Esse conhecimento do município torna-se tanto mais necessário quando está em projecto a estrada de ferro da Oliveira e há necessidade, para os capitães que tenham de ser empregados de saber quaes os elementos com que poderá contar a empreza (Leite e Oiticica, 1882, p. 3)

Percebe-se que a preocupação da Câmara Municipal em ter uma história de Oliveira naquele momento se justificava principalmente pela proeminente chegada do “trem de ferro”. Vale lembrar que a chegada do trem de ferro significava muito para os municípios que o recebiam, uma vez que simbolizava modernidade. Antes do “trem de ferro”, as mercadorias só

poderiam ser transportadas no lombo de burros e as viagens só poderiam ser feitas a pé ou a cavalo. Vale lembrar, por exemplo, que na viagem entre São João del-Rei e Oliveira gastava-se quatro dias. Assim, a facilidade e a agilidade que a estrada de ferro proporcionaria certamente seria algo sem precedentes. O **Estudo Descritivo da Viação Férrea no Brasil**, publicado em 1909, mostra quão importante foi a instalação da estrada na região:

Na zona pertencente à estrada estão montados e em actividade engenhos para beneficiar café em Abbadia, em Carmo da Matta, em Oliveira, em Ribeirão Vermelho, dois em Perdões, em Lavras, dois em Ferreiros e um em Capetinga. (Cunha, 1909, p. 215)

A facilidade do transporte de mercadorias de diversos tipos instaurou nos municípios por onde o “trem de ferro” passava a centelha do crescimento, principalmente nas margens dos trilhos. Importante ressaltar que não era qualquer lugar que conseguia receber os trilhos e uma estação para passagem do “trem de ferro” ou da “Maria Fumaça”, como era mais comumente chamada nesse período. Para conseguir que os trilhos do “trem de ferro” passassem pelo município, vila ou povoado, o lugar deveria demonstrar desenvolvimento para tal. Na região do entorno de Oliveira, um dos lugares que tiveram o privilégio de se modernizarem com a chegada da “Maria Fumaça” é Bom Sucesso, que

No período de 1815 a 1822, o povoado progrediu sensivelmente, aumentando a população e baseando sua economia na lavoura e no comércio, já contando nesta época com várias escolas. Em 1883, foi elevado a município e em 1887, recebeu um prolongamento da Estrada de Ferro Oeste de Minas, trazendo novo progresso ao município. (Prefeitura de Bom Sucesso, 2023)¹⁶

Outro é Ribeirão Vermelho, onde funcionou uma das mais importantes estações da região, servindo de entreposto por estar próxima ao rio de mesmo nome, num período que esse era navegável, “de Ribeirão Vermelho a Capetinga.” (Cunha, 1909, p. 203)

O povoado nasceu em 1886, na margem oposta à foz do ribeirão Vermelho com o rio Grande, em terras de Ana Custódia do Nascimento. Ali aportou o negociante Antônio Lúcio, que ajudou a inaugurar o povoado com a denominação de Porto Alegre. Em 1888, com a construção da estação de ferro Ribeirão Vermelho, o povoado passa a ser conhecido pelo nome atual. Em 1901, cria-se o distrito, elevado à categoria de município em 1948, desmembrando-se de Lavras. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, 2023)¹⁷

¹⁶ Disponível em: <https://bomsucesso.mg.gov.br/historia-e-dados/>, acesso em 13/09/2023.

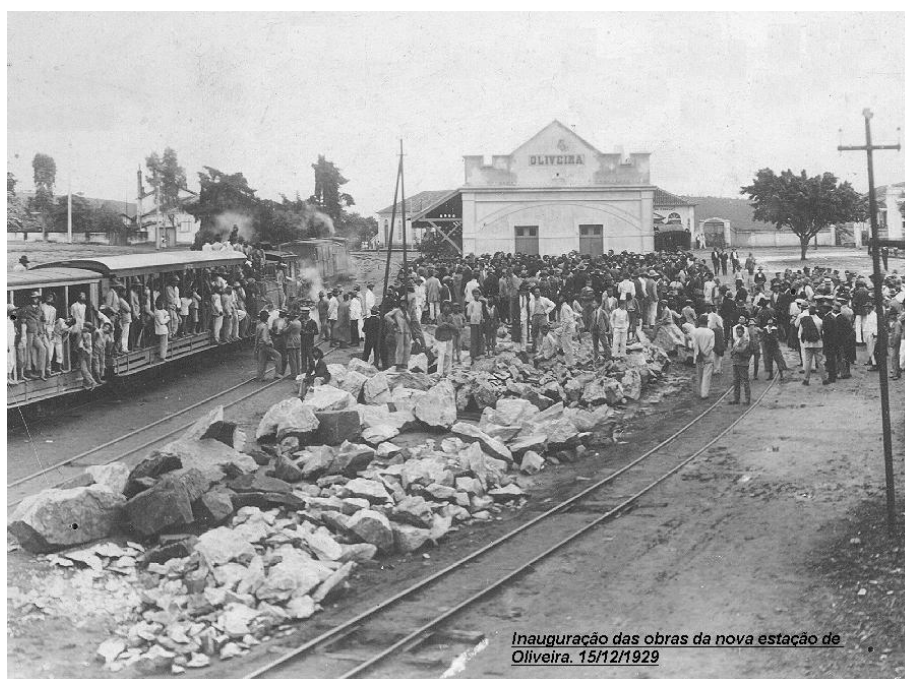
¹⁷ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ribeirao-vermelho/historico>, acesso em 13/09/2023.

Observa-se a partir das citações que o avanço das linhas férreas nessa região se deu entre os anos de 1887 e 1888. No entanto, observa-se que Bom Sucesso, quando recebeu os trilhos do progresso, já era município, enquanto Ribeirão Vermelho ainda era povoado. A Estrada de Ferro Oeste de Minas, no prosseguimento da construção de sua linha férrea, cuja “construção da primeira secção, de Sitio a Barroso, [...] tendo os trabalhos começado em 25 de junho de 1879.” (Vaz, 1922, p. 7), próximo a São João del-Rei, ocorreu quase 10 anos antes de seu desenvolvimento para Bom Sucesso e para Ribeirão Vermelho. Após o término da construção da linha férrea até São João del-Rei, essa seguiria rumo a Oliveira, sendo a próxima cidade a receber o “trem de ferro”, haja vista a referência no livro **Estrada de Ferro Oeste de Minas - Trabalho historico-descriptivo - 1880-1922**:

Procurando meios para seo desenvolvimento, uma vez que a zona já trafegada era falha de recursos, por ser pouco habitada, a Companhia pensou em prolongar a sua linha, tratando logo de adquirir a concessão, então existente, de uma estrada de ferro que, partindo de São João d’El-Rey, se dirigisse a Oliveira... (Vaz, 1922, p. 12)

A estação de Oliveira, apesar de já estar em funcionamento desde 1º de julho de 1888, só foi inaugurada em 14 de abril de 1889.

Figura 6: Estação Ferroviária de Oliveira



Fonte: Acervo do Setor de Patrimônio Cultural de Oliveira

Leite e Oiticica (1882) em sua obra, referindo-se a chegada do trem, vislumbrava que

A cidade da Oliveira está destinada a ser um dos bons centros de commercio da província de Minas quando for construída a estrada de ferro que ha de ligal-a á Corte, pela via Oeste de Minas, projecto em realisação, pois que innovado o privilégio, único obstáculo á passagem de todas as acções, foi encarregada uma commissão de capitalistas da Côrte, de fazer o novo contracto com o governo e levantar o capital, o que elles têm quasi certeza de realisar. (Leite e Oiticica, 1882, p. 17)

Dessa maneira, quando os trilhos da modernidade chegaram ao município, a obra de Francisco de Paula Leite e Oiticica (1882), escrita em 1881¹⁸, já havia sido publicada, o que ocorreu em 1882. O letrado Juiz demonstrou ser um assíduo leitor de notícias e sempre estava atento, acompanhando o que acontecia em Minas e no Brasil, pois o primeiro trecho da estrada construído só foi terminado

Em 1881, terminada a construcção de todo o trecho, até São João d'El-Rey, foi posto em tráfego o seguinte material rodante: 4 locomotivas, 4 carros de 1ª classe, 4 de 2ª., 1 de luxo, 2 de bagagens, 2 de animaes, 15 vagões fechados, 10 abertos e 1 carro guindaste.

Com esse material e a existência de 4 estações: Sitio, Barroso, São José d'El-Rey, hoje Tiradentes, São João d'El-Rey e dois postos telegraphicos, Ilhéos e Capão Redondo, foi feita a inauguração de toda a linha, em 28 de agosto de 1881. (Vaz, 1922, p. 7)

Importante lembrar que os trechos de estrada de ferro construídos de São João del-Rei a Oliveira, com os ramais em Bom Sucesso, Ribeirão Vermelho e outros lugares, ou seja, os trechos da Estrada de Ferro Oeste de Minas, utilizavam uma locomotiva especial. A famosa “Maria Fumaça” circulava em trilhos com menor largura que as locomotivas comuns. De acordo com Cunha (1909), os trilhos chamados de “bitolinha” têm a largura de 76cm, enquanto os demais tem 1m. Sobre isso, Cunha (1909) informa que na Estrada de Ferro Oeste de Minas o “total da linha é de 683k,296 com bitola de 0m,76 e de 223 kilometros com bitola de um metro.” (Cunha, 1909, p. 213). A escolha pela bitolinha foi para reduzir os custos com a construção da linha férrea, pois “Attendendo, entretanto, ás condições da zona e razões de ordem econômica, ficou deliberada, em definitivo, a bitola de 0m,76.” (Vaz, 1922, p. 6), que a princípio, foi conseguida a partir da criação “de uma sociedade anonyma, em 2 de fevereiro de 1878, sob a denominação de «COMPANHIA ESTRADA DE FERRO OESTE DE MINAS»”. (Vaz, 1922, p. 5), e a partir de empréstimos conseguiram levar adiante o projeto de construção das linhas férreas.

¹⁸ Essa informação pode ser verificada na página 10 de **Notas Sobre o Município da Oliveira**, quando o autor diz: “Ainda o anno passado (1880)”

Quanto à existência de obras com a mesma proposta de **Notas Sobre o Município da Oliveira**, em investigação realizada na internet através da Rede Mundial de Computadores, não pôde ser comprovada a mesma preocupação em relação a outros municípios. Nos *sites* de busca e nas páginas consultadas, incluindo os portais das prefeituras das cidades mencionadas, não foram encontradas produções literárias referentes a outros municípios no período analisado. Porém, quanto a essa questão, observa-se que Leite e Oiticica (1882) ao relatar que tinha restrição para escrever, diz que o “... programma enviado pelo director da bibliotheca nacional ...” (Leite e Oiticica, 1882, p. 3), o que dá a entender que o município poderia estar seguindo uma programação proposta não apenas para Oliveira, mas também para outros municípios de notório desenvolvimento. Outra hipótese seria a existência de programa geral para se escrever a respeito das cidades naquele período, uma vez que se observa em livros como **Estudo Descritivo da Viação Férrea do Brazil**, de 1909, a existência de tópicos, como descrição das riquezas naturais, colonização, indústrias e história do município, os mesmos existentes no livro de Leite e Oiticica (1882). Em Cunha (1909), ainda se encontra o seguinte trecho

Por isso nelle estudo e descrevo as diversas estradas de ferro sob o ponto de vista technico, aproveitando o subsídio dos dados estatísticos colhidos na «Repartição Federal de Fiscalização das Estradas de Ferro», e descrevo também as zonas, que já são e que devem ser atravessadas pelas referidas estradas com informação minuciosa da natureza dos terrenos marginaes e sua boa ou má qualidade para colonização, ... e todas as demais informações attinentes e interessantes a tornal-as inteiramente conhecidas e attrahir para ellas núcleos de população laboriosa, nacional ou estrangeira, com proveito dos capitaes empregados nas respectivas vias férreas e em beneficio geral do paiz. (Cunha, 1909, p. 8)

Grosso modo, tanto Cunha (1909) quanto Leite e Oiticica (1822) têm o objetivo de divulgar os lugares a que se referem, com a intenção de torná-los conhecidos para um melhor desenvolvimento e uma melhor modernização desses lugares.

Ainda sobre as estradas de ferro e suas estações, torna-se relevante citar fato ocorrido na inauguração da estação de São João del-Rei. Para as festividades, foi convidado o Ministro da Agricultura, Manoel Buarque de Macedo:

O infatigável ministro da Agricultura, conselheiro Buarque de Macedo, que tão eficazmente imprimia acelerado e reflectido impulso ao progresso do Brasil, que fecundos e amadurecidos planos de importantes reformas tinha preparado, cahio victima de uma cruel enfermidade que há tempos minava sua preciosa existência, consagrada inteira aos serviços da pátria.

«Morreo o grande ministro nesta cidade, quando o Brasil mais esperava de seos provados estudos, acrysolado patriotismo e vasta experiência, morreo no seo posto de patriota, animando as festas e os esforços da iniciativa individual no concurso do progresso. S. S. M. M., honrando a memória do grande mineiro e leal servidor,

tomaram luto e encerraram-se, e a população inteira desta cidade passou rápida da alegria á dor, suspendendo-se todas as festas, tanto públicas como particulares». (Vaz, 1922, p. 8)

A morte do ministro ocorreu em 28 de agosto de 1881, antes da inauguração da estação, marcando de luto um momento tão esperado, que deveria ser de alegria e de festas. E “Em 14 de Abril do anno de 1889, a estação de Oliveira, no kilometro 171, que se achava em tráfego provisório desde 1º. de julho do anno anterior, foi definitivamente inaugurada com grande solemnidade, na presença do Presidente da Província e de outras altas autoridades. (Vaz, 1922, p. 13).

Apesar de ter apenas 38 páginas, e como já mencionado anteriormente sobre a insatisfação do autor com a limitação imposta ao escrever, **Notas Sobre o Município da Oliveira** é uma obra que parece ter satisfeito as expectativas da época de sua escrita e do contratante, a Câmara Municipal, vide que aborda tanto aspectos físicos quanto sociais do município. Desse modo, acredita-se que o objetivo de tornar Oliveira conhecida, por sua riqueza e por sua importância no Estado, devido à chegada da linha férrea, foi alcançado com a conclusão e a publicação do livro.

Observa-se ainda que, mediante ao contexto, é interessante imaginar como a modernização trazida pela presença do “trem de ferro”, assim como a chegada da iluminação elétrica, influenciaram a vida e a obra de autores como Leite e Oiticica e Demétrio Coelho, acenando para a compreensão do avanço do interior de Minas Gerais. Talvez os referidos acontecimentos tenham se configurado em fonte de inspiração para escritas que abordam temas como o progresso e a modernização da sociedade.

2 - Recordações de Oliveira

Figura 7: José Demétrio Coelho (*02/07/1889 +22/07/1955)



Fonte: Jornal Boca da Mata de 20/05/2013

O escritor José Demétrio Coelho nasceu no ano de 1889, coincidentemente num momento importante para a história da cidade, pois foi o ano da inauguração da Estação Ferroviária. Ademais, seu nascimento se deu exatamente sete anos após a publicação de **Notas Sobre o Município da Oliveira**, de Leite e Oiticica (1882). Torna-se válido refletir sobre o possível uso desse livro por Demétrio Coelho como fonte de pesquisa, visto que o livro de Leite e Oiticica (1882) foi a primeira obra que se tem notícia a respeito do município, possivelmente foi usado como material didático nas escolas na época dos estudos de Demétrio Coelho no “ensino ginasial”, como era chamado o ensino fundamental.

Entre os três autores pesquisados nesta dissertação, José Demétrio Coelho é o único natural de Oliveira, embora não tenha permanecido na cidade sua vida toda. Nascido no município, em 02/07/1889, filho de Horácio da Silva Coelho e de Maria Cândida da Silva, quando jovem mudou-se para o ainda povoado de Carmo do Cajuru e, posteriormente, voltou para Oliveira, mas não permaneceu por muito tempo na cidade, retornando em seguida para Carmo do Cajuru. Mais tarde, já na terceira idade, Demétrio Coelho mudou-se para Belo Horizonte, onde residiu até seu falecimento, em 22/07/1955, apenas três anos após a publicação de seu livro, o que deixa a dúvida: teria Demétrio Coelho finalizado sua obra na capital mineira ou em terras interioranas? Lembrando que o início de sua escrita se deu em 1940, em Carmo do Cajuru.

No tempo que morou em Oliveira, Demétrio Coelho não mediu esforços para alavancar o progresso da cidade e proporcionar melhores condições para a população. Deixou um legado significativo para a cidade e para seus habitantes. Entre seus feitos está a criação da Associação

Comercial Industrial Agropecuária e de Serviços de Oliveira (ACINOL), que sem dúvida foi uma das maiores realizações que deixou para a população, especialmente para o empresariado local, já que a associação tinha como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social da região. A criação da ACINOL se tornou um marco histórico na região e ainda existe nos tempos atuais, auxiliando os empresários e os comerciantes do município. Além de fundador, como seu primeiro presidente, entre os anos de 1936 e 1938¹⁹, liderou e organizou a instituição com muito zelo.

Depois dessa passagem por Oliveira, em 1940, Demétrio Coelho retornou para o povoado de Carmo do Cajuru, onde já havia residido anteriormente e trabalhado como agente da Estação Ferroviária. Ao voltar, mergulhou na vida comunitária e engajou-se nos movimentos de emancipação política do povoado, que se tornou cidade em 27/12/1948. Em janeiro de 1949, José Demétrio Coelho tornou-se o primeiro prefeito do município, iniciando um mandato de muitas dificuldades, mas também de realizações significativas.

Em sua primeira estadia no município de Carmo do Cajuru, Demétrio Coelho conheceu e casou-se com Maria da Silva Coelho, com quem teve seu filho, Osvaldo Coelho, nascido em 05/08/1914. Com uma trajetória interessante, Osvaldo estudou em Oliveira seus anos primários e, posteriormente, mudou-se para Belo Horizonte, onde concluiu os estudos e se graduou em medicina. Osvaldo foi motivo de orgulho para seu pai, uma vez que sua carreira foi marcada por grandes conquistas, pois além de se destacar na área de química fisiológica e imunologia, foi membro da Academia Mineira de Medicina e um dos fundadores da Escola de Ciências Médicas de Belo Horizonte²⁰, sabidamente uma das mais renomadas instituições no ensino de medicina dentro de Minas Gerais.

Não foi apenas na vida social que Demétrio Coelho deixou sua marca, mas também na literatura e em seu engajamento com associações e movimentos religiosos. Durante o tempo que residiu em Carmo do Cajuru, participou ativamente não só de associações de auxílio a pessoas carentes, movimentos religiosos, políticos, mas também escreveu artigos para jornais da própria cidade e também de Divinópolis, cidade próxima a Carmo do Cajuru, além de escrever para a *Gazeta de Minas*, jornal oliveirense existente desde 1888. Ainda que não tenha residido em Carmo do Cajuru até o final de sua vida, sabe-se que até os dias atuais ainda é lembrado no município “... com carinho e saudade, principalmente por aqueles que tiveram o

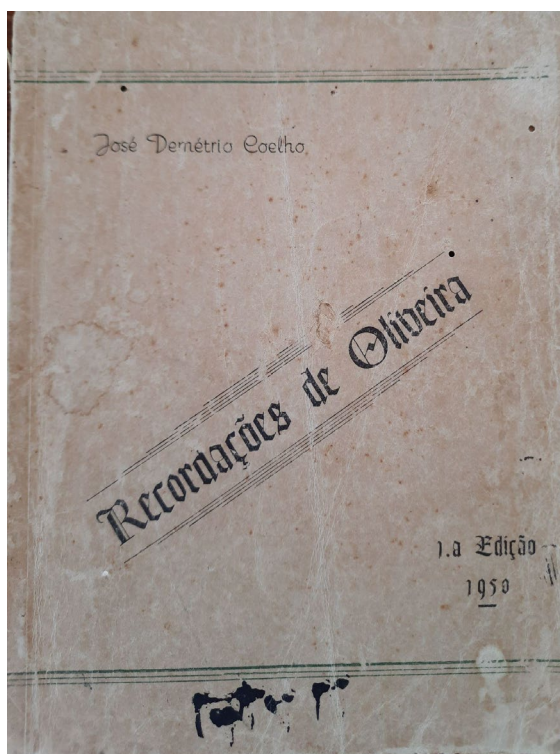
¹⁹ Disponível em: <https://acinol.com.br/ex-presidentes/>, acesso em 29/11/2021.

²⁰ Disponível em: <http://www.acadmedmg.org.br/ocupante/oswaldo-coelho/> acesso em 11/03/2023.

privilégio de terem convivido com ele. Seu nome nunca será esquecido em Carmo do Cajuru.” (Cordeiro, 2013, Cultura, p. 10).

Demétrio Coelho iniciou a escrita de seu livro, **Recordações de Oliveira**, no ano de 1940, aos 51 anos. Provavelmente a escrita se deu durante o período que residiu em Carmo do Cajuru. O autor ao final da obra, em 1950, estava com 61 anos. Durante 10 anos, Demétrio Coelho permaneceu entre rascunhos e rabiscos, até ter a obra finalizada.

Figura 8: Capa do livro Recordações de Oliveira



Fonte: autora da pesquisa

O livro **Recordações de Oliveira** não tem divisão em capítulos, mas em subtítulos, onde cada texto conta uma efeméride ou descreve um caso, uma pessoa e até uma festividade. Embora não tendo conhecimento se a escrita do livro ocorreu de forma contínua, sabe-se que em 124 páginas se conseguiu alcançar o objetivo de expor histórias e casos acontecidos em Oliveira de forma leve e agradável. E é assim, sem compromisso com o rigor, que a obra se constitui.

Não fora nossa intenção fazer apenas um trabalho folclórico, teríamos ainda muita coisa a falar sobre aquela terra portentosa, mas isso implicaria um trabalho de vulto o que não tivemos em mente.

As reminiscências aqui registradas, foram produto de horas de lazer e feitas ao correr da pena, sem qualquer exame e pesquisas a arquivos e anais.

Tudo nos veio ao conhecimento de modo espontâneo sem nenhuma indagação, sendo que quase tudo presenciamos também.
Seja o leitor benevolente, aceitando nossa boa vontade. (Demétrio Coelho, 1950, p. 124)

O autor, ao se referir às “reminiscências”, deixa claro para o leitor da época um certo tom de descompromisso com o factual, o que abre possibilidades interpretativas sobre o ficcional. Além de demonstrar conhecimento dos autores e livros contemporâneos a ele, pois a expressão “ao correr da pena”, por ele utilizada, faz referência ao livro de igual nome do escritor José de Alencar. **Ao Correr da Pena**, livro de crônicas publicado em 1874, é composto por folhetins publicados entre 3 de setembro de 1854 e 8 de julho de 1855, no *Jornal Correio Mercantil*, e de 7 de outubro a 25 de novembro, no *Diário do Rio de Janeiro*. A obra **Recordações de Oliveira** transcorre bem ao estilo das reminiscências e crônicas de **Ao Correr da Pena**.

Talvez pela leveza na escrita de Demétrio Coelho (1950), muitos a consideram como “bela escrita” (Eagleton, 2006) ou uma obra literária, devido à sua habilidade em transformar e intensificar a linguagem comum. No entanto, deve-se observar que ela não se afastava da forma coloquial das demais obras produzidas na mesma época. O fato de falar sobre suas vivências mostra que o autor está próximo de seu objeto de escrita. Assim, de acordo com Certeau (1982), não produz um texto imparcial, transparecendo muitas vezes em sua obra a passionalidade em relação ao lugar geográfico que discute ao longo do livro.

No que tange à classificação da obra enquanto literária ou não, Eagleton (2006) afirma que os indivíduos estão carregados de suas vivências, e não conseguem se afastar de seu arcabouço de vida, pois toda sua vivência no mundo acaba influenciando sua decisão na classificação do que deve ou não ser literário. Ademais, a escrita é o objeto principal tanto para um autor quanto para literatura. Em certa medida, pode-se dizer que a escrita que compõe o texto é que será classificada: ela é a própria literatura que “transforma e intensifica a linguagem comum, afastando-se sistematicamente da fala cotidiana.” (Eagleton, 2006, p. 3). Nesse sentido, o afastar-se do cotidiano, ou da linguagem oral, significa que “O discurso literário torna estranha, aliena a fala comum; ao fazê-lo, porém, paradoxalmente nos leva a vivenciar a experiência de maneira mais íntima, mais intensa.” (Eagleton, 2006, p. 6), como faz Demétrio Coelho (1950) ao longo de sua obra.

O livro de Demétrio Coelho (1950) é um importante registro histórico e literário. Sua escrita rebuscada, rica em detalhes e cheia de energia faz com que o leitor vivencie a experiência do autor. O saudosismo marcante em **Recordações de Oliveira** e o uso de figuras de linguagem

como no trecho: “... os homens desaparecem na voragem do tempo, as tradições procuram acompanhar a evolução, mas nossa retina grava tudo e a lembrança dá-lhes forma para a recordação.” (Demétrio Coelho, 1950, p. 6), corroboram, como já dito, com a ideia de “escrever bonito” de Eagleton (2006). Enfim, a contribuição do autor deve ser lembrada e valorizada, tanto no campo da história quanto no campo da literatura.

No campo histórico, Demétrio Coelho (1950), ainda que despretensiosamente, oferece sua contribuição com registros de momentos ou fatos históricos importantes, como o do trecho a seguir, intitulado: Comércio e Indústria

Como sempre acontece nos primórdios das cidades nascentes, ninguém tem a preocupação de fixar ponto comercial, faz-se negócio em qualquer parte e Oliveira confirma essa convicção.

Lá, na rua dos Cabrais, entrada da estrada de São João Del Rei, bem distante do centro da cidade, se erijiram dois sobrados para residência e departamento comercial de seus proprietários: o Salgado e o Romualdinho.

Fizeram muito negócio e somente quando a Estrada de Ferro conquistou inteiramente os transportes que eram feitos pelos tropeiros, que por ali transitavam fazendo ponto de descanso para a caminhada em demanda ao sertão, foi o comércio ocupando o âmago da cidade e, então, pouco a pouco, foram o Salgado e Romualdinho perdendo as posições conquistadas.

No centro da cidade já se encontravam estabelecidos Pedro Justiniano, Tenente José Ferreira de Carvalho, Antônio dos Reis Alves, Comendador Francisco de Faria Lobato, José Antônio Teixeira, Joaquim Gonçalves, Teodoro Ribeiro da Silva, Antônio Campos, José Joaquim Gomes, João Alves de Oliveira, Evaristo Chagas, Capitão José das Chagas Andrade SoBrinho, Guilhermino Caldeira Franco, Antônio da Costa Pereira Júnior, Francisco de Lacerda Pinheiro, Gil Braz de Abreu Chaves, Mariano Ribeiro da Silva, Francisco de Paula Diniz, Sebastião Valadão, Felipe Simão, Irmãos Mitre, etc., etc.

Muito desenvolvido o comércio naquela época.

Vindo do Rio de Janeiro o português Joaquim Vieira Mendes Júnior, para se beneficiar do clima afamado de Oliveira, logo se relacionou com os irmãos Chagas, surgindo então a ideia de instalação de um moderno estabelecimento comercial. Foi, assim, organizada uma sociedade comercial com abundante capital, sob a razão social de Chagas, Madeira & Mendes, da qual faziam parte os irmãos Chagas – Serafim, Carlos, João, filhos do saudoso oliveirense Dr. Antônio Justiniano das Chagas, o Dr. Antônio Carlos de Castro Madeira, cunhado dos irmãos Chagas e o sr. Joaquim Vieira Mendes Júnior. Denominava a casa EMPÓRIO OLIVEIRENSE, que verdadeiramente fazia jus ao nome.

Operava essa casa comercial dentro e fora do município, atraindo para a Ladeira dos Frades um movimento nunca visto em Oliveira. Retirando-se, pouco tempo depois, o sócio Dr. Madeira, passou a firma a se denominar Chagas, Irmão & Mendes e posteriormente à individual de Joaquim Vieira Mendes Júnior. Muito prosperou a casa, continuando sempre com a denominação de Empório Oliveirense. Anos mais tarde deu o proprietário interesse na firma aos seus antigos auxiliares Álvaro Vieira Mendes e Eudoro Guimarães modificando-se a razão social para Mendes Júnior & Cia.

Da Ladeira dos Frades foi a casa transferida para a Praça 15 de novembro, onde fez negócio por mais algum tempo, desaparecendo afinal como um meteoro que corta o espaço, de norte a sul, numa faixa luminosa, para se apagar logo além no horizonte, sem deixar um sinal sequer de sua passagem, além da notícia do acontecimento. (Demétrio Coelho, 1950, p. 62 a 65)

No trecho transcrito acima, vê-se que Demétrio Coelho, ao apontar o desenvolvimento do comércio, menciona detalhes geográficos da cidade, assim como demonstra que a chegada do “trem de ferro”, ao mesmo tempo que trouxe progresso, foi responsável pelo desaparecimento de determinados estabelecimentos comerciais. Contudo, embora aborde aspectos físicos e fatos econômicos, Demétrio Coelho (1950) não se afasta do texto literário de caráter mais poético. Sua arte de escrever, conferindo a realidade vivida em “bela escrita”, também pode ser observada no trecho sobre o sino,

... do Santíssimo Sacramento, esse mesmo que viera juntamente com a velha igreja, embalados em lendas tão velhas quanto a “picada de Goiaz”, que dera origem à cidade.

[...]

Ocupava esse sino a torre direita da igreja e se destinava, em particular, a prestar em dobres tocantes e cheios de nostalgia, homenagens aos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, nos seus funerais.

[...]

Dobrava ele, um dia e, como costumava, os ouvidos estavam atentos, ouvindo-o com enlevo quando, repentinamente, mudara-se-lhe o som. Pareceu-nos que agudo punhal nos penetrava, ferindo-nos mortalmente a alma!

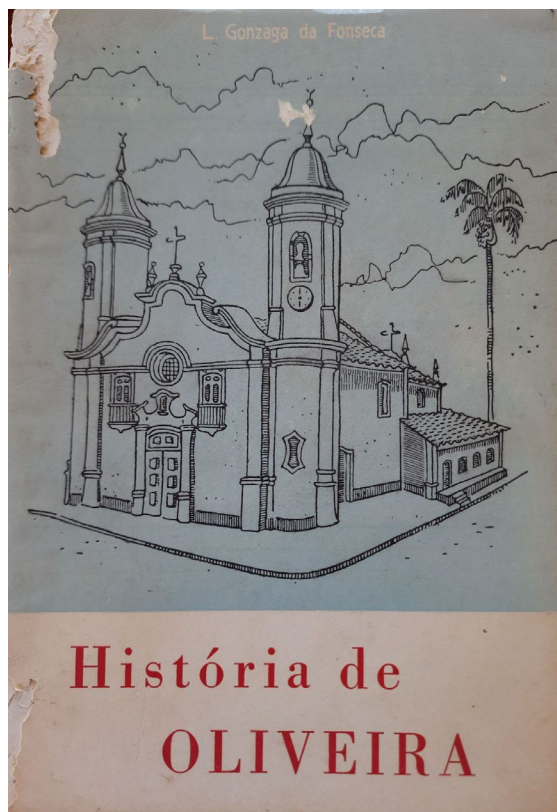
[...]

Como se originara a fenda no bordo da bacia, fácil seria conseguir-se o mesmo som, uma vez isolada – opinava alguém. Dentro de poucos instantes lá estava no alto da torre o Stanislau Dominik, de serra em punho, fazendo desprender, a cada operação, um jorro dourado que se ia depositando na amurada, no assoalho e pela escada abaixo, como se fosse o sangue de vítima numa operação!

Baldados esforços! Cada vez que era agitado o badalo, emitia o sino som mais estertorado, que mais parecia um grito lancinante de dor de agonizante! (Demétrio Coelho, 1950, p. 8 e 9)

3 - História de Oliveira

Figura 9: Capa do Livro História de Oliveira



Fonte: autora da pesquisa

É importante destacar que **História de Oliveira**, obra literária concebida pelo professor Luís Gonzaga da Fonseca (1961), foi escrita entre os anos de 1938 e 1942. Apesar de ter sido assinada apenas por ele, passou por complementação, recebendo contribuições significativas em 1954 e, posteriormente, em 1961, dos advogados Honório Silveira Neto e Geraldo Ribeiro de Barros. Após terminar a pesquisa e escrita em 1942, Gonzaga da Fonseca não se dedicou mais a ampliar o que já estava escrito, uma vez que sua vida o conduziu por outros caminhos, distanciando-o de Oliveira. Seu objetivo passou a ser, então, concluir a edição, publicação e lançamento da obra que até aquele momento representava o maior esforço de sua vida.

A obra, de 457 páginas, é composta de XII capítulos, que discorrem sobre vários aspectos da cidade, desde os primeiros homens a transitar pela região, passando pelo seu desenvolvimento, até 1961. O livro contém textos que relatam sobre cultura, economia, indústria, geografia, urbanização, comunicação, salubridade, educação, religião e até um capítulo dedicado ao folclore, às lendas e às anedotas, sendo o último capítulo reservado à exposição da participação de Oliveira em acontecimentos nacionais.

Diferentemente de outras obras, é só no final do livro que se encontra o Índice Geral, além de um Índice Biográfico e outro das Primazias Locais. A indicação de numeração de

páginas facilita a busca do pesquisador que sabe o que procurar. Na versão digital, feita pelo historiador Daniel Sampaio Teixeira, ainda se encontra um anexo fotográfico com todas as fotografias contidas no livro, destacando as páginas em que cada uma se encontra, além da legenda explicativa.

No que diz respeito à obra **História de Oliveira**, é notável mencionar que, levando em consideração a pesquisa realizada e o volume produzido, o autor concluiu o projeto em um curto período de tempo, apenas 4 (quatro) anos. Gonzaga da Fonseca (1961) era natural de Itaúna e se mudou para Oliveira em 1938 para trabalhar como professor de português no “Ginásio Mineiro”, atual E. E. Professor Pinheiro Campos. Nesse mesmo ano, iniciou sua jornada de escrita, selando seu ponto final quatro anos mais tarde, em 1942.

A escrita de Gonzaga da Fonseca (1961) foi finalizada em 1942. No entanto, sua obra, após intervenções, foi lançada em 1961. Levando-se em conta que neste ano já havia se passado 79 anos desde a última publicação, **Notas Sobre o Município da Oliveira**, primeira produção histórica existente sobre a cidade, e que curiosamente não era tratada como tal, mas sim rotulada como uma modesta "monografia", tendo a obra de Gonzaga da Fonseca (1961) já escrita, não convinha que a cidade de Oliveira permanecesse sem sua história oficial publicada, o que aconteceu com bastante dificuldade.

Somente em 1961, ano do centenário de elevação de Oliveira à categoria de cidade, com ajuda do Deputado Nelson Leite e outros colaboradores, é que se conseguiu que o livro fosse publicado. Durante os dezenove longos anos desde a escrita final, aconteceram infrutíferas tentativas junto aos poderes públicos para a publicação de tão esperada obra. Desse modo, infere-se que o autor passou por grandes frustrações até conseguir realizar o sonho de ver seu livro publicado, de ter sua obra **História de Oliveira** disponibilizada à comunidade oliveirense e regional.

A despeito desse lapso de quase duas décadas entre o final da escrita e a publicação, que foi um tanto conturbado, pode-se observar o que o autor disse nos agradecimentos feitos nas primeiras páginas da obra:

Honradamente

Ao historiador João Dornas Filho, em cujos trabalhos de pesquisa histórica, iniciados sobre a própria cidade natal, Itaúna, hauriu este seu conterrâneo a coragem de perpetrar este livro sobre Oliveira;

ao deputado Nélson Ferreira Leite, pela iniciativa e patrocínio desta Edição-Centenário;

a Helvécio Silveira, pela concepção da capa e a Eurico Santos, pela paciência com que redatilogrou os originais atualizados;

aos atualizadores dr. Honório Silveira Neto e dr. Geraldo Ribeiro de Barros: ao primeiro, pelos apontamentos de 1942 a 1954; ao segundo, pelos de então até nossos dias, acrescidos ainda da sua assistência técnica na paginação, revisão, coleta de fotos, mapa, fac-símiles, confecção de clichês e legendas; a ambos, enfim, pelo prefácio, biografia do livro e do autor, bem como pelas suas reiteradas campanhas na imprensa contra o esquecimento a que vinha, há dezenove anos, sendo relegada esta humilde obra;

por iguais campanhas e interesse, ao bravo jornal oliveirense Gazeta de Minas, ao seu colunista Oliva, ao Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores de Oliveira, na administração e legislatura assim do período atual como principalmente do de 1952-55;

a quantos, direta ou indiretamente, contribuíram já nas pesquisas arquivais e informações orais ou cessão de fotos, já na publicação e difusão deste livro – e especialmente ao leitor, pela sua leitura e crítica esclarecida:

agradecimentos sinceros, extensivos ao editor Bernardo Álvares, aqui apresenta. (Fonseca, 1961, p. 8)

Foram muitos anos de espera, de muita ajuda e principalmente de muitas lembranças nos meios de comunicação através de pessoas empenhadas em ver o livro editado, para que a escrita de Gonzaga da Fonseca (1961) não caísse no limbo da história. Ademais, a partida do autor da cidade de Oliveira não poderia se constituir em motivo para que essa proeza de destemida dedicação e habilidade literária fosse deixada de lado, nem “...os quatro anos que gastou, sozinho e sem qualquer ajuda oficial, a elaborar a obra, em longas vigílias sobre velhos alfarrábios.” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 13). Durante todo esse tempo, Gonzaga da Fonseca (1961) esquadrinhou

[...] elementos do folclore, da lenda, da tradição e até do anedotário local ... bom lembrar que, só de antigos jornais oliveirenses, leu mais de três mil, um de cada tiragem. Soube extrair deles e de centenas de códices da história colonial aquele cerne a que juntou o sabor ameno da informação oral. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 13)

Como jogar no lixo ou deixar no anonimato social tanta pesquisa de Gonzaga da Fonseca (1961) para imortalizar a história de Oliveira em um relato curioso e instigante, inclusive porque de acordo com a citação de Silveira Neto e Ribeiro de Barros, no prefácio de **História de Oliveira**, a obra inclui “aspectos científicos” e “pitorescos”, além de poesias e oralidade. “Muita coisa se transmite oralmente de geração em geração... (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 13)”. À medida que se embrenha na leitura, torna-se evidente que Gonzaga da Fonseca (1961) usou da tradição oral, de entrevistas e de registros documentais, entrelaçando-os nas páginas de sua obra. O objetivo de preservar essas narrativas do esquecimento, garantindo que esses relatos perdurassem ao longo de décadas, transformando a sabedoria transmitida de boca em boca em uma permanente herança literária, finalmente se realizou.

Como já dito, a obra não foi escrita apenas por Gonzaga da Fonseca (1961), porém para identificar com certa precisão quais foram as partes acrescentadas por Geraldo Ribeiro de Barros e Honório Silveira Neto, ao longo das revisões de 1954 e de 1961, seria necessário um estudo ainda mais aprofundado da obra, o que, no momento, não se mostra possível. Todavia, ao explorar as páginas de **História de Oliveira**, é possível notar alguns apontamentos que se apresentam quase como um apêndice, localizados ao final do livro. Esses elementos parecem ser alguns exemplos daquilo que foi acrescentado pelos revisores. Considerando, também, algumas datas, é razoável supor que todos os eventos registrados no livro, acontecidos pós-1942, ano que Gonzaga da Fonseca (1961) concluiu sua escrita, foram contribuições realizadas pelos revisores, como é o caso do texto em relação à participação de Oliveira na 2ª Grande Guerra Mundial,

[...] na qual Oliveira participou através de vários de seus filhos. E lá ficou, dormindo tranquilamente no solo da Itália, como herói da Força Expedicionária Brasileira, o oliveirense Omar Bento do Nascimento, a quem a cidade rendeu comovidas homenagens de saudade. Em maio de 1945, ao noticiarem as emissoras o fim da guerra, com a rendição incondicional da Alemanha, o povo saiu à rua, organizou uma passeata-monstro, estudantes do Ginásio, da Escola Normal, dos grupos, homens do povo, marchando e cantando músicas patrióticas. E, no coreto, que existia no antigo jardim da Praça Quinze, à noite, oradores inflamados exaltaram os feitos das Nações Unidas e o heroísmo do soldado brasileiro. A recepção aos expedicionários oliveirenses, a 14 de outubro de 1945, no Teatro Municipal, foi uma verdadeira apoteose cívica. Uma caravana de oliveirenses veio da Capital para participar dos festejos. Vários oradores se fizeram ouvir, realizou-se uma representação teatral em homenagem aos expedicionários, e, mais uma vez, a alma cívica de Oliveira vibrou freneticamente. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 441)

Em Oliveira, seja por sua significativa influência no cenário político ou por sua constante conexão com os eventos pátrios, notadamente devido ao jornal *Gazeta de Minas*, que prontamente registrava o que acontecia no cenário nacional, sempre se manifestou com festividades, desfiles e discursos eloquentes a respeito dos acontecimentos pátrios. Desse modo, o município se engajou de forma vibrante, através de seus cidadãos, em uma movimentação pública digna de destaque nas páginas da *Gazeta de Minas*. O referido jornal, que circula em Oliveira desde 1887, sempre foi responsável pela divulgação de notícias de diversas áreas, desde a política, passando pela saúde, cultura e esporte. Foi por meio do jornal *Gazeta de Minas*, de 24 de dezembro de 1995, que a cidade se comoveu com a notícia do falecimento do autor Luís Gonzaga da Fonseca, ocorrido em Belo Horizonte, na data de 11 de dezembro de 1995.

Figura 10: Luís Gonzaga da Fonseca (*09/10/1911 +11/12/1995), recorte da Revista Vida dos Municípios



Fonte: autora da pesquisa.

Sobre Gonzaga da Fonseca, sabe-se que escrevia para jornais do interior, principalmente para *Gazeta de Minas*, e nunca deixou a docência. Foi casado com Yone Silva Melo, com quem teve duas filhas, Maria Luísa e Rosana. No entanto, quase se tornou padre, tendo estudado em Seminário, em Belo Horizonte.

Nascido em Itaúna. Em sua terra natal fez os cursos primário e o secundário. Em Belo Horizonte fez curso de Seminário e de Letras na Universidade Federal de Minas Gerais.

Foi professor de Português (Língua e Literatura).

Exerceu o jornalismo no interior do Estado.

Obteve os prêmios em concursos literários em Belo Horizonte (prosa), em 1983 e em Florianópolis, Santa Catarina em 1984 (poesia). Sócio do Instituto Histórico de Minas Gerais e da Academia Municipalista de Letras.

Tem dois livros publicados — *História de Oliveira e Itaúna Humana e Pitoresca*, coletânea de poetas e prosadores itaunenses, da geração de Mário Matos. (Miranda, 2022)²¹

De acordo com informações contidas na orelha do livro **História de Oliveira**, Gonzaga da Fonseca (1961) não chegou a terminar o curso no seminário, dedicando-se ao magistério e atuando como professor, ainda no seminário. Para Oliveira veio a convite do vigário José

²¹ Acesso em 16/08/2024, disponível em http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/minas_gerais/LUIZ%20GONZAGA%20DA%20FONSECA.html

Ferreira de Carvalho para assumir as aulas de português na atual E. E. Professor Pinheiro Campos, para substituir o falecido e renomado professor Antônio Pinheiro Campos. Na cidade, permaneceu de 1938 a 1943, retornando para Belo Horizonte, onde exerceu os cargos de Diretor do Departamento de Educação da Penitenciária Agrícola de Neves e de professor do SENAI. Também foi Inspetor do Ensino Secundário, nas cidades de Ubá e de Cataguases, atuando também como professor nessa última. Retornou como inspetor para Belo Horizonte, mas não deixou de trabalhar como professor, atuando em diversas escolas da capital mineira. Nunca deixou de escrever artigos para jornais e, ao que parece, escreveu, mas não conseguiu publicar romances, peças de teatro e apontamentos de psicologia carcerária.

4 - História e Literatura

O entendimento do discurso histórico na primeira metade do século XX se constitui como narrativas que poderiam ser incontestáveis. No entanto, quanto a historicidade de uma obra ou texto, há a necessidade de um pouco mais de reflexão.

Assim, a respeito de certo texto ou de certa obra ser ou não considerada como histórica, levando em consideração os três autores aqui mencionados, têm-se os seguintes fatos: Demétrio Coelho (1950) afirma que sua obra não é histórica; o livro de Leite e Oiticica (1882) é chamado de “monografia”, o que parece acontecer no sentido de não o considerar como livro, muito menos como obra histórica; já Gonzaga da Fonseca (1961) afirma que fez muitas pesquisas, tentando demonstrar, assim, que sua produção é histórica. Porém, apesar das pesquisas, como Gonzaga da Fonseca (1961) não tem formação em história, mas em letras, acaba sendo considerado um memorialista. Para muitos, os três autores pertencentes ao *corpus* desta pesquisa não têm obras históricas, sendo os três considerados memorialistas, já que nenhum deles é historiador de formação. Mas levando-se em consideração que ter formação como historiador é coisa recente, como se poderia efetivar esse tipo de classificação? Assim, antes de qualquer discussão a respeito de quem escreve ser ou não historiador, torna-se mais relevante desvendar qual obra poderia ser considerada ou não como histórica. De acordo com o teórico Peter Burke (1992), para ter uma obra histórica

[...] não apenas é preciso resolver um grande número de problemas teóricos e metodológicos, mas também coletar e analisar uma enorme quantidade de dados. Mais uma vez o computador torna isso possível. Dois historiadores americanos, L. Davis e R. Huttenback, muito adequadamente vinculados ao Instituto de Tecnologia da Califórnia, fizeram exatamente isso para a questão do imperialismo britânico.

Reuniram uma enorme quantidade de dados e os analisaram através de métodos muito sofisticados. (Burke, 1992, p. 122)

Ao observar a citação de Burke, entende-se que um livro deve ser considerado histórico por tentar ser completo, ou seja, precisa ser baseado num conjunto numeroso de informações que sejam factíveis e passíveis de comprovação. Sendo assim, ao longo do tempo, apenas a obra baseada em fatos e em árduas pesquisas pode ser considerada histórica? Nesse contexto, como ficam aqueles autores considerados teóricos, cujos livros tratam não só exclusivamente de fatos, mas também de subjetividades? Hayden White discute essa complexidade ao afirmar que “a distinção entre história e ficção não pode ser feita simplesmente pelo apelo à presença ou ausência de verdade factual, mas depende da forma como os fatos são organizados narrativamente” (White, 1973, p. 82). Dessa forma, até a própria historiografia se constitui, em parte, por escolhas interpretativas e narrativas, o que desafia os limites tradicionais entre o factual e o imaginado.

E quanto aos grandes nomes vinculados a escolas teóricas, como o Positivismo (séc. XIX), Marxismo (séc. XIX), École de Hautes Etudes (1868), École de Annales (1929), e outras, nota-se que mesmo esses necessitam ir além da coleta de fatos. Burke (1992) alerta, por exemplo, que “A teoria da dependência foi logo aplicada a várias partes do Terceiro Mundo, particularmente à África. Samir Amin escreveu extensivamente sobre a questão ...” (Burke, 1992, p. 127), evidenciando como as interpretações teóricas moldam a forma de se compreender os acontecimentos.

Assim, uma obra histórica pode ser aquela que articula teorias e subjetividades em diálogo com o factual, ou ainda aquela que, embora carregada de informações empíricas obtidas por meio de extensas pesquisas, incorpora formas de escrita influenciadas por contextos culturais e intelectuais. Nesse sentido, Chartier (2004) ressalta que “... o escrito está no próprio centro das formas mais gestuais e oralizadas das culturas antigas. [...] Entre textos e gestos, as relações são, portanto, estreitas e múltiplas, obrigando a considerar em toda a sua diversidade as práticas do escrito.” (Chartier, 2004, p. 12). Diante disso seria o caso de se considerar como obra histórica o livro que conjuga teoria, fatos documentados, dados empíricos e descrições de vivências? Le Goff (1990) convida a pensar quando diz:

Por fim, o caráter “único” dos eventos históricos, a necessidade do historiador de misturar relato e explicação fizeram da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência. Se isso foi válido da Antiguidade até o século XIX, de Tucídides a Michelet, é menos verdadeiro para o século XX. O crescente tecnicismo da ciência histórica tornou mais difícil para o historiador parecer também escritor. Mas existe sempre uma escritura da história. (Le Goff, 1990, p. 8)

Entre o ser e o não ser da história, da obra histórica, da historiografia ou do historiador, Le Goff (1990), em **História e Memória**, diz que “A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou melhor, a mentalidade histórica de uma época.” (Le Goff, 1990, p. 39). Assim, sobre o assunto, Le Goff (1990) informa que

... uma nova concepção de historiador definida por Arnaldo Momigliano com rigor: "O historiador não é fundamentalmente para Mazzarino um profissional, investigador da verdade do passado, mas um vedor, "profético" intérprete do passado, condicionado pelas suas opiniões políticas, pela fé religiosa, características étnicas e, finalmente, mas não em exclusivo, pela situação social. Todas as evocações poéticas, míticas, utópicas, ou, de qualquer modo, fantásticas do passado entram na historiografia" [1967, ed. 1969, p. 61].

Ainda sobre este assunto devemos distinguir: o objeto da história da história é bem este sentido difuso do passado, que reconhece nas produções do imaginário uma das principais expressões da realidade histórica e nomeadamente da sua maneira de reagir perante o seu passado. (Le Goff, 1990, p. 40)

O historiador é aquele que vê, analisa e transforma em texto o que viu, seja pela sua vivência ou pelas leituras e pesquisas, lembrando que seu texto sempre estará carregado de si, de suas concepções sobre o que escreve. Em determinado momento, Burke (1992) nos diz que “aquela história política da corrente principal que é ainda o cânone aceito nos estudos históricos britânicos.” (Burke, 1992, p. 62). No entanto, essa questão do cânone mencionada por Burke (1992) se refere a determinado tempo e espaço, não podendo ser entendida como uma máxima que define a existência de um cânone dentro da história. Assim como na literatura não é possível determinar o que é literatura, determinar o que deve ser considerado histórico e que faz parte da historiografia é um tanto complexo. Entretanto, assim como Le Goff (1990), Certeau (2012) traz certa luz, informando quanto a questão do objeto de estudo da história, que para ele é a “... tarefa de investigar regiões exteriores à circunscrição de um presente” (Certeau, 2012, p. 182), é que se torna relevante. Levando em consideração o que foi posto até o momento, e reconhecendo todo cuidado e zelo que a definição de “histórico” carece, pode-se dizer que pertencem ao campo da historiografia todas as obras que tem como foco o passado, seja por meio das reflexões, expressões da realidade, evocações míticas ou poéticas, leituras, releituras, interpretações, seja por meio de suas múltiplas imbricações com a sociedade. Os termos, assim como as sociedades, são mutáveis; novas teorias são desenvolvidas a cada época, novos estudos trazem à tona aquilo que é relevante à sociedade daquele período. Por fim, mesmo sob o risco de parecer *clichê*, o que importa na história é, de fato, o estudo do passado, uma vez que o futuro ou o “se” não fazem parte dos estudos históricos.

Diante do exposto acima, fica claro que as três obras pertencentes ao *corpus* da pesquisa têm seu caráter histórico, assim como literário, pois de acordo com Terry Eagleton (2006), “a literatura não pode ser, de fato, definida “objetivamente”. A definição de literatura fica dependendo da maneira pela qual alguém resolve *ler*, e não da natureza daquilo que é lido.” (Eagleton, 2006, p. 12). Assim, para ele, a definição de literatura não depende da natureza do texto ou do livro. A definição de literatura vem se modificando lentamente ao longo do tempo, sendo o leitor o elemento principal nesse quesito, pois é ele quem dará o *status* de literário a esse ou aquele texto. Essa definição se torna importante no tratamento das obras componentes do *corpus* desta dissertação, pois para muitos os livros pesquisados e analisados são considerados apenas memorialísticos ou históricos.

A literatura, ou mais especificamente as produções literárias, constituem formas de expressão artística, uma vez que fazem uso da palavra e da linguagem de maneira estética e sensível, com o objetivo de provocar encantamento no leitor. De acordo com o Dicionário Houaiss, a literatura, em sua dimensão artística, é definida como o “uso estético da linguagem escrita; arte literária”, ou ainda, “conjunto de obras literárias de reconhecido valor estético, pertencentes a um país, época, gênero etc.”²². Essas definições sobre literatura, que podem ser encontradas em qualquer dicionário, assim como em Eagleton (2006), nos dão vasto arcabouço para discussão, colocando em *xequê* a classificação dada a muitos textos e livros que não eram considerados literatura. O professor Antônio Cardoso Filho (2011) diz que “a literatura – como qualquer outra forma de arte – é criação” (Cardoso Filho, 2011, p. 12). Se literatura é arte, é criação, é escrita, muitos textos, artigos ou livros, até então considerados jornalísticos ou históricos, por exemplo, também podem ser classificados como literários; ou ainda, podem ser obras histórico-literárias.

Ao considerar a questão proposta por Eagleton (2006), segundo a qual a definição de literatura passa pelo crivo do leitor e está relacionada a linguagem enquanto forma de arte, pode se inferir que essa definição envolve uma dimensão de pertencimento. Esse pertencimento manifesta-se na relação em que o leitor estabelece com o texto, seja por meio das referências culturais ou simbólicas evocadas pela obra, da localidade referenciada ou do contexto de sua produção, seja pela própria formação e pelo próprio repertório do indivíduo que lê, que influencia sua capacidade de reconhecer o valor estético daquilo que lê.

White (1994), em seu estudo sobre o texto histórico como artefato literário, argumenta que as narrativas históricas operam também como construções metafóricas, buscando conferir aos acontecimentos de nossas vidas significados culturalmente aceitáveis. Vista de modo puramente formal, a narrativa histórica não se limita à simples reprodução de fatos históricos, mas configura-se como um complexo simbólico que orienta o leitor na interpretação dos eventos, remetendo à estrutura herdada da tradição literária.

A discussão sobre os limites entre o texto literário e o texto histórico, conforme já mencionado, contribui significativamente para a compreensão das obras que constituem o objeto desta dissertação. À primeira vista, alguns leitores podem não reconhecer as três obras dedicadas ao município de Oliveira como pertencentes aos campos da História ou da Literatura, classificando-as apenas como registros memorialísticos. No entanto, Eagleton (2006) observa que “Um segmento de texto pode começar sua existência como história ou filosofia, e depois passar a ser classificado como literatura” (Eagleton, 2006, p. 13). Partindo, portanto, de uma análise mais detida quanto à dimensão estética — que coloca o leitor à frente dessa definição — é possível compreender que essas obras, além de registrarem acontecimentos de épocas passadas e, assim, cumprirem uma função histórica, também integram o universo literário. Isso não apenas por apresentarem formas expressivas da linguagem, mas, sobretudo, porque a definição de literatura, nesse contexto, está condicionada ao olhar do leitor.

Quanto à sua validade como documentos históricos, as “três visões de Oliveira” — embora, como qualquer outra obra, apresentem limitações e lacunas — não deixam margem para dúvidas: elas registram fatos e acontecimentos situados em determinado tempo e espaço, o que lhes confere relevância histórica. Ademais, mesmo não sendo de amplo conhecimento popular ou de fácil acesso, essas obras têm sido utilizadas como fonte de pesquisas em diversas áreas, como história, arquitetura e jornalismo, devido ao longo período de suas existências.

As três obras, aqui denominadas de “três visões de Oliveira”, têm ainda um papel multifuncional, pois servem para tirar dúvidas sobre assuntos diversos, embasam trabalhos escolares, bem como pesquisas acadêmicas — como é o caso desta dissertação — e também encantam leitores interessados em explorar o passado do município e de sua região. Para esses, podem muito bem ocupar o lugar de livros de cabeceira, revelando, a cada leitura, novas camadas de memória e sentido do passado de Oliveira e sua região.

CAPÍTULO II

Literatura, Micro-história e Memória

O que justifica aos olhos do historiador estas pesquisas de detalhe, é que o detalhe somado ao detalhe resultará num conjunto, esse conjunto se somará a outros conjuntos, e que, no quadro total que resultará de todas essas sucessivas somas, nada estará subordinado a nada, qualquer fato é tão interessante quanto o outro, e parece ser enfatizado e transcrito na mesma medida. (Halbwachs, 1990, p. 85)

1 - A micro-história e literatura

A partir das informações a respeito das obras no capítulo anterior, foi possível entender um pouco sobre a cidade de Oliveira e os três autores que se debruçaram sobre suas histórias. Os três autores, cujas histórias se passam no município, ora adentram e expõem fatos históricos, ora vagueiam pelas lembranças da comunidade e suas próprias. Ao transitarem por esses caminhos, trazem à tona pontos relevantes para a composição de um todo que é preenchido por nuances, detalhes, lembranças pontuais e coletivas que revelam o caráter pitoresco e provinciano de Oliveira, mas também seu destaque no cenário mineiro, estadual e nacional. Os autores das três visões de Oliveira, ao trabalhar com lembranças, não apenas de fatos históricos relevantes, fazem emergir a importância das histórias “vindas de baixo”, Burke (1992), a esse respeito, aponta que:

Certamente existirão historiadores, tanto acadêmicos quanto populares, que planejarão escrever livros que implícita ou explicitamente neguem a possibilidade de uma recriação histórica significativa das vidas das massas, mas seus motivos para agir assim serão cada vez mais duvidosos. A história vista de baixo ajuda a convencer aqueles de nós nascidos sem colheres de prata em nossas bocas, de que temos um passado, de que viemos de algum lugar ... (Burke, 1992, p. 62)

Nesse caminho que se relaciona com a micro-história, tenta-se mostrar que todos são agentes produtores de múltiplas histórias que fazem parte do todo. De acordo com Burke (1992), ainda que “sem colher de prata em suas bocas”, a história e a literatura da vida real se fazem a partir do registro de vidas comuns, como demonstra a citação, e é isso que foi preciso realçar nos primeiros momentos da micro-história. Nesse caminhar, percebe-se a importância da literatura através de suas imbricações e transversalidade entre a micro-história e a memória. Carlo Ginzburg (2006), no prefácio de **A micro-história italiana**, relata que:

Em setembro de 1955 - há quase 50 anos - Giovanni e eu fizemos uma viagem à Veneza. Lembro que, olhando uma das grandes telas de Carpaccio na Galleria dell'Accademia, indiquei a Giovanni uma em particular: uma moça loira, vestida de azul, sentada em uma gôndola. Seria preciso escrever a história daquela moça, dissemos um ao outro. (Espada Lima, 2006, p. 11)

Provavelmente, essa foi uma das primeiras vezes que se falou em escrever sobre a história de uma pessoa comum, pesquisar e descobrir quem foi aquela moça e trazer sua história de vida e da tela para um livro. Observa-se também que pode ser em momentos de maior simplicidade, quando não estão envolvidos em seminários ou preocupados com seu trabalho de pesquisa acadêmica que esses dois teóricos passaram pelo mesmo *insight*. Trabalhar, estudar e pesquisar a micro-história está relacionado a dar visibilidade ao que faz diferença, dar visibilidade às histórias que podem ter ficado no ostracismo, ou ainda guardadas na memória dos cidadãos, o que não quer dizer que seriam histórias menores, pois sua relevância é a mesma do que qualquer outra. Contar essas histórias é um grande ganho literário e é um pontapé para a valorização de histórias ditas “menores” ou “vistas de baixo”, não pelo seu valor, mas pelo esquecimento que passaram. Contar essas histórias é como descer ao patamar onde o povo comum se encontra para levá-las ao conhecimento popular, como no caso das correspondências de guerra de um soldado,

[...]conscientizaram-se do potencial para explorar novas perspectivas do passado, proporcionado por fontes como a correspondência do soldado Wheeler com sua esposa, e sentiram-se atraídos pela ideia de explorar a história, do ponto de vista do soldado raso, e não do grande comandante. Tradicionalmente, a história tem sido encarada, desde os tempos clássicos, como um relato dos feitos dos grandes. (Burke, 1992, p. 40)

De forma inesperada, inusitada, a partir de um passeio e de uma conversa descompromissada, surge a ideia da micro-história, que nesse primeiro momento não é levada a cabo. Interessante que é dessa mesma forma inusitada e inesperada que, num instante, a partir de uma conversa sem grandes intenções, surge a ideia de se escrever sobre a história da cidade de Oliveira. Gonzaga da Fonseca (1961), que não era natural de Oliveira, em 1938, quando chega à cidade, é convidado a proferir uma saudação aos educadores do presente e do passado:

- Do passado também, senhoritas?
- Também, Professor. Não está aqui para substituir o nosso professor Pinheiro Campos e ainda não ouviu falar da Tia Lilita? Soubemos que o senhor solta bem o verbo.
- Ora, tenham dó! Mal cheguei, ... A não ser que vocês me emprestem uma história da cidade.
- História em livros? Não há sr. Gonzaga.

- Incrível! atrapalhou, admirado. Não nasceram por aqui José Oiticica, Raul Leite, Carlos Chagas? E esta não é uma cidade culta e bem antiga? Onde estão os seus intelectuais vivos?

[...]

- Quer saber? Você é que vai escrever a história da nossa cidade. É só principiar pelo que pesquisar agora para sua saudação domingo próximo ali no teatro municipal.

Dito e feito. Itaunense, já mentalmente trabalhado pelo que fizera pela sua terra natal, o historiador João Dornas Filho, ... Quatro anos depois concluía o livro. (Gonzaga da Fonseca, 1961, orelha do livro)

A referida citação de Gonzaga da Fonseca (1961) ainda foi corroborada no prefácio de sua obra, por Silveira Neto e Geraldo Ribeiro, quando disseram que:

Vivendo a cidade durante os quase sete anos em que lecionou o idioma nacional no Ginásio Mineiro “Prof. Pinheiro Campos”, o autor estranhava existir entre as antigas cidades mineiras uma que não possuía, editada, uma história orgânica e atual. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 11)

Foi errônea a informação passada pelas professoras à Gonzaga da Fonseca no instante de sua chegada. As citações sugerem que no momento da produção de sua obra, Gonzaga da Fonseca buscava produzir uma “história orgânica e atual”, ou seja, pretendia escrever uma história geral, completa e atual do município, não se importando com a existência da obra de Leite e Oiticica (1882). Porém, é importante perceber a relevância da pesquisa e conhecer obras pré-existentes para a produção de um trabalho consistente. Gonzaga da Fonseca, ao buscar preencher a lacuna de uma “história orgânica e atual” de Oliveira, reconheceu a existência de fontes, como jornais e arquivos, utilizando-as para aprimorar sua própria obra. Entretanto, isso não foi feito com total franqueza, uma vez que o autor diz não existir uma história da cidade de Oliveira; e depois da constatação da existência dessas obras, evidenciadas pelas citações tanto de Leite e Oiticica quanto de Demétrio Coelho, não alterou o que havia escrito no início de seu livro. Poderia Gonzaga da Fonseca (1961) ou algum de seus colaboradores (Ribeiro de Barros ou Silveira Neto) ter se atentando para a afirmação errônea e ter feito uma correção antes da publicação, declarando, talvez, que não havia obra formalmente reconhecida como histórica, mas que já havia produções sobre a cidade, as quais seriam utilizadas na elaboração de **História de Oliveira**. Vale lembrar que, embora não tendo seguido normas formais, como as da ABNT, para uma citação adequada de referências bibliográficas, já que essas ainda não existiam na época, seria fundamental, por uma questão de bom senso, reconhecer a autoria de ideias e de textos presentes nas obras consultadas e incorporadas em **História de Oliveira**. Dessa forma, Gonzaga da Fonseca (1961) evitaria críticas e questionamentos ao menos mencionando, logo de início, a existência de **Notas Sobre o Município da Oliveira**. Uma simples reescrita da

orelha do livro, esclarecendo o equívoco das professoras ao afirmarem que não havia nenhuma publicação sobre Oliveira, teria sido suficiente para corrigir a desinformação e para demonstrar maior rigor em sua produção.

Em 1938, quando Gonzaga da Fonseca (1961) chegou à cidade e iniciou sua escrita, o livro de Leite e Oiticica (1882), publicado em 1882, já contava com 56 anos de existência. Quanto à **Recordações de Oliveira**, não foi possível obter parâmetros que comprovem que **Notas Sobre o Município da Oliveira** inspirou ou que foi base para Demétrio Coelho. Fazer tal afirmação não é possível, já que esse último inicia seu texto explicando que:

O que pretendemos fazer é, apenas, relatar episódios folclóricos ali ocorridos [...]

Alguns destes, aqui registrados, foram por nós mesmo presenciados, outros nos foram contados por amigos. Pequenas coisas, feitos transitórios, ocorrências chistosas que ou ficam integrados na vida do lugar, passando a tradição, ou se perdem nas dobras do passado. (Demétrio Coelho, 1950, p. 5)

Dessa forma, também não se pode afirmar o contrário, pois a única certeza que se tem é a da afirmação acima do próprio autor, em que diz ter registrado fatos ocorridos no município em que nasceu, por tê-los presenciado e os que tomou conhecimento a partir de informações de moradores locais. Além disso, outra afirmação passível de ser comprovada é a existência de ao menos um relato em comum entre as obras: o fato da abertura da rua Venâncio Carrilho. Dada à amplitude desse feito, é necessário considerar que um ato dessa magnitude tenha ficado incrustado na memória dos munícipes e que essa história tenha se propagado por via oral por longo período de tempo, já que após 70 anos do lançamento de **Notas Sobre o Município da Oliveira**, o fato foi narrado na página 40 da revista *Vida dos Municípios*, publicada 1952, tendo como base a obra de Leite e Oiticica (1882). A revista transcreveu, assim, a referida história:

Ainda na obra do dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica encontramos o seguinte episódio, narrado a propósito do nosso conterrâneo Venâncio Carrilho de Castro:

“Afferrado patriota, incansável, d’um entusiasmo pelo seu torrão era Venâncio Carrilho de Castro. As casas da rua hoje chamada – Direita – estendiam os quintaes até á rua das Palmeiras – em distância de mais de 50 braças; Venâncio Carrilho entendia que seria de grande vantagem para o embelezamento e mesmo aumento da cidade o abrir-se uma outra rua pelo centro dêsses quintaes, o que seria de tanto mais vantagem quando daria uma rua plana como poucas contava a cidade, ficando suficiente espaço aos proprietários para horta e chácara. Naturalmente opuserão-se a isto os proprietários, não produzindo efeito a tentativa que fez perante a Câmara Municipal. Venâncio não desanimou e quando viu que não conseguia da Câmara nem dos proprietários a abertura da rua, reuniu diversas pessoas e em uma noite cortou todos os quintaes, derrubando muros, abatendo árvores em largura suficiente para a rua e em tôda a extensão da mesma. No dia seguinte a rua estava aberta, assim ficou e hoje é uma das boas ruas da cidade, não tendo os proprietários

podido, contra a vontade do povo, fechá-la. Custou-lhe isto o ser espancado atrozmente e deixado por morto; mas julgou bem empregado o que sofreu em bem da cidade que lhe fôra berço”. (Ribeiro de Barros, 1952, p. 40)

É válido lembrar que o próprio Demétrio Coelho chama a atenção para a natureza de sua obra, afirmando que grande parte do que escreveu veio dos relatos orais que ouviu ao longo do tempo. Assim, o trecho referente a Venâncio Carrilho parece ser uma síntese do que já havia sido registrado por Leite e Oiticica.

Embora os três autores analisados nesta dissertação não estivessem familiarizados com os desdobramentos teóricos que viriam a compor os estudos da micro-história — campo que sequer havia se consolidado na época em que escreveram —, suas obras contribuíram significativamente para a historiografia ao darem voz às histórias de pessoas comuns e às memórias do cotidiano local. No caso específico de Demétrio Coelho (1950), fica evidente sua intenção ao afirmar que registrou “pequenas coisas que ficaram na vida do lugar”. Isso demonstra sua preocupação em eternizar acontecimentos simples, mas marcantes para a história da cidade. Ao fazer isso, ele não apenas preservou essas memórias, mas também forneceu um material valioso para o estudo da micro-história, mostrando que mesmo aquilo que parece pequeno pode ter grande relevância quando se trata da história vivida.

Retomando a questão quanto à negação do conhecimento das obras de Leite e Oiticica, já no início da escrita, e de Demétrio Coelho, ao findar do livro, aceitar esse desconhecimento de Gonzaga da Fonseca é incompatível com seu grau de letramento, já que a hipótese de ampla divulgação das obras pré-existentes pode ser confirmada a partir da revista de notícias *Vida dos Municípios*, que foi editada antes da impressão do livro **História de Oliveira**. Na revista, foi publicado um artigo informativo retirado de Leite e Oiticica, no entanto a notícia chamava o livro de “monografia”, e dizia assim: “Na monografia do dr. Francisco de Paula Leite e Oiticica, colhemos os seguintes dados estatísticos com relação à cidade de Oliveira...” (Ribeiro de Barros, 1952, p. 38, **grifo nosso**). O informativo segue noticiando a quantidade e os nomes das ruas e das praças da cidade, mas o importante é perceber que a obra era chamada de monografia. Teria Gonzaga da Fonseca e os autores do prefácio de sua obra, Silveira Neto e Ribeiro de Barros, afirmado não se ter ainda no município editado uma “história orgânica e atual” de Oliveira, porque consideravam **Notas Sobre o Município da Oliveira** como uma monografia, como indicado na citação acima? Realmente o que se tem são os indícios inferidos acima, pois resposta concreta para o questionamento não se tem.

Ainda sobre a preexistência de obras sobre Oliveira, na mesma página 38 da revista mencionada anteriormente, encontra-se a seguinte notícia sobre a obra de Demétrio Coelho (1950):

Recordações de Oliveira

Registramos com prazer, o aparecimento do livro < Recordações de Oliveira >, de autoria do sr. José Demétrio Coelho, que, por longos anos, aqui residiu, sendo muito estimado e admirado pelos oliveirenses.

< Recordações de Oliveira > não é uma obra histórica, segundo afirma seu autor, mas o registro simples de acontecimentos e fatos aqui ocorridos e por êle anotados no curso de sua permanência em nossa cidade.

Ao sr. José Demétrio Coelho VIDA DOS MUNICÍPIOS envia felicitações pela oportunidade do lançamento de seu livro, que veio constituir, sem dúvida, em subsídio para a futura história de Oliveira.” (Ribeiro de Barros, 1952, p. 38, **grifo nosso**)

No fragmento acima, vale observar a informação transcrita por Geraldo Ribeiro de Barros sobre a obra **Recordações de Oliveira** não ser histórica. Tanto para Gonzaga da Fonseca quanto para Silveira Neto e Ribeiro de Barros, editor da revista *Vida dos Municípios* e revisor de **História de Oliveira**, a única obra que pode ser considerada como fonte histórica oficial da cidade é o livro de Gonzaga da Fonseca (1961). Vale ressaltar o quanto são intrigantes os relatos totalmente opostos de Gonzaga da Fonseca e Demétrio Coelho no início de seus livros. Como já visto, Demétrio Coelho afirma não ter pesquisado, portanto sua obra não seria histórica; já Gonzaga da Fonseca afirma ter pesquisado em vários lugares “Nos arquivos locais. Nos de Belo Horizonte, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes e São João Del Rei. De antigos jornais oliveirenses, por exemplo, editados desde 1887, ..., leu mais de três mil.” (Gonzaga da Fonseca, 1961, orelha). Enquanto um afirma ter feito muitas pesquisas, o outro afirma ter escrito de forma despreocupada, ou seja, por lazer, “ao correr da pena”. Lembrando que ambos foram contemporâneos ao escrever, é no mínimo curioso a postura contraposta entre eles, percebendo-se um certo tom de jeriza entre os dois autores.

Apesar das idas e vindas na discussão entre a existência ou não de obra que aborde a história da cidade, fato é que o município conta, em ordem cronológica, com as seguintes publicações: **Notas Sobre o Município da Oliveira**, de 1882; **Recordações de Oliveira**, de 1950; e **História de Oliveira**, de 1961. Foram 68 anos da primeira até a segunda obra e 11 anos de diferença entre o lançamento de **Recordações de Oliveira** e **História de Oliveira**. Sendo ambas escritas concomitantemente, podem ter tido inspiração de **Notas Sobre o Município da Oliveira**, porém o mais importante é destacar que ambas tratam de histórias, de relatos e de vivências ocorridas num município do interior do país e que remetem às memórias individuais

e coletivas de uma sociedade, por isso estão ligadas às questões teóricas da micro-história e da memória.

Já se discutiu anteriormente sobre a micro-história, mas é importante compreender sua origem, seu objeto de estudo e de que maneira se relaciona com os livros que tratam da história de Oliveira. O termo "micro-história" surgiu na década de 1970, na Itália, e passou a ganhar destaque também na França a partir da década de 1980. Segundo Espada Lima (2006), na Itália do pós-guerra, em 1966, foi criada a revista *Quaderni Storici delle Marche*, na cidade de Ancona, marco inicial do movimento italiano da micro-história.

No hierarquizado mundo acadêmico italiano, Ancona não era apenas geograficamente periférica, mas estava definitivamente “fora dos eixos” de produção científica e intelectual do país, em relação aos centros de maior prestígio, como Roma, Turim ou Bolonha. Por outro lado, essa posição periférica permitiu, no fim da década de 1950, que Ancona se tornasse um espaço particularmente propício para o desenvolvimento - e a ampliação - de um debate que começava a circular - pelo menos como tema - no ambiente acadêmico italiano: o do diálogo entre as disciplinas das ciências sociais. (Espada Lima, 2006, p. 39)

A revista surge no momento em que se desenvolvem os estudos econômicos e outros ligados às ciências sociais, tendo como elemento central a interdisciplinaridade e a diversidade temática. Esses fatores foram fundamentais para os primeiros passos da micro-história. Como destacado por Espada Lima (2006), a cidade de Ancona não ocupava posição de destaque geográfico, nem de produtividade acadêmica ou era um centro de prestígio na Itália, característica que foi paradoxalmente essencial para o florescimento de uma abordagem voltada aos detalhes do cotidiano e para a experiência de sujeitos até então marginalizados ou esquecidos nos relatos históricos. Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação com a cidade de Oliveira, que, em seus primórdios, também não figurava com um grande centro de Minas Gerais. Essa característica a aproxima da perspectiva da micro-história, cuja proposta não está centrada na valorização dos grandes centros de prestígio ou na construção de mitos nacionais, mas sim na investigação dos sujeitos comuns, das vivências locais e dos eventos aparentemente marginais que compõem o tecido histórico.

O estudo da micro-história desloca o foco do macro para o micro, do geral para o local, do amplo para o pontual, o que se torna imprescindível para o entendimento das transformações sociais ocorridas no período de seu desenvolvimento. Assim como Ancona, que inicialmente não era um grande centro e ganhou destaque com os estudos de *Quaderni Storici delle Marche*, a cidade de Oliveira, embora não esteja entre as maiores do Estado de Minas Gerais, conquistou notoriedade ao longo do tempo por sua posição estratégica como ponto de passagem,

impulsionado pelo crescimento do comércio ao receber a ferrovia e pelo destaque de seus filhos no cenário político e público, tanto em Minas quanto no país.

No primeiro fascículo da revista, ainda na década de 1960, Braudel discute o caráter entre o local e o geral, e os estudos da micro-história se ampliam devido ao pós-guerra, à fragmentação das potências e à preocupação com os movimentos operários em cada lugar, todos esses acontecimentos possibilitaram o estudo de histórias locais. Uma preocupação em torno do estudo referente ao local foram as "... fortes críticas sobre a suposta "subalternidade" de uma historiografia que, tornando-se história local do movimento operário, perdia sua dimensão histórica geral, assim como sua ligação com as estruturas mais amplas em que se inseria." (Espada Lima, 2006, p. 29). No entanto, essa não se sustenta, uma vez que adentrar no estudo do local é ampliar o foco em relação a história geral. Ademais, observa-se que, desde seu início, o estudo do micro chama atenção, pois

... talvez o livro, que utiliza essa perspectiva no passado a criar maior impacto, tenha sido escrito por um estudioso francês que tomou como sua temática uma comunidade medieval camponesa dos Pireneus. *Montaillou*, de Emmanuel Le Roy Ladurie, pela primeira vez publicado na França em 1975, despertou maior atenção, foi mais vendido e teve maior alcance de leitores que a maior parte das obras de história medieval. (Burke, 1992, p. 47)

Quanto mais detalhado for o estudo do micro, mais elementos se acumularão para enriquecer o olhar do macro. Afinal, se observar de forma ampla e distante, a visão tende a ser rasa e superficial, sem os detalhes importantes para o preenchimento das lacunas deixadas pela narrativa histórica tradicional. É justamente na atenção aos pormenores, aos sujeitos e aos eventos esquecidos que a micro-história revela sua potência como ferramenta de aprofundamento e de ampliação do conhecimento histórico. A partir da citação de **História de Oliveira**, percebe-se que mesmo sem o conhecimento dessa vertente teórica da historiografia, seus autores se dedicaram a completar essas lacunas, demonstrando a relevância de Oliveira, ainda que com certo exagero, uma vez que o autor escreve:

[...] a História de Oliveira transborda(va) do âmbito territorial da comuna por apresentar, em parte, a própria evolução geo-econômica da civilização mineira.

É em torno do município que, desde os primeiros tempos, vem gravitando a própria vida brasileira. E esse sentido comunitário da sociedade nacional, Oliveira o tem vivido intensa e profundamente. Ler a História de Oliveira é, sem dúvida, ler fatias da própria história pátria. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 13 e 14)

O texto em questão foi retirado do prefácio, escrito por Silveira Neto e Ribeiro de Barros, e chama a atenção o preciosismo dos autores quando mencionam que ler as páginas da

História de Oliveira seria como “ler fatias da própria história pátria”. No entanto, segundo Certeau (1982), o autor imbuído daquilo que escreve não consegue se desvincular de seu objeto de pesquisa a ponto de produzir um texto totalmente isento de seus sentimentos. Nesse contexto, associado aos pressupostos da micro-história de focar o micro para compor o macro, alguns dados acerca de Oliveira podem, em certa medida, sustentar em parte a ideia de que o município realmente se despontava para desfrutar de considerável importância política até aquele período, pois conforme afirma Gonzaga da Fonseca (1961), “Oliveira participa na vida nacional através de filhos ilustres que ocupam altos postos na administração estadual e federal.” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 441 e 442), coisa que não se via acontecer com frequência em outros lugares. Assim, na política estadual entre os vários municípios mineiros até 1961, Oliveira era um dos poucos que contava com um deputado estadual, desde 1959, o Sr. Nelson Ferreira Leite (*1921 +2020), popularmente conhecido como “Ti Nelson”, mecenas da obra, pois foi com sua ajuda que a publicação de **História de Oliveira** se concretizou. Um deputado federal, desde 1958, o Sr. Paulo Pinheiro Chagas (*01/09/1906 + 12/04/1983)²³, sendo que esse, anteriormente, já havia ocupado os cargos de deputado estadual e federal e secretário de segurança pública, em Minas Gerais. Além desses, antes de 1961, a cidade contou com outros ilustres políticos de renome, que deixaram sua marca na história; e o próprio Gonzaga da Fonseca (1961), em sua obra, elenca alguns oliveirenses que desempenharam papéis significativos na vida pública do Estado e do país.

Em agosto de 1949, o Dr. José Maria Lobato é convocado, como suplente, para exercer o mandato de deputado na Assembleia Legislativa de Minas. Dr. Paulo Pinheiro Chagas, historiador, autor de “Teófilo Otoni, Ministro do Povo”, jornalista, filho da terra, é eleito em 1950 para a Câmara de Deputados, onde tem brilhante atuação em favor de seu município. Mais recentemente é o Dr. Maurício Chagas Bicalho que, em 24 de fevereiro de 1954, toma posse do alto cargo de Secretário do Interior do governo mineiro, sobe a presidente do Banco do Brasil e ocupa outros postos de alto gabarito. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 442)

Ainda se destacaram Carlos Pinheiro Chagas, que antes da política fora professor de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina de Belo Horizonte e na Universidade de Baltimore, EUA. No campo político, foi governador provisório de Goiás, em 1930; Secretário das Finanças do Governo do Estado de Minas Gerais, em 1932; participou da Revolução de 1930, e foi responsável pela “Prefeitura e Superintendência dos serviços termais de Poços de Caldas. Para realizar a completa remodelação dessa estância hidromineral e torná-la uma obra

²³ Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131339/biografia>, acesso em 05/10/2023.

digna do Estado...” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 433). Seu irmão, Djalma Pinheiro Chagas, também foi homem público e se destacou na política, exercendo cargos como de Presidente da Câmara Municipal em 1921. Ainda de acordo com Gonzaga da Fonseca (1961),

Dr. Djalma é filho da sua própria vontade. Surgiu da Sombra pelo seu próprio esforço. Já foi caixeiro no Estado do Rio. Já foi tropeiro em Minas. Soldado, lavrador e fazendeiro. Depois professor, chefe político, deputado federal e estadual, tribuno, secretário de Estado e banqueiro. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 431)

Enfim, entre os já citados filhos da terra oliveirense que trouxeram destaque para o município, cabe retomar, para complementar seu histórico político, o Sr. Maurício Chagas Bicalho, que em 1936 foi secretário das finanças de Minas Gerais; depois, entre 1948 a 1950, foi designado assistente na presidência do Banco do Brasil; ainda na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi diretor da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; de setembro de 1959 a junho de 1960, foi ministro interino do Ministério da Fazenda; de 1960 a 1966, foi representante dos seguintes países: Brasil, Colômbia, Peru, Panamá e República Dominicana, como diretor-executivo junto ao Fundo Monetário Internacional-FMI, em Washington.

Além de todos esses ilustres munícipes pertencentes ao século XX, outros nomes se ergueram para imortalizar-se ante ao panteão da história política nacional, ainda no século XIX. Um exemplo é o caso de João Chagas Lobato (*21/06/1835 +01/05/1899)²⁴, cuja influência transcendeu as fronteiras municipais, deixando sua marca na mais alta esfera política da época. Destacou-se não apenas por sua atuação no jornal *O Correio do Povo*, mas principalmente por sua participação como membro da mesa diretora nos trabalhos de elaboração da Primeira Constituição Republicana do Brasil, deixando assim uma marca significativa na história política nacional.

Ainda na vida pública, mas fora da política, outros oliveirenses que ganharam notoriedade, até a publicação do livro **História de Oliveira**, foram: Alexandre Gonçalves do Amaral (Oliveira, 12 de junho de 1906 – Uberaba, 5 de fevereiro de 2002), que foi bispo católico brasileiro, tendo sido o quarto bispo e o primeiro arcebispo da Arquidiocese de Uberaba. Áureo de Souza Ameno (Oliveira, 9 de julho de 1933), advogado, jornalista e radialista brasileiro. Foi redator do *Repórter Esso* (1961 a 1966), atuou na BBC de Londres e foi também redator da agência United Press. Gabriel de Andrade Janot Pacheco, engenheiro

²⁴ Disponível em: https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/chagas-lobato-2;isaar?sf_culture=en, acesso em 22/09/2023.

civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 1937, e participou da criação de duas grandes empresas de Minas Gerais: a Companhia Vale do Rio Doce e a Usiminas. Entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, Janot foi convidado para ser diretor da Associação Comercial de Minas Gerais, sendo ao mesmo tempo presidente da Comissão de Transportes, em 25 de abril de 1956, como fundador, elaborou a constituição societária e legal da Usiminas. Ramiro Noronha (Oliveira, 3 de janeiro de 1885 — Rio de Janeiro, 1º de dezembro de 1955) foi general-de-brigada do Exército Brasileiro, oficial da Comissão Rondon e primeiro governador do extinto Território de Ponta Porã.²⁵

Não se pode deixar de destacar aquele que, sem dúvida, é o maior ícone oliveirense na área da ciência e medicina, Carlos Ribeiro Justiniano das Chagas. Carlos Chagas, como é popularmente conhecido, nasceu em Oliveira em 9 de julho de 1878 e faleceu em 8 de novembro de 1934, no Rio de Janeiro. Carlos Chagas ganhou grande destaque mundial com a descoberta da “Doença de Chagas”, que levou seu sobrenome devido a importância do processo de sua descoberta, pois foi o único cientista até os dias atuais a descrever todas as etapas de uma doença infecciosa. O cientista, naturalista, sanitarista e médico oliveirense recebeu diversos prêmios pelo mundo todo, foi membro honorário da Academia Brasileira de Medicina e doutor *honoris causa* da Universidade Harvard e Universidade de Paris, além de ter sido o segundo diretor do Instituto Oswaldo Cruz. No entanto, sem dúvida, o prêmio mais importante de sua vida foi a indicação ao prêmio Nobel em 1913 e 1921, que infelizmente não ganhou. Atualmente, existe a Plataforma Carlos Chagas, que é um instrumento de dados do CNPQ, cujo nome foi dado em homenagem ao oliveirense.

Com tantos nomes oliveirenses em evidência na vida pública de Minas Gerais e do Brasil, até a publicação de **História de Oliveira**, não se pode dizer que Ribeiro de Barros e Silveira Neto exageraram ao dizer que “Ler a História de Oliveira é, sem dúvida, ler fatias da própria história pátria.” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 14). Ademais, retomando as questões historiográficas da micro-história, pode-se dizer que realçar a participação do município na vida pública é mostrar que a história do estado e da nação é composta por indivíduos e por partes singulares, o que é corroborado pela ideia de que “O olhar micro-historiográfico necessita desta análise intensiva, incisiva, atenta tanto aos pequenos pormenores como às grandes conexões.” (Assunção Barros, 2007, p. 183), afinal a micro-história não é o estudo de algo deslocado da realidade ou do todo, mas de uma parte que integra e interage com a “grande história”, e

²⁵ As informações sobre os filhos de Oliveira contidas neste parágrafo, foram retiradas da Enciclopédia Livre - Wikipédia, [Categoria:Naturais de Oliveira \(Minas Gerais\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria:Naturais_de_Oliveira_(Minas_Gerais)) – Wikipédia, a enciclopédia livre (wikipedia.org) acesso em 25/03/2023.

O mundo carecia da micro-história, provavelmente foi por ter e ver revelada histórias de pessoas comuns que essa vertente historiográfica se difundiu tão rapidamente. Na década de 1980 esses estudos já haviam ganhado a França a partir das páginas da revista dos *Annales*, Jacques Revel “um dos principais responsáveis pela divulgação da micro-história na França, sugere que ela teve o papel de “revelador” nos debates historiográficos contemporâneos.” (Espada Lima, 2006, p. 16 e 17)

Além dos filhos que Oliveira forneceu à vida pública de Minas Gerais e do país, há aqueles personagens singulares que não despontaram para além dos muros de Oliveira, mas internamente tiveram sua importância para o desenrolar da história do município, como o já mencionado Venâncio Carrilho. Ao ler as obras das “três visões de Oliveira”, pode-se encontrar além das histórias de políticos, histórias de pessoas comuns que viveram na cidade, como o ex-escravo Pai Joaquim, o músico João da Mata, o Sr. Antônio José de Castro, que segundo Leite e Oiticica (1882) “assistiu o começo do município”, o português Antônio da Silva Campos, que reformou a igreja matriz, os frades chamados de “Os Barbão” e outros tantos residentes no município ou que por ele passaram. Todos esses, e muitos outros, ajudam a compor a literatura da história do município.

O que seria dos pesquisadores se só restasse continuar a contar e recontar as histórias das nações ou dos grandes mitos que foram forjados no passado? Como revelou Espada Lima (2006) na citação acima, a possibilidade de pesquisar e de contar histórias de universos e pessoas comuns fez proliferar a micro-história. O estudo dos autores nesta dissertação, ao mesmo tempo que o estudo sobre o que escrevem, está totalmente ligado a micro-história, pois faz parte da construção historiográfica de uma região, e

O objeto de estudo do micro-historiador não precisa ser, desta maneira, o espaço micro-recortado. Pode ser uma prática social específica, a trajetória de determinados atores sociais, um núcleo de representações, uma ocorrência (por exemplo, um crime) ou qualquer outro aspecto que o historiador considere revelador em relação aos problemas sociais ou culturais que está disposto a examinar. (Assunção Barros, 2007, p. 169)

Ao ler as obras, observa-se que o objetivo dos três autores não estava na investigação dos fatos, já que eles se limitaram a expô-los. Trata-se de uma cobrança que não se pode fazer, uma vez que esse não era o propósito dos autores. Talvez por não serem historiadores de profissão, mas sim memorialistas, não analisaram os fatos, mas suas escritas se converteram em material para estudos futuros, assim como este. No entanto, sem aprofundar nas histórias que contaram, os autores contribuíram com o estudo da micro-história, o que fica claro ao observar passagens de ambos os livros: “Poderíamos utilizar aqui uma nova metáfora: a de que o micro-historiador examina “uma gota d’água para enxergar algo do oceano inteiro”, contanto

que tenhamos uma compreensão muito precisa sobre que esta imagem significa” (Barros, 2007, p. 170). Leite e Oiticica (1882) trabalha sob essa ótica, a da gota para vislumbrar o oceano quando trata da chegada da ferrovia na cidade, pois o progresso da chegada do trem não era um movimento exclusivo de Oliveira. Isso acontece com Gonzaga da Fonseca (1961) quando expõe sobre a libertação de escravos, pontuando a carta do oliveirense que morava em São Paulo, ou contando do caso dos negros que foram libertos às vésperas da abolição, ou ainda quando expõe que “Os carros de 2ª classe da estrada de ferro recém-inaugurada, postos à disposição gratuita dos libertos, viviam cheios ...” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 414), todas essas e outras passagens presentes nos livros ajudam a perceber que os acontecimentos nacionais reverberavam também nas cidades do interior, como Oliveira.

Dentro da micro-história, torna-se relevante questionar os autores das três visões de Oliveira, pois, ao se analisar suas escritas, é fundamental realçar que a visão tida sobre os casos e fatos expostos nos livros passaram pelo crivo de ambos, ou seja,

... o micro-historiador que trabalha “ao rés do humano” tem que ter um pouco de Zadig, de Sherlock Holmes, ou do psicanalista-canibal que devora almas. Quando ele lida com fontes de natureza dialógica, como os registros de inquisição ou como os inquéritos policiais, por vezes, terá de “espiar por cima dos ombros do inquisidor”, como dizia Ginzburg (1990, p. 201), ... ao examinar como fonte um inquérito policial, o historiador ver-se-á tentado a espiar por trás dos ombros do delegado, mas munido da consciência de que o próprio delegado é mais uma das vozes contraditórias que se juntam ao processo. (Barros, 2007, p.180)

Assim, não se pode dizer que os textos são isentos de algum tipo de escolha. Ao se trabalhar com **Notas Sobre o Município da Oliveira, Recordações de Oliveira e História de Oliveira**, lida-se com narrativas da cidade de Oliveira “por trás dos ombros” de seus autores. Nesse contexto, surgem perguntas que nem sempre tem respostas ou que sejam simples de serem respondidas, como as seguintes: os autores foram fieis às suas fontes? Como trataram e analisaram os documentos que encontraram? Tentaram melhorar a história da cidade para torná-la mais atraente? Supervalorizaram algumas histórias? É inegável que esses autores fizeram escolhas, provavelmente muitas. Sabe-se que a tarefa de construir uma narrativa histórica completa é impossível, principalmente no caso de Gonzaga da Fonseca (1961), que tentou construir uma história abrangente, provavelmente se deparou com limites impostos pelas escolhas e pelas fontes, entre outros. Algumas das questões acima podem ser observadas ao longo das discussões desta dissertação, outras permanecem sem comprovação. Ainda assim, ao ler os livros, percebe-se a história de Oliveira mediada pela visão de seus autores, ou seja,

através de seus ombros, cabendo a cada pesquisador, em certa medida, confrontar e examinar o que foi posto, uma vez que

[...] escritores sempre *enfrentam* os espectros errantes, não os olham de longe, e, como Hamlet, estão prontos a ouvir o Fantasma falar, mas não se furtam a falar com este ... com isso há continuamente a possibilidade de se ouvir algo a mais, algo que talvez tenha se apagado ou se escondido na voz murmurante do fantasma – e aí é preciso provocá-lo a falar de novo, talvez a falar mais alto. (Bragança, 2009, p. 45)

É preciso ouvir e interpretar os documentos, as fontes e a oralidade para compreender, entender e ter clareza do que a narrativa e a história colocam, principalmente aquela, das minúcias. Já se chegou a alegar que a micro-história causava “confusão”. No entanto, com seu desenrolar, fica nítido que o método micro-historiográfico pode ser aplicado nas várias vertentes da história, e é isso que a faz singular. Tais críticas, implementadas no Brasil, talvez sejam pelo fato de que alguns estudiosos não chegavam a diferenciar nem a história das mentalidades da cultural

Vainfas atribui essa “confusão” ao atraso de cerca de 10 ou 15 anos para a entrada dessas correntes ao Brasil. Pois, quando vieram se difundiram juntas na década de 1980. Nesse sentido, observamos que a própria obra de Giovanni Lévi, *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, (LEVI, 2000) uma das principais obras para se pensar a micro-história foi traduzida e publicada no Brasil apenas 15 anos depois da sua primeira edição. (Assis Alves, 2019, p. 36)

De acordo com Assis Alves (2019), mediante as críticas e diferentes pontos observados pelos que escreveram livros dentro da teoria da micro-história, fica a proposição mencionada por Espada Lima (2006), “... a micro-história é mais do que um trabalho historiográfico engessado... trata-se, para ele, de uma abordagem múltipla e multifacetada que visa sem perder a especificidade e originalidade de seu objeto iluminar questões mais gerais.” (Assis Alves, 2019, p. 38). A micro-história é interdisciplinar, ela é transversal, o que importa não é o que trata o texto, se ele diz respeito à história social ou econômica, a micro-história é heterogênea e seu ponto principal é a forma como o texto se constrói, como é colocado e suas imbricações do micro com o macro, pois “apesar desses historiadores se articularem em torno de um projeto comum, eles produziram estudos múltiplos, multifacetados e até mesmo divergentes em alguns pontos.” (Assis Alves, 2019, p. 37). Pode-se abordar diferentes assuntos, mas se o fizer notadamente apontando um viés que remonte a grande história, aí se trabalhará com a micro-história. Ainda de acordo com Assis Alves (2019), foi apenas

A falta de entendimento, por sua vez, gerou “confusões” e rótulos que dificultaram a compreensão e aplicação da perspectiva.

No entanto, esclarecimentos como o de Henrique Espada Lima (2006) demonstram que a micro-história é uma abordagem múltipla e multifacetada ancorada na mudança de escala de análise. (Assis Alves, 2019, p. 45)

Essa mudança de escala é crucial, é a gota do oceano, por meio da “escala” ou da “gota” se percebe “a grande história”. O estudo da parte, aquela que é significativa e pode estar inserida em determinado tempo, em determinado espaço, é que torna o entendimento e o pertencimento do micro importante na reconstituição histórico-literária, “Por que, as variações de escala permitem a inclusão de uma trajetória em uma multiplicidade de espaços e tempos sociais, a partir das relações sociais que a envolvem.” (Assis Alves, 2019, p. 47).

Ainda em relação ao estudo da parte ante ao todo, Carlo Ginzburg (2007) relata em seu livro, **O fio e os Rastros: verdadeiro, falso, fictício**, que, nos primórdios, uma das primeiras pessoas a trabalhar com micro-história foi o norte-americano George R Stewart, trabalhando com topônimos dos Estados Unidos da América e

Numa conferência partindo dos topônimos mencionados numa ode de Horácio, ele sustenta que, para interpretar um texto literário, é necessário antes de tudo, decifrar as referências ambientais - lugares, vegetação, condições meteorológicas - que ele contém. Essa paixão pelo detalhe microscópico também inspirou o livro que me interessa aqui: *Pickett's Charge. A Microhistory of the Final Charge at Gettysburg, July 3, 1863* [O ataque de Pickett. Uma micro-história do ataque final em Gettysburg, 3 de julho de 1863] (1959). Nele Stewart analisa minuciosamente, ao longo de mais de 300 páginas, a batalha decisiva da guerra civil americana. (Ginzburg, 2007, p. 250)

No livro, Ginzburg (2007) cita que Stewart relaciona a perda de uma batalha da guerra civil americana a diversos eventos futuros. De acordo Ginzburg (2007) para Stewart, se essa batalha fosse vencida, o resultado das duas guerras mundiais poderia ter sido diferente, tamanha a importância dos fatos que devem ser vistos em seus detalhes. Ginzburg (2007) ainda menciona que o mexicano Luis González y González, depois de Stewart, mesmo sem conhecê-lo, realiza trabalho de micro-história, inclusive inserindo “... a palavra “micro-história” no subtítulo de uma monografia...” (Ginzburg, 2007, p. 251). De acordo com Ginzburg (2007) “...González y González, distingue a micro-história da *petite histoire*, anedótica e desacreditada; reafirma a identidade com a história que, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos é chamada de história local e que Nietzsche havia definido como “antiquária ou arqueológica”. (Ginzburg, 2007, p. 251). Na tentativa de encontrar a paternidade da nomenclatura, o teórico informa que o próprio González y González admite que Braudel já havia usado essa terminologia, inclusive “considerava que essa história tradicional era, em todo caso, menos interessante do que a

microsociologia, de um lado, e do que a econometria, de outro.” (Ginzburg, 2007, p, 253). Nessa alusão a Braudel, ainda que sem usar a palavra micro-história, fica nítido que se embrenhar nos estudos dessa vertente teórica seria mais interessante do que continuar a estudar a história tradicional. Ginzburg (2007) continua sua análise, informando que, de início, a micro-história, ou *microstoria*, tinha um sentido pejorativo, e apenas por volta de 1975,

Pouco depois do seu aparecimento em *A tabela periódica*, a palavra microstoria entrou para o léxico historiográfico italiano perdendo, como acontece com frequência, a sua conotação pejorativa original. Na origem desse transplante estava Giovanni Levi ... "Micro-história" substitui rapidamente "microanálise", que havia sido usada por Edoardo Grendi nos mesmos anos, mais ou menos com o mesmo significado.” (Ginzburg, 2007, p. 255)

Não há como designar a paternidade da palavra, assim como

Nenhum dos estudiosos italianos da micro-história (um grupo provavelmente heterogêneo) se reconheceria na *histoire événementielle* de George Stewart, na história local de Luis González y González ou na *petite histoire* de Richard Cobb. Mas não se pode negar que a micro-história italiana, apesar de tão diferente (a começar pelas suas ambições teóricas), também nasce da oposição ... (Ginzburg, 2007, p, 257)

Enfim, o objetivo aqui não é aprofundar no estudo da micro-história, mas percebe-se que em lugares e tempos diferentes o estudo do micro surgiu fortemente, clamando para que histórias fossem narradas, deixando um pouco de lado aquela tradicional dos grandes mitos. Nesse viés que traz à tona histórias particulares ou pessoais, ainda de lugares pequenos ou de interior, onde o desenrolar dos acontecimentos também pode provocar alterações no futuro, os detalhes são importantes.

Detalhes como aspectos físicos são explicitados por Leite e Oiticica (1882), que demonstra esperança e confiança da modernização que a chegada da ferrovia traria a Oliveira, assim como Demétrio Coelho (1950) registrou esses aspectos. Ambos, ao escrever, contam a respeito da geografia da cidade, relatam como eram rios e lagoas, como as da Folha Larga e da Matinha, descrevem como eram as paisagens desses locais, oferecendo uma ideia de como era essa região no período da escrita de suas obras. Por meio dos livros, essas imagens podem ser construídas através dos “olhos da mente”, ou ainda reproduzidas a partir de desenho ou a partir de inteligência artificial, ferramenta essa que permite visualizar uma possível representação como a que segue abaixo. Ao se observar a mesma região na atualidade e compará-la às descrições presentes nos livros, há a possibilidade de perceber as possíveis mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Figura 11: Imagem criada por inteligência artificial, a partir da descrição retirada do livro de Leite e Oiticica (1882) na página 09.



Fonte: autora da pesquisa

Os livros das “três visões” de Oliveira, de certa forma, preservaram pela sua descrição como era região, assim como um documento preserva a descrição dos fatos ocorridos. Sua descrição registrou detalhes que na atualidade podem não ser mais vistos.

Independente das confusões que surgiram em torno da micro-história, ou de quem utilizou o termo pela primeira vez — e se essa utilização estaria de acordo com os estudos dessa vertente teórica —, o que realmente importa é que ela se desenvolveu e se consolidou, sendo um importante auxílio em muitas pesquisas. Seu desenvolvimento e sua aceitação podem ter partido da facilidade encontrada pelos teóricos em contar e em registrar histórias de pessoas comuns, pois o ato de contar e de recontar a “grande história”, a história dos mitos e das nações, se tornaria uma repetição. O interesse mútuo de Ginzburg e Giovanni (2007) em contar a história da moça loira vestida de azul; ou a história das cartas trocadas entre o soldado Wheeler e sua esposa; os detalhes dos topônimos contados pelo norte-americano George R. Stewart e ainda os 4 (quatro) mil anos de história contado por González y González a respeito da pequena cidade onde nascera só demonstram que a micro-história ganhou espaço desde meados do século XX, tendo como norte a “gota no oceano”, aquela escala menor que muda o foco e que faz enxergar o detalhe tão caro às pessoas comuns, valorizando suas histórias.

2 - A memória na história e na literatura

A memória, com efeito, só conheceu duas formas de legitimidade: histórica ou literária. Elas foram aliás exercidas paralelamente, mas, até hoje, separadamente. A fronteira hoje desaparece e sobre a morte quase simultânea da história-memória e da história-ficção nasce um tipo de história que deve seu prestígio e sua legitimidade à sua nova relação com o passado, um outro passado. A história é nosso imaginário de substituição. (Nora, 1993, p. 28)

Como falar de memória sem mencionar a deusa grega Mnemosine? De certa forma, é um clichê que não pode faltar nas pesquisas sobre esse tema. Na Grécia Antiga, a memória era divinizada na figura de Mnemosine, mãe das musas, divindade inspiradora das artes e das ciências, o que demonstra profunda conexão entre memória e conhecimento.

Os Gregos da época arcaica fizeram da Memória uma deusa, Mnemosine. É a mãe das nove musas que ela procriou no decurso de nove noites passadas com Zeus. Lembra aos homens a recordação dos heróis e dos seus altos feitos, preside a poesia lírica. O poeta é pois um homem possuído pela memória, o aedo é um adivinho do passado, como o adivinho o é do futuro. E a testemunha inspirada dos "tempos antigos", da idade heroica e, por isso, da idade das origens. (Le Goff, 1990, p.378)

Em suma, a figura de Mnemosine nos remete à profunda importância da memória na cultura ocidental. A memória, inicialmente divinizada, passou por um processo de dessacralização, tornando-se objeto de estudo e técnica. O cristianismo a ressignificou, associando-a à fé e à comemoração. É através da memória que se revive, dos testemunhos às origens, tanto na Grécia quanto em qualquer outro lugar. No entanto, essa memória torna-se mais duradoura a partir do momento que se registra. Podem-se observar registros de memórias, desde os tempos mais remotos, desde as pinturas rupestres e inscrições nas paredes das pirâmides egípcias, a textos e livros na atualidade, "... reis fazem compor e, por vezes, gravar na pedra anais (ou pelo menos extratos deles) onde estão sobretudo narrados os seus feitos – e que nos levam à fronteira onde a memória se torna "história" (Le Goff, 1990, p. 434). Assim como no Egito havia o hábito de se registrar cenas do cotidiano, mas principalmente ligadas à religião, nas paredes e grandes monumentos, na Grécia Antiga tinha-se o hábito de fazer esses registros de momentos do dia a dia com figuras em vasos. Nos dias atuais, se encontram muitos exemplos desses registros de cenas da vida cotidiana, no entanto, na Grécia "A passagem da memória oral à memória escrita é certamente difícil de compreender. Mas uma instituição e um texto podem talvez ajudar-nos a reconstruir o que se deve ter passado na Grécia arcaica." (Le Goff, 1990, p. 439), quando observaram que os registros deveriam ser escritos até pela questão de justiça, surge a figura de *mnemon*, que se torna o responsável por guardar a lembrança do passado, atuando como uma "memória viva",

O *mnemon* é uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de "memória" está limitado a uma operação ocasional. Por exemplo, Teofrasto assinala que na lei de Thurium os três vizinhos mais próximos da propriedade vendida recebem uma peça de moeda "em vista de lembranças e de testemunho". Mas pode ser também uma função durável. O aparecimento destes funcionários da memória lembra os fenômenos que já evocamos: a relação com o mito, com a urbanização. Na mitologia e na lenda, o *mnemon* é o

servidor de um herói que o acompanha sem cessar para lhe lembrar uma ordem divina cujo esquecimento traria a morte. Os *mnemones* são utilizados pelas cidades como magistrados encarregados de conservar na sua memória o que é útil em matéria religiosa (nomeadamente para o calendário) e jurídica. Com o desenvolvimento da escrita estas "memórias vivas" transformam-se em arquivistas.

Por outro lado, Platão, no Fedro [274c-275b], coloca na boca de Sócrates a lenda do deus egípcio Thot, patrono dos escribas e dos funcionários letrados, inventor dos números, do cálculo, da geometria e da astronomia, do jogo de dados e do alfabeto. E sublinha que, fazendo isso, o deus transformou a memória, mas contribuiu sem dúvida mais para enfraquece-la do que para a desenvolvê-la: o alfabeto "engendrará esquecimento nas almas de quem o aprender: estas cessarão de exercitar a memória porque, confiando no que está escrito, chamarão as coisas à mente não já do seu próprio interior, mas do exterior, através de sinais estranhos. (Le Goff, 1990, p. 438 e 378)

Apesar de grande, a citação nos coloca diante de reflexões relevantes, deixando de lado a questão da mitologia que se relaciona à região e sua divinização, pode-se discutir a questão do direito, da urbanização e do esquecimento, que se interligam a partir da coletividade ou da memória coletiva. Os *mnemones* atuavam como magistrados, responsáveis por preservar a memória de elementos jurídicos. Quando trabalhavam em prol do direito, estavam trabalhando com registro ligado diretamente à coletividade, como se pode observar pelo relato referente à venda de propriedades, no qual registram-se nomes de três vizinhos que são remunerados para lembrar e testemunhar a negociação realizada, envolvendo, dessa forma, um grupo de pessoas. Pode-se inferir que quando envolve questões coletivas relacionadas à regulação agrária e à função social, esse tipo de registro da memória também envolve a questão urbana. Com o desenvolvimento da escrita, o papel do *mnemon* se transforma, dando origem aos arquivistas, que passam a registrar e preservar a memória em documentos escritos. O trabalho dos *mnemones* pode ser chamado de mnemotécnica, a “laicização da memória combinada com a invenção da escrita permite à Grécia criar novas técnicas de memória: a mnemotecnica. Atribuiu-se tal invenção ao poeta Simônides de Céos (cerca de 556-468).” (Le Goff, 1990, p. 441). De acordo com Le Goff (1990), “Cícero, no seu De oratore [2,86], contou, sob a forma de uma lenda religiosa, a invenção da mnemotecnica por Simônides.” (Le Goff, 1990, p. 441). Estando o poeta Simônides em um banquete, ao sair por instantes do local, caiu o teto sobre os convidados, ficando esses mortos e irreconhecíveis. Simônides conseguiu identificar os corpos dos convidados falecidos, lembrando-se da ordem em que estavam sentados. Essa história ilustra dois princípios da mnemotécnica: a importância das imagens para a memória e a organização/ordem como fator essencial para a boa memorização. Em reflexão ao último parágrafo da citação, ressalta-se que no Egito a invenção da escrita que levou aos registros feitos pelos escribas poderia enfraquecer a memória, entendendo que não se teria mais a preocupação de guardar na mente os fatos para serem contados mais tarde, já que bastaria ler o que se quisesse

nos registros. Porém, não se pode dizer que essa afirmação seja plausível, levando em conta que os registros auxiliaram a guardar memórias de grupos e perpetuar a história. Le Goff (1990) diz que "... da mesma forma que a memória escrita se vem acrescentar à memória oral, transformando-a, a história vem substituir a memória coletiva, transformando-a, mas sem a destruir." (Le Goff, 1990, p. 437).

A memória se torna crucial para a oratória, auxiliando na organização e na lembrança dos argumentos e discursos. Durante a Idade Média, surgem os "artes memoriae" — tratados sobre a arte da memória. Tomás de Aquino e Alberto o Magno, formularam quatro regras mnemônicas que enfatizam a importância dos simulacros, da ordem, da meditação e da ligação da memória ao corpo. A partir do Renascimento, a mnemotécnica começa a perder espaço, com Erasmo e Melanchton criticando suas técnicas. Para Melanchton "... a memória confunde-se com a aprendizagem normal do saber." (Le Goff, 1990, p. 457). O desenvolvimento da imprensa e a ênfase na razão contribuem para o declínio da arte da memória. A era moderna presencia uma "memória em expansão" com a proliferação de documentos escritos e novas formas de armazenamento de informação.

Sobre esse período da "memória em expansão", como designou Leroi-Gourhan, verifiquemos o testemunho do vocabulário, considerando na língua francesa os dois campos semânticos saídos da *mneme* e da *memória*.

A Idade Média criou a palavra central *mémoire*, aparecida desde os primeiros monumentos da língua, no século XI. No século XIII é acrescentada *mémorial* (que diz respeito, como vimos, a contas financeiras), e em 1320, *mémoire*, no masculino, designando um "mémoire" um dossiê administrativo. A memória torna-se burocrática ao serviço do centralismo monárquico que então surge. O século XV vê o surgimento de *mémorable* nesta época de apogeu das *artes memoriae* e de renovação da literatura antiga — memória tradicionalista. No século XVI, em 1552, aparecem os *mémoires* escritos por um personagem, em geral de qualidade; é o século em que a história nasce e o indivíduo se afirma. O século XVIII cria, em 1726, o termo *mémorialiste* e, em 1777, *memorandum* derivado do latim através do inglês. Memória jornalística e diplomática: é a entrada em cena da opinião pública, nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória. Na primeira metade do século XIX, presencia-se um conjunto massivo de criações verbais: *amnésie*, introduzido em 1803 pela ciência médica, *mnémonique* (1800), *mnémotechnie* (1836) e *mémorisation*, criados em 1847 pelos pedagogos suíços, conjunto de termos que testemunha os progressos do ensino e da pedagogia; finalmente, *aidemémoire* que, em 1853, mostra que a vida cotidiana foi penetrada pela necessidade de memória. Finalmente, em 1907 o pedante *mémoriser* parece resumir a influência adquirida pela memória em expansão. (Le Goff, 1990, p. 461 e 462)

Em 1896 Bergson publica *Matière et Mémoire*. Considera central para a noção de "imagem", na encruzilhada da memória e da percepção. No termo de uma longa análise das deficiências da memória (amnésia da linguagem ou afasia) descobre, sob uma memória superficial, anônima, assimilável ao hábito, uma memória profunda, pessoal, "pura", que não é analisável em termos de "coisas" mas de "progresso". Essa teoria que realça os laços da memória com o espírito, senão com a alma, tem uma grande influência na literatura. Marca o ciclo narrativo de Marcel Proust, *À la recherche du temps perdu* (1913-27). Nasceu uma nova memória romanesca, a recolocar na cadeia "mito-história-romance". (Le Goff, 1990, p. 472)

Os textos exploram a mnemotécnica como uma técnica artificial de memória que, surgindo na Grécia Antiga, se desenvolve ao longo da história, influenciando a retórica, a arte, a pedagogia e a filosofia. Com o advento da escrita e, posteriormente, da imprensa, a mnemotécnica tradicional perde espaço, mas a memória, em suas diversas formas, continua a ser um objeto de estudo e reflexão. A partir da mnemotécnica, a evolução e mudança de nomenclatura da memória demonstrada nas citações acima, percebe-se nesse caminho o marcante desenvolvimento da memória coletiva, porque “Toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo.” (Halbwachs, 1990, p. 86).

Os estudos sobre a memória apontam para sua dimensão individual e coletiva, e se a memória coletiva deve acontecer em determinado tempo e espaço, a memória individual também acontece sob essa égide, devendo-se observar que não existe o coletivo sem o individual, e vice-versa. Assim, o coletivo e o individual se fundem dentro da perspectiva de lembranças ligadas a determinados lugares e em determinado tempo. De acordo com Halbwachs (1990), a história é feita da singularidade, já que “... não existe memória universal.” (Halbwachs, 1990, p. 86). Sim, para ele a história é a reunião de várias memórias de grupos que podem se juntar para dar voz aos registros que formam a história tradicional. É a partir da averiguação do que torna cada evento único que o historiador pode construir explicações, tecer comparações e elaborar modelos que transcendam o particular e apontem para compreensões mais amplas. Essa busca por especificidade, em vez de leis universais, confere à história uma singularidade metodológica. Com o auxílio da memória, seja ela individual ou coletiva, a história vai sendo construída. Os registros realizados por autores como os das “três visões de Oliveira”, por exemplo, demonstram essa construção memorial, que pode ser evidenciada pelo seguinte trecho: “É uma das poucas cidades mineiras, cuja fundação não se liga à presença do ouro ou de gemas preciosas. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 17). Essa visão da cidade que surge não devido ao ouro, como outras da mesma época no Estado, vem a partir de histórias contadas que foram perpetuando e reforçando que Oliveira foi lugar de passagem, e posteriormente essa visão transmitida pela fonte oral, que ficou na memória das pessoas, foi associada à documentação que comprovou a não existência do ouro na cidade.

Halbwachs oferece uma perspectiva sobre a memória, que destaca sua natureza social e sua importância para a compreensão do passado. A família, amigos, comunidades e até nações moldam nossas lembranças. Pertencer a múltiplos grupos permite acessar diferentes “quadros sociais” de memória, sendo nossa lembrança moldada por grupos sociais. “Não é então o fenômeno, mesmo unificado aos homens que o vivem, que permanece como o quadro comum

do pensamento. É o grupo, do qual eles não são senão os instáveis suportes, que, sem cessar, ajuda a efeito da continuidade." (Halbwachs, 1990, p. 121)

Sendo a percepção do tempo influenciada pela nossa experiência social, Halbwachs (1990) argumenta que o tempo social, compartilhado pelo grupo, molda a compreensão do passado das pessoas. À medida que esses grupos contemporâneos vivem e têm as mesmas lembranças, que vão desaparecendo, há a necessidade de se fazer registros, das histórias, dos fatos ocorridos, ou daquilo que aquele grupo se lembra, ou seja, o registro acontece quando

... acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. Enquanto uma lembrança subsiste, é inútil fixá-la por escrito, ... Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado, ... (Halbwachs, 1990, p. 80 e 81)

A afirmação acima pode parecer contraditória se observar que uma determinada comemoração ou rito é considerada tradição quando permanece existindo. No entanto, a preocupação com o registro reside no medo de que essa tradição se perca ou se transforme tanto que seu sentido original acabe. Mesmo na tradição historiográfica, observa-se que o impulso para registrar a história de uma pessoa — seja por meio de uma biografia ou autobiografia — tende a emergir quando essa pessoa atinge uma idade avançada ou enfrenta problemas de saúde, momentos em que a finitude parece mais próxima. De forma análoga, muitas vezes as histórias de cidades passam a ser narradas quando seus traços originais começam a desaparecer ou quando há o temor de que sua memória coletiva se perca. Trata-se de uma tentativa de preservar, por meio da escrita, aquilo que o tempo ameaça apagar,

Quando a memória de uma sequência de acontecimento não tem mais por suporte um grupo, aquele mesmo em que esteve engajada ou que dela suportou as consequências, que ele assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem. (Halbwachs, 1990, p. 80 e 81)

Esse provavelmente foi também um dos motivos que levaram os três autores pesquisados nesta dissertação a registrar histórias e passagens do povo da cidade de Oliveira. No trecho a seguir, em que Gonzaga da Fonseca (1961) reproduz informações sobre uma figura ilustre, é possível identificar que o conteúdo foi originalmente escrito por Leite e Oiticica (1882). A redação de Gonzaga da Fonseca mantém-se bastante próxima ao texto original, o que

sugere não apenas uma inspiração, mas uma reprodução quase literal, ainda que sem a devida referência explícita. Gonzaga da Fonseca (1961), ao copiar o trecho, denota especial importância à perda de certas pessoas da cidade, citando nomes específicos de pessoas com amplo conhecimento popular ao transcrever o trecho que informava a respeito de Antônio José de Castro.

O município acaba de perder um cidadão cuja memória deve ser conservada entre as mais caras. O cidadão Antônio José de Castro, falecido a 6 de outubro do ano passado (1881), assistiu ao começo do município, sendo presidente da sua primeira Câmara Municipal que serviu durante quatro anos. Ocupou todos os cargos de eleição popular e de nomeação do governo a que um cidadão pode aspirar no seu município; foi presidente da câmara, juiz de paz em muitos quatriênios, delegado de polícia, juiz municipal suplente e, como tal, exerceu por vezes a vara de direito e, ainda nos últimos dias, velho, cansado, com a saúde quase inutilizada, ocupava o lugar de curador geral. Um dos anacronismos do dr. Oiticica dos órfãos. Homem de espírito claro, ainda nas vésperas de morrer, citava trechos latinos e em francês, de que era apaixonado; foi por muito tempo o médico da pobreza e, curioso como era, chamavam-no todos para curar quando não havia médicos na cidade”. (Leite e Oiticica, 1882, p. 19)

A preocupação em registrar o nome de Antônio José de Castro, além de seus feitos, advém por ter “assistido o começo do município”, ou seja, ele era memória viva de determinado tempo, esteve presente durante o período em que Oliveira passou pela transição, deixando de ser povoado até se tornar cidade, em 1861. Como acabara de morrer, o registro de sua história enfatizando o que viu e viveu se justificava sob o medo da perda dessas informações com a cruel passagem do tempo, que tudo consome. Contudo, essa interação entre memória e tempo não é um retrato estático do passado, mas sim um processo dinâmico sujeito a transformações ao longo do tempo. Quando se trata de memórias de um grupo ou de determinado fato, muitas vezes escolhas são feitas, às vezes tendenciosamente pensadas, outras sem qualquer tipo de malícia. No entanto,

Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente deformado e reinterpretando o passado. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. (Pollak, 1989, p. 9 e 10)

Se pensar que o lembrar passa pela questão da escolha, as memórias guardadas também são escolhidas, e nem sempre essas escolhas são do próprio indivíduo ou do grupo. As lembranças podem emergir de acordo com as circunstâncias e com os interesses. De acordo com Halbwachs (1990) e Pollak (1989), a memória individual é moldada pelos grupos sociais

a que pertencem. Ele ainda argumenta que a lembrança individual como limite das interferências coletivas é permeável e constantemente influenciada pelas narrativas e perspectivas dos grupos, a interpretação individual da história é influenciada pela memória coletiva e pelas narrativas que circulam na sociedade.

É essa memória, tanto individual quanto coletiva, que servirá como base para a história e será evocada à medida que necessite ou que interesse a quem fará o registro histórico. É importante salientar que a história não é uma mera reprodução da memória. Sobre essa perspectiva, Pierre Nora (1993) informa que a memória está sempre em transformação, é um fenômeno vivo, social e afetivo, enquanto a história é uma reconstrução sempre incompleta do passado, baseada em vestígios e documentos.

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado. (Nora, 1993, p. 09)

A memória é vista como um elemento fundamental para a construção da história, mas que precisa ser analisada criticamente, há que se ter cuidado ao registrar. O escritor deve ter cuidado com aquilo que registra, já que o texto, uma vez publicado, só poderá ser modificado com uma nova edição. Deve-se lembrar que a memória, especialmente a memória coletiva, é frequentemente fragmentada, subjetiva e sujeita a transformações ao longo do tempo, por isso se deve revisar, interpretar e principalmente confrontar a memória, buscando evidências, observando diferentes versões e contextualizando os eventos dentro de um quadro histórico mais amplo. Muitas vezes torna-se necessário a pesquisa documental em arquivos para análise e comparação de dados e informações da fonte oral, ou seja, das memórias.

A prioridade dada aos testemunhos vividos ou recolhidos diretamente não impediu os historiadores antigos de se deterem na crítica destes testemunhos. Assim, Tucídides diz: "Quanto à narração dos acontecimentos da guerra, pensei não dever escrevê-los confiando em informações de qualquer um nem nas minhas impressões pessoais; falo apenas por testemunhos oculares ou depois de uma crítica, tão apurada e completa quanto possível das minhas informações. Isso não se faz sem dificuldades, pois em cada acontecimento, os testemunhos divergem segundo as simpatias e a memória de cada um. A minha história terá menos encantos que o mito; mas quem quiser pôr a claro a história do passado e reconhecer no futuro as semelhanças e analogias da condição humana, basta-me que a considere útil. Esta história é uma conquista definitiva e não uma obra aparatosa para um auditório de momento" [A Guerra do Peloponeso, I, p. 22]. (Le Goff, 1990, p. 114)

Como visto, Tucídides pensou como deveria escrever sobre um evento importantíssimo para a Grécia. Como já mencionado e relatado por Tucídides, conseguir um depoimento com total isonomia chega a ser um tanto difícil, sempre haverá uma pitada de interesse pessoal ao expor um fato, mesmo não havendo interesse pessoal, ainda assim a lembrança é parcial devido ao ponto de vista do espectador ou de quem viveu e presenciou o ocorrido. Partindo dessa colocação, ao registrar, cabe ao escritor, memorialista ou historiador fazer um trabalho mais estruturado e crítico do passado, baseado em pesquisa, análise documental e métodos de investigação associados à memória individual e coletiva. Ao coletar depoimentos que têm por base a memória, deve-se ter o cuidado de observar as falas e compará-las. Outro ponto a se observar está em quem concede a entrevista, ou se o entrevistador não está direcionando as lembranças para determinado caminho contra ou a favor daquilo que pretende defender. A imparcialidade é primordial nesse momento. Ao registrar, o escritor deve procurar entender as circunstâncias sociais, políticas, econômicas e culturais que moldaram a memória de determinado povo, evento ou período. Deve-se estar atento aos vieses, omissões e manipulações que podem estar presentes na memória individual ou coletiva, buscando uma compreensão mais completa e objetiva do passado e atuar como mediador entre a memória e os fatos ocorridos, buscando uma narrativa significativa que conecte o passado ao presente de maneira mais vívida. A memória não é uma reconstrução, ativa e presente, ela pode ser volúvel e muitas vezes se alimenta do material fornecido pela história, o que significa que a nossa compreensão do passado é moldada pelas narrativas, documentos e interpretações disponíveis no presente. Isso complementa a ideia de “leitura presente” de Halbwachs (1990), mostrando que a interpretação da história não se limita à esfera acadêmica, mas faz parte da construção da memória coletiva. A experiência direta com o passado se perde, e a memória se torna um objeto de estudo e reconstrução.

Pierre Nora nota que a memória coletiva, definida como "o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado", pode à primeira vista opor-se quase termo a termo à memória histórica como se opunha antes memória afetiva e memória intelectual. (Le Goff, 1990, p. 473)

Essa memória é moldada e influenciada pelo tempo de maneiras complexas, porém há um momento em que “As *Memórias* tornaram-se pouco a pouco elementos paralelos à história, mais do que história propriamente dita ...” (Le Goff, 1990, p. 113 e 114).

O tempo é fundamental para a história. Nas questões da memória ele é primordial, pois para lembrar, é preciso ter esquecido, é preciso ter passado determinado tempo, “... é preciso

que o tempo seja capaz de enquadrar as lembranças” (Halbwachs, 1990, p. 101). Assim, tempo e memória estão intrinsecamente ligados na construção da narrativa histórica, especialmente quando focadas em lugares específicos. Nessa narrativa que leva em conta as lembranças tanto da memória individual quanto coletiva, encontram-se os moldes da compreensão do passado e como a passagem do tempo influencia essa percepção. Quanto mais se afasta de determinado fato vivido, menores são as chances de lembrar ou deixar de lembrar de fatos ou detalhes específicos. “À medida em que recua no passado, muda, porque algumas impressões se apagam e outras sobressaem, segundo o ponto de vista de onde a encaramos, isso é, segundo as condições novas onde ela se encontra quando nos voltamos para ela.” (Halbwachs, 1990, p. 74). A passagem do tempo adiciona camadas de interpretação à memória, tornando a narrativa histórica um processo dinâmico e em constante evolução. O que é considerado importante e memorável em uma época pode ser esquecido ou reinterpretado em outra. Le Goff (1990) argumenta que a "visão de um mesmo passado muda segundo as épocas" e que o historiador, escritor ou memorialista estão inevitavelmente influenciados pelo contexto em que vivem. Ficando clara a ideia de que as lembranças não são estáticas porque quem lembra também não é estático e pode ser influenciado tanto por sua própria memória quanto por aqueles que o cercam. Memórias e lembranças também podem ser reconstruídas dependendo do tipo de estímulo que seu detentor recebe:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (Halbwachs, 1990, p. 71)

A memória, como prática, não se limita a uma mera repetição do passado, ela é construída e reconstruída pelas lentes no presente. Esse processo é evidente. Oliveira, cidade com uma rica história oral, é exemplo dessa reconstrução, haja visto que existem algumas fontes dessa reconstrução em forma de livros, dentre os quais três são estudados nessa dissertação. Ademais, em **História de Oliveira**, o autor enfatiza a importância de ir além dos documentos oficiais e incorporar elementos do folclore, lendas e tradições orais para capturar a verdadeira essência da história local. A obra reconhece que a história é vivência, e que muito do passado se perpetua através das gerações por meio da oralidade.

A memória também se tornou uma narrativa histórica na obra **Recordações de Oliveira**. O autor, Demétrio Coelho (1950), admite as limitações da memória, mas argumenta que as "reminiscências" oferecem *insights* valiosos sobre eventos e personagens importantes do

passado da cidade. A obra defende que a memória individual, embora subjetiva, contribui para a construção de uma história mais completa e humana. Em suma, a narrativa histórica de Oliveira, assim como de qualquer outra localidade, é um entrelaçamento complexo de memória e tempo. A memória individual, a memória coletiva, os lugares de memória e a passagem do tempo se combinam para moldar a compreensão do passado. Essa interação destaca a natureza dinâmica e em constante mutação da história, enriquecendo a narrativa e aproximando-a da experiência humana.

Dentro da perspectiva do lembrar, os lugares servem como gatilhos e importantes pontos focais para lembranças. Segundo Pierre Nora (1993), o que define determinado local como um lugar de memória é a sua capacidade de evocar o passado e conectar o presente a uma determinada narrativa histórica. “Os lugares são o nosso momento de história nacional.” (Nora, 1993, p. 27).

O já mencionado grego Simônides é tido como responsável por estabelecer a distinção entre “lugares da memória” – espaços mentais onde se organizam os objetos a serem lembrados – e as “imagens”, formas e símbolos que auxiliam na recordação. Pierre Nora (1993), teórico que dá norte às questões referentes aos “lugares de memória”, ainda informa que eles são elementos cruciais na relação entre memória e tempo. Esses lugares, que podem ser espaços físicos ou até objetos, atuam como “marcos testemunhais de uma outra era”, servindo como âncoras tangíveis para a memória coletiva e individual. É como se esses lugares que evocam a memória de tempos passados fossem máquinas do tempo que podem tele transportar o indivíduo para o tempo em que foram criados ou construídos.

Porém, esses lugares não se limitam a espaços físicos, como museus, arquivos e monumentos, mas também podem ser objetos, símbolos, datas comemorativas, rituais, obras de arte e também figuras históricas. No contexto de Oliveira, a figura da estalajadeira, mencionada em **História de Oliveira**, ilustra como um indivíduo pode se tornar um "lugar de memória", representando um período específico da história da cidade. Ainda que ela exista apenas no imaginário das pessoas, é o veículo que torna a memória comum a todos, ou seja, a memória coletiva. Em se tratando de objetos, os próprios livros **Notas Sobre o Município da Oliveira**, **Recordações de Oliveira** e **História de Oliveira** podem ser considerados como “lugares de memória”, uma vez que testemunham a história da cidade.

Para Nora (1993), os lugares de memória são, portanto, essenciais para a construção da história, pois fornecem a matéria-prima sobre a qual o historiador/escritor trabalha. Eles oferecem uma conexão direta com o passado, permitindo ir além dos documentos escritos e

podendo acessar a memória viva de uma sociedade, auxiliando a memória a lembrar. A importância dos lugares de memória reside na sua capacidade de materializar a memória, tornando-a acessível e transmitindo-a às futuras gerações. Eles são como marcos testemunhais de uma outra era, preservando vestígios do passado e impedindo que ele se perca no tempo. Assim como a fonte oral, os lugares de memória não são representações neutras do passado, pois são construções sociais, sujeitas a interpretações e disputas, então deve-se observar a natureza de sua concepção. A maneira como um lugar de memória é preservado, apresentado e significado pode influenciar a forma como o passado é lembrado, pois “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.” (Le Goff, 1990, p. 426).

A memória pode se ancorar nesses lugares físicos e marcos espaciais, que servem como gatilhos para lembranças. Quando esses lugares de memória são espaços físicos, atuam como algo palpável que facilita o papel da memória de lembrar. Com a fragmentação da memória devido ao distanciamento dos eventos ocorridos, a aceleração do tempo histórico e o declínio das sociedades tradicionais, o lugar de memória pode ser uma alternativa para que se consiga fazer essa sociedade fluida lembrar-se de seu passado e não perder suas raízes.

De acordo com Nora (1993), as construções arquitetônicas, quando têm representatividade, podem ser vistas como lugares de memória, e Pollak (1989) informa

Em sua análise da memória coletiva, Maurice Halbwachs enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na memória da coletividade a que pertencemos. Entre eles incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanha por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias. (Pollak, 1989, p. 3)

Os lugares de memória assumem um papel crucial como pontos de cristalização da memória. Eles servem como âncoras para a memória coletiva, oferecendo pontos de referência tangíveis para um passado que, de outra forma, seria esquecido. Isso leva ao entendimento relativo à *écfrase* e intermedialidade no que se refere às questões arquitetônicas. Observado pelo campo da intermedialidade, associado aos lugares de memória, pode-se dizer que a maneira como Demétrio Coelho (1950) escreve é capaz de conferir vivacidade aos textos, demonstrando a existência de *écfrase*²⁶, que também pode ser entendida como lugar de memória, uma vez que

²⁶ É importante salientar que esse conceito e procedimento está sendo utilizado como subsídio para construir algumas leituras dos textos, o estudo da *écfrase* não se configura como eixo principal da pesquisa.

a descrição vivida leva a uma construção mental da memória coletiva, pois “... o lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, é o recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” (Nora, 1993, 27).

Recordações de Oliveira está organizado em subtítulos. Ele é composto por pequenos textos que narram alguns aspectos físicos da cidade, histórias de pessoas, além de efemérides. Esses textos contêm, principalmente, acontecimentos da vida social dos oliveirenses. É nesse momento, quando realiza a tarefa de trazer para o papel fatos verídicos, que Demétrio Coelho (1950) demonstra sua capacidade de escrever com grande carga de enargia. A enargia pode ser caracterizada como descrição extremamente realística em um discurso²⁷, por isso se diz que ela é a alma da écfrase. Vale ressaltar que nem toda descrição pode ser considerada écfrase, mas toda écfrase é obrigatoriamente uma descrição, que deve ser vivida, uma vez que “... a écfrase “faz o observador ‘ver’ com seu olho mental”. É uma “resposta visualmente imaginativa às palavras” (Web, 2007, p. 16). Assim, écfrase consiste em uma apresentação minuciosa que possibilita ao leitor imaginar detalhadamente cada palavra descrita com requintes de realidade, trabalhando diretamente no campo da memória coletiva como lugar de memória. Demétrio Coelho (1950) trouxe da memória individual para a memória coletiva a história de “pai Joaquim”:

Era o pai Joaquim um africano boçal na mais estrita acepção da palavra. Sua estatura era baixa, mais ou menos, 1,30 mts., bastante idoso, quase sem cabelos brancos sem falta de um dente, sequer, e todos alvos e perfeitos.

Vivia perambulando pelas ruas da cidade, num andar miúdo com o dorso curvado, sem voltar a cabeça para qualquer lugar, seguindo sempre avante como se tivesse em mente a preocupação de certo destino.

Afora alguma refeição tomada nas casas onde cuidava de alguma capina de quintal, único serviço que conhecia, ao preço de quarenta centavos por dia, só se alimentava com um pouco de angu, que pedia em qualquer casa e um pedaço de sebo adquirido gratuitamente no açougue.

Tanto o sebo como o angu ele o transportava envoltos em pedaços de papel colhidos na via pública.

Seu pernoite era, invariavelmente, no prédio que o Romaneli construía na praça da estação para o Sr. Guilhermino Caldeira, construção essa que levou alguns anos a terminar. Ali, pai Joaquim, acendia seu fogo para se aquecer e assar o sebo para a refeição. Para alimentar o fogo devassava ele os andaimes das construções na cidade ou então devassava os quintais, arrancando a cerca de madeira.

27

Disponível em: https://www.google.com/search?q=enargia&ei=j8jZN3XDaew5OUPkrmVmAY&ved=0ahUKEwjdvN_3rf_9AhUnGLkGHZJcBWMQ4dUDCA8&uact=5&oq=enargia&gs_lcp=Cgxnd3Mtd2l6LXNlcuAQAzIKCAAQgAQQRhD5ATIECAAQHjIECAAQHjIGCAAQHhAKMgQIABAcMgQIABAcMgQIABAcMgQIABAcMgQIABAcMgYIABAcEAo6CggAEecQ1gQQsAM6BggAE B4QDTolCAAQHhANEa86CAgAEAgQHhANohMIABCABBANELEDEIMBELEDEIMBOg0IABCABBA NELEDEIMBSgQIQRgAUL0HWOGgYPUwaAFwAXgAgAGIAYgB3weSAQMwLjiYAQCgAQHIAQjAAQE &scient=gws-wiz-serp, acesso em 25/03/2023.

Gostava o pobre do pai Joaquim de saborear sua cachacinha e para comprá-la trocava os quarenta centavos, que ordinariamente recebia em troca da capina, e que fazia questão de receber em *coble blanco*, (como dizia na sua meia língua) em vinténs e um a um os ia depositando nos balcões das vendas pedindo:

– um vintín de pinga... e assim até se ver livre do último disco de cobre, quando então, cambaleando, tomava o caminho de seu refúgio.

Quando chegava ao açougue para pedir o seu naco de sebo, se mostrava ele de uma solicitude extraordinária para com o açougueiro e se exasperava com a freguezia porque, dizia ele, estava amolando o negociante, mas tão logo recebia seu pedaço de sebo, saía porta a fora, sem uma palavra nem de agradecimento e nem de reprovação para com a freguezia, que amolassem agora o açougueiro, pouco tinha com isso...

A única preocupação de pai Joaquim era a aquisição de seu petisco e mais o *ango*, como dizia ele... (Demétrio Coelho, 1950, p. 57 e 58)

Além da possibilidade de se pensar no enunciado acima o uso da *écfrase*, ressalta-se a construção discursiva que se efetiva entre o factual e o imaginado. Isso se justifica nos procedimentos do uso da memória para ratificar observações vividas e negociadas com a imaginação, assim como nas sociedades sem escrita que “... excetuando certas práticas de memorização *ne varietur*, das quais a principal é o canto, atribuem à memória mais liberdade e mais possibilidades criativas.” (Le Goff, 1990, p. 431). Nesse sentido, o discurso da memória se apresenta como algo construído, pois pode ser buscado no mais profundo instante da memória já esquecido. A figura de Pai Joaquim, após a descrição vívida de Demétrio Coelho (1950), se configura em mais uma memória que se consolida a respeito da história da cidade. Talvez não seja a melhor visão que se possa apresentar, contudo é uma imagem que pode ser construída a partir da escrita de Demétrio Coelho (1950), sobre aspectos gerais de Oliveira, demonstrando sua habilidade de transportar para escrita o vivido, como pressupões a *écfrase*.

Para Clüver (2017), a “*Écfrase* é a representação verbal de configurações reais ou fictícias compostas em uma mídia visual não cinética.” (Clüver, 2017, p. 30). Ela é um recurso literário que, apesar de antigo, provavelmente não era utilizado pelo autor conscientemente. No entanto, mesmo não tendo entendimento desse recurso, o autor o usava em sua forma mais clara, descrevendo vividamente as cenas que ficaram em sua memória ou que ouviu contar, extraindo da memória coletiva elementos que deram vida às páginas de seu livro. É importante reforçar que não é qualquer descrição que se configura em *écfrase*, sendo necessário um alto nível de detalhamento e vivacidade para caracterizá-las como tal. Quando isso ocorre, leva os indivíduos a lembrar com maior facilidade. Nesse sentido, a obra de Demétrio Coelho (1950) apresenta bons exemplos de como *écfrase* pode ser utilizada na literatura e até na história, auxiliando no exercício de fazer a memória buscar por lembranças.

A *écfrase* também pode ser apreciada na arquitetura, proporcionando uma experiência sensorial e motora ao observador, experiência essa que transporta o indivíduo para outro tempo,

ou seja, determinado exemplar arquitetônico que remete a outro tempo, espaço e contexto histórico é um “lugar de memória”, no mais estrito sentido conferido por Nora (1993). Ao ler **Recordações de Oliveira**, é possível vivenciar essa experiência. De acordo com Vieira (2017), a éfrase arquitetônica pode ser caracterizada em quatro tipologias: contemplativa, performativa, simbólica e técnica. Sendo importante destacar que, se o espectador está dentro do espaço arquitetônico, ou seja, dentro da casa, do prédio ou de qualquer outro espaço físico, está vivenciando uma experiência de éfrase arquitetônica performativa. Já quem está no exterior da edificação, está apenas contemplando esse espaço, ou seja, aquele que está na parte externa do local está vivenciando a éfrase arquitetônica contemplativa. Ambas as experiências estão intimamente relacionadas à questão sensório-motora. Vieira (2017) informa que “a comunicação acerca da futura edificação só será bem-sucedida quando uma imagem mental comum puder ser incitada ...” (Vieira, 2017, p. 247). O que leva a entender que a éfrase contemplativa também pode ser experimentada por um leitor, não sendo necessário que se esteja defronte de um edifício para vivenciar a éfrase contemplativa, podendo estar de posse de um texto, onde o autor descreve o espaço físico ou edificação de forma tão rica, que o leitor consegue visualizar o local com bastante realidade. Esse tipo de experiência tanto de forma física, estando o indivíduo em frente à construção, ou de forma lírica, ao ler um texto, tratam da memória, reforçando a ideia de “lugar de memória” enquanto local com capacidade de evocar o passado.

Na experiência literária que se tem ao ler **Recordações de Oliveira**, a éfrase contemplativa é um elemento proeminente, constatando-se que mesmo para aqueles que não estão familiarizados com a cidade de Oliveira, é possível imaginar com clareza os lugares descritos por Demétrio Coelho (1950). Assim, não é necessário ter visitado o lugar objeto da descrição, pois ainda sem tê-lo conhecido, é possível visualizá-lo com grande realismo pelos *olhos da mente*.

Quando se trata de éfrase arquitetônica, a periegeses²⁸, é outro elemento importante, pois, “a periegeses facilita o alcance de enargia em éfrases de sítios arquitetônicos” (Vieira, 2020, p. 246). Veja a seguir um fragmento de “Dramalhães”, de Demétrio Coelho (1950), em que fica nítido a periegeses contida no texto, que leva à enargia e assim à éfrase. Esse texto trata da transformação de um rancho de tropeiros em sala de apresentação de teatro:

²⁸ Descrição detalhada de um território (região, país, área, cidade etc.) usada com o propósito de informar os visitantes, turistas, ou pessoas interessadas.

Haviam chegado a Oliveira, para levar à cena algumas peças teatrais, os atores Palhais, sua esposa D. Rosalina e sua sogra D. Matilde.

Queriam, com o auxílio de amadores locais, levar alguns dramas e comédias mas... o teatro?

Como remediar o caso? O Palhais entusiasmava os amadores, o povo tinha sede de diversão, precisava-se, pois, remediar o mal improvisando-se um teatro, mas, como? Ora ... muito fácil! O Rancho do Romualdinho era amplo, com alguns reparos, alguma limpeza e boa vontade estaria encontrada a solução; ainda mais agora que estava o rancho abandonado, depois que a Estrada de Ferro lhe havia roubado os fregueses, os tropeiros. Pensado e feito. Mãos à obra.

Logo foi feita uma ligeira caiação, buracos entupidos, piso aterrado, levantamento do palco, um poleiro para as gerais e algumas cadeiras e bancos tomados por empréstimo e ... pronto, era a estreia anunciada com o drama *Herança de Sangue*. Enquanto se arrumava o teatro, era a peça ensaiada e no espetáculo o Zequita (José Gomes Pinheiro Chagas) e o Virgílio Vitral fizeram um sucesso!

Enchentes à cunha!

Cá fora, os vendedores de café e chocolate, com as chaleiras fumegantes e os vendedores de pastéis, biscoitos etc. faziam um negócio.

O rancho enchia-se todas as noites e era notável a boa vontade do povo, com um frio horrível naquele ambiente desabrigado. (Demétrio Coelho, 1950, p. 32 e 33)

De acordo com Paiva (2020), “a éfrase só acontece no ato de interpretação, naquele momento *déjà vu* em que o leitor e a fonte visual – seja uma pintura ou uma obra arquitetônica – interagem através do texto verbal.” (Vieira, 2020, p. 243). Ao se ter contato com textos de Demétrio Coelho (1950), pode-se dizer que esse momento *déjà vu*, que é um ponto de intercessão claro entre memória e história, acontece tanto para quem não conhece a cidade quanto para moradores de Oliveira, pois muitos dos lugares descritos pelo autor já não existem mais, como foi o caso do Rancho do Romualdinho.

Seja no momento *déjà vu*, utilizando de periegesis ou de enargia, fato é que em muitos momentos das descrições e narrações de Demétrio Coelho (1950) pode-se observar a utilização da éfrase como no relato a seguir:

Antes do coronel Xaxier (Manoel Antônio Xavier) se ter lembrado de mandar converter o Largo da Matriz – hoje Praça 15 de novembro – no belo jardim que lá está e que o gosto do Dr. Janot Pacheco planejou, era ali extenso gramado, desde o velho cruzeiro arruinado, em frente a igreja, até às residências dos senhores Antônio Campos e cel. João Alves de Oliveira.

Algumas vezes eram ali armados Circos de Cavalinhos, ...tendo o Spinelli trazido à Oliveira, pela primeira vez, um bom jardim zoológico, que serviu para diminuir em muito a canzoada vagabunda que perambulava pela cidade!

Era, naquela praça, que, no sábado de Aleluia, queimavam o Judas ... e suspenso de um mastro para o ato final, onde estouravam suas entranhas!

Aquela praça, entretanto, tinha outra finalidade mais prática, a noite. Constituíam-se o redil das vacas leiteiras dos moradores do logradouro. Próximo à Ladeira dos Frades – hoje Dr. Alexandrino Chagas – ficavam as vacas de d. Antoninha Maia e cel. João Ribeiro, logo acima as do sr. Tonico Costa, cel. Teodorinho, Bazico, sr. Modesto Ribeiro, seguindo as do sr. Zeca Teixeira, sr. Campos,volvendo as do sr. Galdino Ribeiro, capitão Carlos, etc.

Que gadão!

O interessante é que a iluminação durava poucas horas, ficando o resto da noite em profunda escuridão, tornando-se uma temeridade o trânsito pela praça a noite.

Vinham, certa noite, o Fausto Alvarenga, o Neca Flor, Eliseu Magalhães e outros lá dos lados da estação ao terminarem uma daquelas serenatas saudosas e quando menos o pressentiram tropeçaram nuns monturos movediços que os elevaram do solo. É que os nossos notívagos montaram nas vacas... (Demétrio Coelho, 1950, p. 31)

Após a leitura do texto acima e a possível imaginação da praça descrita, tem-se a seguir fotografias próximas da época da descrição:

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não tem referentes na realidade. Ou melhor, eles são, eles mesmos, seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro. Não que não tenham conteúdo, presença física ou história; ao contrário. Mas o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história. (Nora, 1993, p. 27)

Eles são palpáveis, e no caso da Praça XV de Novembro, em Oliveira, mesmo não sendo como antes, pois sofreu a ação dos homens ao longo do tempo e foi modificada, ainda assim há a presença física e também muita história. Apesar das mudanças de seu entorno, restou o ponto principal, a igreja ao centro. Porém, não quer dizer que é a igreja, mas toda a praça, seu entorno e o que ela representa que a torna, tanto fisicamente quanto suas referências, um “lugar de memória”.

Figura 12: Praça XV de Novembro - 1880 - Oliveira-MG, Acervo Júlio Lima



Fonte: autora da pesquisa.

Figura 13: Acendedor de lampiões - Sem data - Oliveira-MG, Acervo Júlio Lima



Fonte: autora da pesquisa.

Com auxílio das fotografias, pode-se observar o local que atualmente é a Praça XV de Novembro. No entanto, a praça, ao final do século XIX, era um espaço praticamente vazio, não

fosse a existência da igreja. Observando a foto com o acendedor de lampiões, vê-se que antes da chegada da luz elétrica, que ocorreu “Ao anoitecer de 4 de fevereiro de 1908...” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 168), o que mantinha a iluminação noturna eram lampiões abastecidos todas as noites com querosene ou algum tipo de óleo mineral ou vegetal, mas quando findava, a penumbra tomava conta de toda a cidade. As fotografias, além de manter a memória viva, também são “lugares de memória”, inclusive com certo destaque, pois podem ser transportadas ao serem levadas de um lugar a outro, facilitando o acesso de maior número de indivíduos que podem ter contato com a imagem, conseguindo construir de forma mais realista o local, que também é lugar de memória para muitos. O tempo molda a memória coletiva através da constante reconstrução do passado, da influência do presente sobre a interpretação do passado, das disputas em torno de quais memórias devem ser lembradas e da evolução da memória com as mudanças sociais e tecnológicas.

É na praça, esse lugar essencialmente das memórias, principalmente coletivas, que aconteceram e acontecem as festas, as celebrações, os rituais, as passeatas e tudo mais que diz respeito às lembranças de ontem e de “hoje”. É nela que estão depositadas muitas memórias. Memórias que se formaram a partir de comemorações de grandes eventos nacionais, descritos em **Recordações de Oliveira** e **História de Oliveira**, com massiva participação popular, comemorando com entusiasmo e celebrando, principalmente com passeatas. No entanto, o destaque dessas rememorações recai sobre os discursos feitos por figuras proeminentes da cidade, que, do alto das sacadas de seus elegantes palacetes, compartilham discursos com a comunidade, “... um fio invisível liga objetos sem uma relação evidente ... Há uma rede articulada dessas identidades diferentes, uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma. Os lugares são o nosso momento de história nacional.” (Nora, 1993, p. 27). Lugares que são, simultaneamente, físicos e passageiros, e, sim, a praça central da cidade de Oliveira, por exemplo, é um espaço físico onde eventos passageiros acontecem, como a comemoração da ascensão de D. Pedro II ao poder:

A Camara deliberou ordenar por um edital, que os habitantes desta Villa illuminassem as frentes de suas cazas por trez dias consecutivos devendo começar hoje dia 15, e havendo amanhã 16 um solemne Te Deum, e percorresse a noute as ruas com bandas de Muzica. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 395)

A referida reunião da Câmara Municipal que determinou o exposto acima realizou-se no dia 15 de agosto de 1840, dia do aniversário da padroeira municipal. Na sequência, o autor reforça que em outro dia 15, no entanto, de anos e meses diferentes, a Câmara Municipal

menção sobre a deposição do mesmo D. Pedro II “Entre aclamações e discursos, Oliveira iria marcar aquela outra data, que também era um dia 15, batizando com ela o mais central dos seus amenos logradouros públicos – Praça Quinze de Novembro!” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 396). Assim, a praça central da cidade passou a ser chamada em razão da Proclamação da República Brasileira. É evidente que a população muitas vezes se deixa levar pela corrente predominante. Isso fica claro ao observar que, embora tenham comemorado a chegada de D. Pedro II, as celebrações foram ainda mais efusivas em sua partida. Essa percepção levanta a questão: se a memória dos cidadãos é efêmera ou se os eventos do passado os influenciaram a seguir o curso da evolução social, “... nossa reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma ideia do que foi o nosso passado.” (Halbwachs, 1990, p. 71). Outro acontecimento mencionado na narrativa de **História de Oliveira** e que ficou na memória da população a partir do livro é a Guerra do Paraguai, e novamente podemos notar movimentos significativos ocorrendo na praça central da cidade,

Um dos espetáculos cívicos de maior vibração aqui foi a passagem das tropas para Goiás e Mato Grosso. Dois mil soldados brasileiros detiveram-se, um dia, ali no largo da Matriz, onde, de joelhos, ouviram missa campal celebrada na praça. E, depois, sob aclamações da população e engrossadas por filhos de Oliveira que atrás deixavam soluços e quiçá orfandade, essas falanges partiram para enfrentar os terríveis paraguaios. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 406)

Entretanto, foi na abolição da escravidão que discursos veementes nas sacadas dos palacetes puderam ser vistos de forma mais marcante e eloquente. Vários foram os discursos, estando a olhos vistos a satisfação de muitos que o proferiam. No entanto, alguns o fizeram mais por obrigação que por expressão de comoção. Ademais, houve também aqueles discursos de oradores, que devido sua situação pública, não poderiam deixar de falar:

Passeatas. Bailes. Fundação do Clube Republicano Oliveirense. A imprensa local em marcha franca para o republicanismo. Te-deuns na matriz e discursos do alto das sacadas.

As ruas encheram-se de negros. “Na bela noite de domingo passado (20 de maio), diz a Gazeta, os novos cidadãos que acabam de entrar para a comunhão brasileira, graças à vontade da nação auxiliada pelos poderes públicos, reuniram-se na praça do Cruzeiro, e precedidos da banda de música dirigiram-se à casa do redator-chefe desta folha, manifestando eles o seu indizível contentamento por meio de calorosos vivas, entre músicas e foguetes.

Aí, ao dirigir-lhes a palavra o nosso redator-chefe, disse-lhes que era muito justo o regozijo de que se achavam possuídos, fez-lhes ver, em frases eloquentes, a par dos direitos que haviam adquirido, os deveres contraídos para com a sociedade, ao transporem esta nova fase da sua vida, e, terminando, foi saudado com vivas à Gazeta de Oliveira, aos seus redatores e impressor. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 413)

A alegria pela libertação foi tamanha que não conseguiam parar e continuaram pela cidade a ouvir a todos quanto poderiam discursar

Daí os recém-libertos, acompanhados de muitas outras pessoas, foram parar à frente da casa do dr. Felisberto Soares Gouveia Horta, muito digno juiz de direito desta comarca, o qual, com sua palavra eloquente e respeitosamente ouvida, pronunciou um belo discurso em que, saudando a liberdade bem entendida, aconselhou-os que empregassem toda a sua atividade no trabalho, educassem suas famílias e fugissem, como da peste, de frequentarem tabernas. Ao terminar S. Excia. tão oportuno e criterioso discurso, foram levantados entusiásticos vivas.

Continuando os recém-libertos a percorrer as demais ruas da cidade, em diversos pontos foram proferidos bonitos discursos pelo advogado Laurindo Nogueira de Faria, dr. Leopoldo Ferreira Monteiro e cap. José das Chagas Andrade Sobrinho e outros, os quais foram muito aplaudidos. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 414)

Tão importante foi a notícia e os festejos que “Pela primeira vez foi tocado nesse mesmo lugar o hino da Liberdade, sublime composição do insigne maestro mineiro João Francisco da Mata.” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 414).

Conforme relata Gonzaga da Fonseca (1961), nesse período o município demonstrava um expressivo nível de desenvolvimento cultural. Isso se evidenciava pela presença de instituições educacionais, atividades artísticas e um ambiente intelectual ativo que refletia o dinamismo social da época. Ademais nas celebrações e eventos, a participação da banda de música, apresentações teatrais, recitais de piano, entre outras manifestações artísticas, era uma constante, independentemente do motivo que as desencadeava

Cena bonita como esta se desenrolou também no dia 12 de maio, justamente às vésperas do almejado dia 13. Ali, uma pitoresca alameda de bambus da chácara do tenente Faria Lobato (futuro comendador Chichi), era servido um ágape de recepção ao grande prelado brasileiro que então visitava Oliveira: D. Macedo Costa. Convidados, em número de sessenta. Brindes, sarau de arte ao piano, e finalmente uma cena bem humana e bem digna de um pincel: num dos intervalos das músicas, o tenente Lobato e o dr. Cândido de Faria Lobato apresentam ao bispo quatro escravos, dizendo que já não era mais um ato de filantropia que praticavam, mas um dever de consciência, dando liberdade àqueles cativos; essa liberdade queriam fosse dada por intermédio da palavra episcopal do ilustre prelado. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 411)

Esse hábito de discursos estava vinculado aos desfiles da banda de música e à tradição de acender luzes em frente às casas durante eventos significativos para a pátria. Essas tradições perduraram por muito tempo, “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” (Le Goff, 1990, p. 423). Nesse ponto, a ideia da cena é amplamente explorada pelo autor,

instigando, através de imagens visuais e também sonoras, o imaginário do leitor. O uso da expressão “uma cena bem humana e bem digna de um pincel” favorece a construção imagética da descrição e também da narração, isso porque o autor se vale de estratégias narrativas e descritivas para compor uma história, que se pretende factual. Nesse sentido, observam-se os “ares de crônica”, tão caros a esses textos. Parece que a intenção seria, de certa forma, conceder a liberdade, mas garantir que os ex-escravos permanecessem fiéis à fé católica e, além do mais, talvez mantê-los submissos aos seus antigos senhores. Quanto à questão de Oliveira ser considerada uma cidade culta, não é explicitado apenas por Gonzaga da Fonseca (1961), mas também por Demétrio Coelho (1950), como fica evidente em muitos trechos, alguns dos quais foram transcritos aqui, especialmente aqueles relacionados à montagem das precárias salas para apresentações teatrais, apresentações que em geral tendiam a acontecer apenas em cidades de maior porte. Até o simples ato de ouvir os discursos, frequentemente proferidos, demonstra o quão ávido por cultura o povo era. O simples gesto de parar para ouvir esses discursos carregados de enargeia e poética pode ser interpretado como sinal de interesse genuíno por parte de uma população que, ainda que majoritariamente não letrada, ao menos demonstrava curiosa intelectual e desejo de participação na vida social. Esse costume dos discursos estava vinculado ao dos desfiles da banda de música e à tradição de acender luzes em frente às casas nos eventos magnos da pátria. Essas tradições tornaram-se uma permanência por muito tempo

[...] ao som vibrante duma banda marcial e ao troar de foguetes, foi freneticamente saudado o novo regime. Os membros do clube, formando-se logo numa passeata, com a música à frente, entraram a percorrer as ruas, com oradores esbracejando e berrando do alto das sacadas, enquanto, rua afora, a mocidade cantava a Marselhesa, mesclando-lhe vivas à república federativa, ao governo provisório, ao exército e à armada. E, enquanto o crepúsculo vinha se fechando sobre a cidade, foram se iluminando, trêmulas e multicores, as fachadas dos velhos solares oliveirenses, para receber a alvorada nova. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 424)

Mais uma vez os discursos proferidos por muitos oradores, assim com a tradição do desfile das bandas, se fizeram presentes ao findar da 1ª Guerra Mundial

Entre foguetes, música, discursos e aclamações à Pátria, 2.000 oliveirenses desfilaram pelas ruas da cidade, levando a bandeira brasileira ladeada pelas bandeiras das Nações Aliadas. Entre os diversos oradores que trovejaram patriotismo do alto das sacadas, estão dr. Djalma Pinheiro Chagas e os saudosos dr. Cícero Ribeiro de Castro, prof. Pinheiro Campos, dr. Cleto Toscano e Joaquim Bicalho Júnior, que falou em nome da Colônia Síria, solidária com a causa brasileira. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 441)

Também não foi diferente ao findar da 2ª Grande Guerra:

Acontecimentos semelhantes repetem-se por ocasião da Segunda Guerra Mundial, na qual Oliveira participou através de vários de seus filhos. E lá ficou, dormindo tranquilamente no solo da Itália, como herói da Força Expedicionária Brasileira, o oliveirense Omar Bento do Nascimento, a quem a cidade rendeu comovidas homenagens de saudade. Em maio de 1945, ao noticiarem as emissoras o fim da guerra, com a rendição incondicional da Alemanha, o povo saiu à rua, organizou uma passeata-monstro, estudantes do Ginásio, da Escola Normal, dos grupos, homens do povo, marchando e cantando músicas patrióticas. E, no coreto, que existia no antigo jardim da Praça Quinze, à noite, oradores inflamados exaltaram os feitos das Nações Unidas e o heroísmo do soldado brasileiro. A recepção aos expedicionários oliveirenses, a 14 de outubro de 1945, no Teatro Municipal, foi uma verdadeira apoteose cívica. Uma caravana de oliveirenses veio da Capital para participar dos festejos. Vários oradores se fizeram ouvir, realizou-se uma representação teatral em homenagem aos expedicionários, e, mais uma vez, a alma cívica de Oliveira vibrou freneticamente. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 441 e 442)

Essas são algumas das passagens contidas ao final do livro de Gonzaga da Fonseca (1961), que demonstram aspectos da população oliveirense até metade do século XX. No entanto, a forma como o passado é lembrado e interpretado está sujeita às mudanças em função dos contextos sociais e políticos. Há que se observar que o momento de escrita de Gonzaga da Fonseca (1961) seria de reforçar a história oficial da cidade de Oliveira mediante a história nacional e

Conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças, a ênfase é dada a um ou outro aspecto. Sobretudo a lembrança de guerras ou de grandes convulsões internas remete sempre ao presente. Assim também, há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos. (Pollak, 1989, p. 09)

Auxiliando na formação da memória coletiva, conectando o presente ao passado e fornecendo um senso de continuidade histórica, as citações encontradas ao final da obra sinalizam que possivelmente esses últimos textos não foram escritos por Gonzaga da Fonseca (1961), pois o próprio autor a certa altura deixa seu agradecimento aos seus colaboradores

Honradamente

aos atualizadores dr. Honório Silveira Neto e dr. Geraldo Ribeiro de Barros: ao primeiro, pelos apontamentos de 1942 a 1954; ao segundo, pelos de então até nossos dias, acrescidos ainda da sua assistência técnica na paginação, revisão, coleta de fotos, mapa, fac-símiles, confecção de clichês e legendas; a ambos, enfim, pelo prefácio, biografia do livro e do autor, bem como pelas suas reiteradas campanhas na imprensa contra o esquecimento a que vinha, há dezenove anos, sendo relegada esta humilde obra; (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 8)

Portanto, ao se avaliar o livro de forma mais superficial, não há como conferir com precisão quais trechos foram efetivamente escritos por Gonzaga da Fonseca (1961), por Silveira Neto ou ainda por Ribeiro de Barros, pairando à dúvida quanto a responsabilidade de cada texto

ou citação existente em muitas partes do livro. Porém, neste findar de capítulo, torna-se fundamental destacar e reconhecer o papel dos Srs. Honório Silveira Neto e Geraldo Ribeiro de Barros, que merecem tanto reconhecimento quanto Gonzaga da Fonseca pelo trabalho que realizaram na obra **História de Oliveira**. Eles não apenas evitaram que a obra ficasse no ostracismo, mas também desempenharam um papel crucial ao complementar o que faltava nos textos originais, abrangendo um período de quase duas décadas. Essa contribuição valiosa acrescentou riqueza e profundidade à narrativa histórico-literária, apesar de qualquer problemática que se possa encontrar na obra.

Ressalta-se que os lugares de memória contribuem para a construção da identidade individual e coletiva de qualquer comunidade, fornecendo um senso de pertencimento a um grupo social e reforçando valores e crenças compartilhados. A memória coletiva é um campo dinâmico, em constante transformação. As disputas, conflitos e negociações em torno da memória demonstram que o passado não é um conjunto fixo de fatos, mas sim um terreno de interpretações e ressignificações.

A história de Oliveira, como demonstram as fontes, é um processo dinâmico que se construiu na interação entre a história oficial, a história oral e a memória coletiva. A tradição oral, os lugares de memória e as batalhas pela memória revelam a complexidade da construção da identidade local e a importância de se considerar às diversas narrativas e as inúmeras perspectivas do passado. O estudo da memória, nesse contexto, enriquece a compreensão da história de Oliveira, fornecendo uma dimensão humana e subjetiva aos eventos do passado.

CAPÍTULO III

O Livro-Arquivo

Após as discussões sobre historiografia, literatura e memória, a partir do arcabouço teórico construído ao longo desta pesquisa, inicia-se uma reflexão essencial em torno do papel do livro, levando em consideração, principalmente, os livros escritos por autores classificados como memorialistas, incluindo as obras pertencentes ao *corpus* deste trabalho. Cabe esclarecer, portanto, que ao longo deste capítulo, será utilizado, de forma intencional, o termo “livro-arquivo” para sustentar a ideia de que certos livros, em razão de seu conteúdo, de sua trajetória de uso ou das circunstâncias de sua produção, podem ser considerados peças com valor arquivístico — ou mesmo arquivos móveis, que preservam e transmitem memórias e saberes históricos.

A noção de “livro-arquivo” dialoga com a concepção de arquivo como construção simbólica, cultural e política, conforme destacado por Jacques Derrida (1995), que vê no arquivo não apenas um repositório de documentos, mas um lugar de poder e de inscrição da memória. Para Derrida, “não há poder político sem controle do arquivo, se não da memória” (Derrida, 1995, p. 16), o que amplia o entendimento do livro como mais do que um simples suporte físico, atribuindo-lhe uma função de guarda e transmissão de saberes e identidades.

Nesse vai e vem entre livro e arquivo, que passa pelo campo da memória, encontra-se um jogo dinâmico entre a memória individual e a memória coletiva que, por dezenas de vezes, revela-se complexa e imprecisa. No entanto, quando se observa os arquivos por sua constituição, percebe-se que, os arquivos pessoais estão intrinsecamente ligados à memória individual, enquanto os arquivos tradicionais estão ligados à memória coletiva.

Quanto à sua criação, os arquivos possuem diferenças substanciais. Entretanto, em relação ao uso, é possível que exista uma dualidade, pois tanto um quanto outro pode estar ligado à memória coletiva e à individual. A diferença só surgirá com o resultado da pesquisa, mas, ainda assim, os benefícios da pesquisa serão de cunho coletivo, já que não há como medir quantas pessoas terão acesso às informações ali presentes.

Os três autores: Leite e Oiticica (1882), Demétrio Coelho (1950) e Gonzaga da Fonseca (1961) trabalham com suas memórias individuais, mas, principalmente, com a memória coletiva, pois registraram em seus livros não apenas a memória de uma pessoa, de um determinado indivíduo, mas a memória de um grupo, de um lugar. Assim, a partir dos registros,

arquivaram as memórias da cidade. Pode-se observar esse trabalho de registro da memória coletiva nos três autores por meio dos seguintes trechos:

No anno de 1824, se não falha a chronica, Antonio Moreira Bello, residente no então arraial da Oliveira, contractou com outros encanar a agua do correjo, para serem depois rateadas as despesas; empregando os escravos da sua fazenda, abriu o rego e, chegada a agua á actual praça do Cruzeiro, na chapada da collina onde assenta a cidade, os companheiros negarão-se a concorrer ao rateio; á vista d'isto, mandou Bello construir dois moinhos para serem movidos por essa agua, moinhos que já não existem hoje. Posteriormente vendeu anneis d'essa água a diversos, doando quatro anneis á camara para chafarizes públicos; (Leite e Oiticica, 1882, p. 35).

Ainda nos lembramos de certa ocasião que nossa banda foi homenagear o filantropo oliveirense Cel. Francisco Fernandes, em sua fazenda, lá na Boa Vista. Chegamos silenciosamente para uma surpresa e lá dentro tocava uma banda de música. Enfileirados os músicos, de fora da porteira, logo terminou a banda que executava, feriu a de Oliveira um daqueles dobrados retumbantes. Os convivas afluíram logo à porta, vindo ao nosso encontro sob aclamações delirantes. Quando entramos, lá não se encontrava um músico sequer da outra banda, que debandara pelos fundos da casa! (Demétrio Coelho, 1950, p. 44 e 45).

Aconselharam mais bois. Padre Barbão pediu mais dez. Mandou fazer umas entalhas por baixo do bálsamo e aí botou umas roletas, presas por correntes de ferro. Trelados os bois e chegados àquele mundão de pau, padre Barbão subiu em riba do bálsamo, olhou pro céu, cochicou uma reza, pediu aos homens que não botassem ferrão na boiada, chamou cada boi pelo seu nome e... o pau veio, liso, aliviado, com o padre em riba, em pé, que nem santo no andor. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 381)

Mas por que é importante registrar as histórias de uma cidade em um livro? A literatura nos oferece uma perspectiva única sobre essa questão. Enquanto os livros de história, escritos por historiadores, são mais ligados às teorias associadas à fatos históricos (além de serem muitas vezes de interesse dos historiadores e, quando muito, dos estudantes, pela obrigação de lê-los), os livros literários, aqueles de ficção, com linguagem mais acessível, por exemplo, são mais prazerosos de serem lidos, atraindo uma variedade maior de leitores, independentemente da formação ou da função social. É verdade que existem livros de história que possuem uma leitura que não requer conhecimento pressuposto, no entanto, muitas vezes, são escritos por jornalistas ou por memorialistas. Também vale lembrar que existem livros literários tão densos quanto os de história, livros muitas vezes não só de teoria, mas os que compõe o Cânone Literário, a exemplo de Machado de Assis e de Guimarães Rosa.

Os livros de memorialistas, no entanto, estão no entre caminho de serem considerados históricos ou literários. Embora sejam carregados de histórias vividas por personagens políticos e por pessoas comuns que compõem a história de determinado lugar, há uma linguagem própria da literatura capaz de abordar aspectos culturais, sociais e antropológicos da comunidade, com leveza e com fluidez. E no caso dos autores das “três visões” de Oliveira, essa leitura se torna

de forma mais clara e acessível, possivelmente por estarem habituados a redigir artigos e crônicas para os jornais, o que lhes conferiu uma escrita mais direta, envolvente e comunicativa.

Sendo assim, na dinâmica de entender todas as imbricações referentes ao livro enquanto registro que passa pelas questões dos arquivos tradicionais e pessoais, torna-se necessário o levantamento de algumas discussões que serão desenvolvidas a seguir.

1 - Breve Trajetória dos Arquivos Pessoais Literários no Brasil:

Para início de discussão, é importante lembrar que “O termo arquivo por seu turno, tem origem na Grécia no Templo de Arkheion, residência dos magistrados onde o governo guarda seus documentos.” (Chagas, 1994, p. 48). Ou seja, os arquivos estão, em sua origem, totalmente ligados à documentação da vida pública, aos registros daquilo que os governantes faziam no decorrer de suas vidas e da administração pública. Além desse registro dos magistrados gregos, outra forma de registro que os gregos encontraram foi através das pinturas em vasos e paredes, onde retratavam cenas do cotidiano.

A prática de registrar feitos e acontecimentos segue o ser humano desde sua existência, haja vista as pinturas rupestres que são encontradas por todo o mundo, além de alguns artefatos como o Cilindro de Ciro, de 539 a.C., por exemplo, sendo ele um dos registros mais antigos já encontrados, expressando a vida e a administração do Rei Ciro, na Babilônia.

Percebe-se, portanto, que registrar é uma prática inerente ao ser humano, o que, de certa forma, lhe dá alicerces sobre quem são, o que fazem e por qual razão. A forma como se registra é que foi mudando ao longo do tempo: da pintura nas paredes das cavernas ao papel. Dando um salto dos tempos antigos e chegando aos tempos modernos, duas definições sobre arquivos são importantes, sendo elas uma italiana e outra brasileira:

A primeira é a italiana de 1928, que define os arquivos como “a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais pela referida instituição ou pessoa” (Casanova, apud Schellenberg, 1973). A brasileira, desta década, fortemente influenciada pela definição francesa, considera arquivos “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991). (Fraiz, 1998, p. 84)

Tanto a definição italiana quanto a brasileira se referem a documentos que são recebidos pelos arquivos. Esses documentos podem ter sido criados tanto por pessoa física quanto por

uma instituição, e quando enviados a um arquivo, possuem a intenção de preservação. Ou seja, tudo que está sendo enviado a um arquivo tem a intencionalidade de que seja guardado: quem guarda algo o faz para que não se perca, para que não se esqueça. Percebe-se, então, mais uma vez, a estreita ligação do arquivo com a memória, sendo um intrinsecamente ligado ao outro.

A preservação de documentos tão diversos levanta um novo questionamento no campo da arquivística, considerando a variedade de tipologias documentais existentes. Nesse contexto, é sensato propor uma divisão criteriosa dos arquivos. Nesse sentido, além dos arquivos de natureza governamental, Heloísa L. Bellotto (2004) destaca que, até na área considerada a mais antropológica dos arquivos, ou seja, aqueles tradicionalmente reconhecidos como arquivos históricos, há nuances importantes a serem consideradas.

[...] a arquivística consagrou internacionalmente três categorias: sob a denominação *arquivos econômicos* estão os arquivos de empresas ... *arquivos sociais* incluem-se os de estabelecimentos de ensino privado, ...; como *arquivos pessoais* - também considerados arquivos privados propriamente ditos -, os constituídos por documentos produzidos e/ou recebidos por uma pessoa física ... (Bellotto, 2004, p. 265)

Apesar da palavra *arquivo* remontar a longínquos tempos, o mesmo não acontece com os arquivos pessoais, que surgiram recentemente, pois podem ser definidos como “o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas etc. (Bellotto, 2004, p. 266). Como demonstrou Bellotto (2004), os arquivos pessoais ou particulares não são compostos apenas por documentos ou papéis. Em geral, os arquivos pessoais são lugares de guarda de uma infinidade de itens que pertenceram ou foram produzidos por escritores consagrados da literatura brasileira, políticos renomados ou personalidades com reconhecimento e destaque social. No Brasil, a prática de recolher itens pessoais para composição de arquivos específicos teve início nos anos 1960, mas a luta pela preservação iniciou com

Mário de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, em prol da organização e preservação do nosso patrimônio histórico e cultural, a constituição e o cuidado com acervos e arquivos literários, com ação mais sistêmica e vinculada a produção de conhecimento. (Marques, 2007, p.16)

A guarda dos arquivos pessoais, assim como dos arquivos governamentais, mostra que a preocupação advém do perigo da perda da memória e, com isso, os riscos de uma amnésia histórico-social que poderia ocorrer nas terras brasileiras. Essa inquietação torna-se

significativa quando observada à luz do período modernista, momento em que intelectuais e artistas se dedicaram intensamente à busca e à construção de uma identidade nacional. A ideia de que o Brasil carecia de uma identidade própria motivou os modernistas a valorizarem manifestações culturais locais, a história cotidiana e os registros singulares. Assim, inicia-se a preocupação com a guarda dos documentos de pessoas que detinham importância dentro da literatura, da política e de pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a formação da nação. Após a década de 1930 vê-se que

A instalação desses centros dedicados a organizar e preservar nossos arquivos literários situa-se basicamente no contexto dos anos 70 e 80 do século passado, marcado por uma intensa preocupação com os lugares da memória e, ao mesmo tempo, por forte pressão de mecanismos de amnésia social e histórica. (Marques, 2007, p. 16)

Em 1962, a USP cria o primeiro centro ligado aos arquivos pessoais, sendo que nos anos seguintes, nas décadas de 1970 e 1980, o movimento intensificou-se, alastrando pelo Brasil com a criação de arquivos pessoais e literários. A partir de Reinaldo Marques (2007) e de Ângela de Castro Gomes (1998), foi construído o quadro abaixo, seguindo a cronologia da criação de arquivos ligados à memória pessoal, sobretudo de escritores brasileiros:

Tabela 1: Cronologia da criação dos principais arquivos ligados à memória

Nome do Arquivo	Ano de criação	OBS:
Instituto de estudos brasileiros (IEB)	1962	Criado na Universidade de São Paulo (USP), por Sérgio Buarque de Holanda
Arquivo - Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa	1972	Rio de Janeiro
Centro de Estudos Murilo Mendes (CEMM)	1978	Criado na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com a doação de parte da biblioteca e acervo de artes plásticas do poeta Murilo Mendes
Acervo de escritores sulinos	1982	Sediado na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), com documentos legados por Érico Veríssimo
Centro de Documentação Alexandre Eulálio	1984	No Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp

Fundação Casa de Jorge Amado	1986	No Centro histórico de Salvador e Largo do Pelourinho, abriga arquivos e divulga a obra do escritor baiano
Acervo de Escritores Mineiros	1989	Centro de Estudos Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com documentos de Henriqueta Lisboa, Murilo Rubião, Osvaldo França Júnior, Abgar Renault e Cyro Dos Anjos

Fonte: autora da pesquisa

Complementando o quadro/resumo acima, Gomes (1998), em seu artigo “Nas Malhas do Feitiço: O historiador e os encantos dos arquivos privados”, publicado pela *Revista Estudos Históricos*, que tratou exclusivamente sobre os arquivos pessoais, nos lembra que:

[...] duas das mais importantes instituições de guarda de arquivos privados no Brasil também se constituíram nos anos 1970: o CPDOC, na FGV, e o Arquivo Edgar Leuenroth, na Unicamp, o primeiro destinado a guardar os papéis privados de homens públicos da política brasileira do pós-1930, e o segundo a documentação de expressivas lideranças do movimento sindical. Logo, se o Brasil não se adiantou ao mundo, como a megalomania de nossa cultura política gosta de propagar, também não andamos à velocidade de carroças de boi, como o não menos forte sentimento de atraso e inferioridade colonial também gosta de assinalar. Andamos: construindo e nos encantando com nossos arquivos privados; viajando para o exterior em busca de outros; abrindo os nossos arquivos aos pesquisadores estrangeiros, que não foram poucos nem de pouco mérito. (Gomes, 1998, p. 124)

O Brasil, nesse ponto dos estudos arquivísticos, não andou a passos largos, mas seguiu o curso dos países mais desenvolvidos nessa questão, como o caso do Canadá, por exemplo. Nesse país, as regras arquivísticas sempre foram voltadas para aceitar em seus arquivos qualquer tipo de documentação, fosse ela de cunho governamental ou não. No Brasil, foi nas universidades e nas faculdades que se achou lugar para guardar a memória dos autores brasileiros e de grandes personagens da história. As universidades, ou instituições educacionais, acabaram se tornando o baú dos arquivos pessoais no Brasil, pois são nelas que se constituíram grande parte dos arquivos dedicados aos homens letrados do país.

Há que se pensar, no entanto, o motivo pelo qual as universidades criaram esses arquivos. A resposta pode estar relacionada às questões de cunho financeiro, didático e operacionais. No ambiente universitário, por exemplo, pode-se implantar projetos que viabilizam a manutenção e a criação desses arquivos, por meio de recursos institucionais ou de editais de fomento. Além disso, as universidades, por meio dos projetos de iniciação científica,

podem contar com mão de obra dos estudantes, podendo ser mobilizada para atividades como higienização e organização de toda a documentação. Soma-se a isso a relevância pedagógica desses arquivos, que oferecem aos estudantes valiosas fontes primárias para o desenvolvimento do pensamento crítico e para a consolidação de pesquisas acadêmicas.

Porém, existe ainda a questão de cunho pessoal. É completamente lógico que a documentação pessoal de certo escritor, após a morte, seja doada por seus familiares ao local mais próximo de onde residia, ou até para a universidade em que provavelmente trabalhava. Com isso, fica nítido o quesito do pertencimento do autor e de suas famílias em relação ao lugar onde vivem e ao local que trabalharam. Por exemplo, não há motivo aparente para criar a Fundação Casa de Jorge Amado, em Belo Horizonte, capital mineira, uma vez que esse residia na Bahia; e os documentos pertencentes ao escritor estão circunscritos em grande parte à região baiana, onde continuam morando parte de seus familiares e onde morou o próprio autor. É possível que se encontre algum documento a seu respeito vagueando em outros cantos do país, mas não seria plausível que fossem encaminhados para o local de guarda adequado, ou seja, o arquivo onde já está concentrada a maior parte de seus documentos. Sendo assim, essa ação ajudaria pelo menos os pesquisadores, pois encontrariam no mesmo lugar os documentos necessários à sua pesquisa.

Sobre a criação e a organização dos arquivos, há um longo caminho a percorrer até que esses estejam disponíveis aos consulentes. O caminho, em geral, se inicia pelo processo de convencimento dos familiares no que concerne à doação dos documentos. Logo após a chegada dos arquivos, para dar início à organização e, posteriormente, à divulgação, os papéis são higienizados e tratados, uma vez que tudo poderá ser disponibilizado aos consulentes para pesquisas, pois "Os acervos e arquivos literários constituem hoje importantes lugares de produção de conhecimento sobre a nossa literatura e cultura alimentando pesquisas em nível de graduação e pós-graduação." (Marques, 2007, p. 17).

Ainda sobre o processo de organização, a conscientização para que famílias doem os arquivos de seus familiares, que poderão servir para muitas pesquisas, é tarefa que passa pelo fio da navalha da valorização, pois pode haver tanto a supervalorização quanto o menosprezo de tais documentos por parte de quem os detém. Sem mencionar que sem o conhecimento do que é importante (ou do que não é), muitas vezes tudo que pertencia a um escritor é doado sem que haja antes uma seleção prévia do que seria ou não válido ser deixado no arquivo. Assim, essa função, que é de muita responsabilidade, acaba sendo imputada ao arquivista que decidirá o que deve ser arquivado ou não. Porém, para alguns

O arquivo deve se manter ou ser mantido de alguma maneira - de preferência inalterado desde o momento de sua guarda ou alterado somente no intuito (fictício) de recuperação ou restauração de sua condição material "original". (Bragança, 2009, p. 38)

Sendo assim, essa é uma problemática ainda sem consenso entre os pesquisadores: enquanto Bragança (2009) realça que o arquivamento deve ser mantido da forma como foi produzido, Priscila Fraiz (1998), ao citar Schellenberg (1973), lembra que a documentação deve ser organizada de acordo com as regras básicas da arquivística, pois

... um conjunto de papéis privados produzidos por um indivíduo deve ser ordenado em função de suas múltiplas atividades ou funções, pois "essas atividades, provavelmente, são a base pela qual seus papéis são agrupados e organizados durante a sua vida" (Schellenberg, 1973: 244). Isso significa dizer que, segundo o autor, de uma maneira geral, deve-se aplicar-lhes os mesmos princípios de proveniência e do respeito à ordem original adotados no arranjo de arquivos públicos. (Fraiz, 1998, p. 62)

As duas ideias de organização do arquivo conversam entre si, pois partindo do princípio da regra arquivística que se deve respeitar a origem do documento, pensando que a origem está em quem produziu, não haverá grande alteração no momento da organização. Quanto ao volume de papéis que o arquivo recebe, oriundo de determinado autor ou pessoa pública, é necessário que haja certo cuidado com a comumente ideia de que o local do arquivo seja lugar de coisa velha (de qualquer tipo de papel, documentos, e até objetos), uma vez que depois da criação dos arquivos, as pessoas os veem como local de depósito para tudo que não querem mais.

Mas qual é a dimensão aceitável durante o processo de criação desses lugares que são construções de tempos vividos por outras pessoas em outra época? De acordo com Schellenberg (1973), os arquivos produzidos por um indivíduo devem ser agrupados de acordo com a sua vivência, ou seja, de acordo com as atividades que esse indivíduo desenvolvia ao longo dos seus dias de vida e com o que ele trabalhava. Assim, cabe ao arquivista a conscientização de que ao arquivo pertencem documentos e papéis, outros itens podem ser doados a bibliotecas e museus para a criação de memoriais

2 - Entre Arquivo Pessoal e Livro-Arquivo, um diálogo com Terry Cook

A discussão em torno da noção de livro-arquivo, que pode ser considerado um documento ou uma peça arquivística, ainda é relativamente nova e com poucas referências

bibliográficas. Diante da escassez de referências consolidadas sobre o tema, este estudo busca a partir do texto “Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno”, de Terry Cook (1998), premissas que possam auxiliar no amadurecimento de reflexões da análise. No artigo escolhido para o diálogo que segue, Terry Cook (1998), especialista em arquivos, lança mão de princípios básicos da arquivística tradicional ou institucional para aplicá-los aos estudos sobre arquivos pessoais. Nesse sentido, a abordagem se mostra especialmente válida para fazer um comparativo, ou um contraponto, em relação ao livro-arquivo, no que diz respeito sobretudo a relação do livro e dos arquivos na preservação da memória em uma sociedade pós-moderna, caracterizada pela fluidez informacional e pela fragmentação dos discursos históricos.

Cook (1998) afirma que “... os diversos domicílios institucionais dos arquivos públicos e pessoais reforçam suas diferenças, tanto quanto o fazem suas distintas origens...” (Cook, 1998, p. 130). Como dito anteriormente, arquivos pessoais no Brasil tiveram espaço junto às universidades, não junto aos arquivos tradicionais/institucionais. Partindo dessa afirmação e refletindo sobre o livro-arquivo, surge a indagação de qual seria, de fato, o seu domicílio.

No entanto, a resposta parece óbvia: se é um livro, seu lugar de domicílio são as bibliotecas; mas se é um livro diferenciado, que contém memórias arquivadas, seria a biblioteca seu lugar de domicílio? Ao observar, vê-se que, na maioria das vezes, são nas bibliotecas que também se localizam os arquivos pessoais de alguns autores. Nesse caso, estar numa biblioteca não tira o *status* de arquivo dos documentos pessoais. Também não se pode dizer que, por estar em uma biblioteca, o livro não pode ser considerado um arquivo, pois o que faz do livro um arquivo não é o lugar onde é colocado, mas sim a sua composição. Por outro lado, encontrar um livro que pode ser considerado livro-arquivo numa biblioteca só facilitará o acesso, uma vez que são lugares frequentados por mais pessoas. Outro ponto de destaque no livro-arquivo é o fato de que nele já estão relacionados conhecimentos contidos em documentos encontrados apenas em arquivos fechados, como, por exemplo, os arquivos paroquiais, já que não são acessíveis a qualquer pessoa.

Segundo Terry Cook (1998), o Canadá destaca-se como o país em que os arquivos, sejam eles federais, provinciais, ou de outras instâncias administrativas, vide que acolhe de forma sistemática e institucionalizada os arquivos pessoais. Existem no Canadá os chamados “arquivos totais”, ou seja, aqueles arquivos que aceitam todo tipo de documentação, desde arquivos governamentais a arquivos pessoais e institucionais. Essa prática revela uma compreensão ampliada do conceito de patrimônio documental, ao reconhecer que a memória

coletiva não se constrói apenas a partir de registros oficiais, mas também a partir das experiências individuais e subjetivas preservadas em acervos privados. No entanto, ao observar alguns arquivos oficiais que recebem apenas documentos de instituições governamentais, infere-se que esses podem ser incompletos, pois uma parte da memória estará faltando, já que a história é construída por pessoas, atores sociais que vivem, atuam e registram suas experiências muitas vezes em documentos que são guardados em escritórios particulares ou residências. Nem todo registro nasce com a chancela da oficialidade; muitas vezes os documentos mais reveladores da vida cotidiana, das redes de sociabilidade e dos contextos culturais estão guardados em arquivos pessoais, que, apesar de privados, possuem um enorme potencial de contribuir para a construção da memória coletiva e para os estudos históricos.

... os arquivos são evidências das transações da vida humana, seja ela organizacional, e por conseguinte oficial, seja individual, e portanto pessoal. Diversamente de livros, programas de televisão ou obras de arte, eles não são intencionalmente criados por motivos próprios, com a possível exceção dos textos autobiográficos, mas surgem, antes, dentro de um contexto, como parte de alguma outra atividade ou necessidade, seja pessoal, seja institucional (Cook, 1998, p. 131)

Se os arquivos são lugares criados de acordo com determinado contexto, e não são pensados como um livro que, ao ser idealizado, já tem um roteiro a ser seguido, cabe um exame em relação ao livro-arquivo. Aqueles livros-arquivo, os de memorialistas que ressaltam histórias e memórias de determinado lugar, são diferentes dos livros de ficção que seguem roteiro pré-definido, uma vez que nesse tipo de literatura nem sempre é possível seguir um roteiro. O autor, de acordo com a pesquisa ou descoberta, pode ser levado por caminhos desconhecidos, assim como os arquivos em sua constituição, que ao receberem documentos não sabem o que será encontrado no material recebido. Outro ponto de convergência está na necessidade da sua existência: assim como os arquivos, tanto tradicional como pessoal, surgem da necessidade de um lugar para guardar os documentos, os livros memorialísticos também surgem da necessidade urgente de se registrar, já que o não registro poderá levar ao esquecimento e, por conseguinte, à perda de um elo da história, como relatou o próprio Leite e Oiticica “... entendi, não obstante, ser de utilidade para o município, dar maior desenvolvimento aos artigos indicados, aproveitando-se a ocasião de tornar conhecido esse grande, rico e florescente município da província ...” (Leite e Oiticica, 1882, p. 03).

Dando sequência à ideia da necessidade de se registrar no livro os acontecimentos de um lugar, há que se avaliar o que será registrado. Apesar do autor ser levado por caminhos

desconhecidos em sua pesquisa, haverá momentos em que será necessário fazer escolhas para o andamento da obra. Sua escrita não é isenta, assim como não é isento o trabalho do arquivista,

Meu propósito neste trabalho é sugerir que essas afirmativas fundamentais da ciência arquivística tradicional, com suas dicotomias resultantes, são falsas. ... irei contestar neste trabalho a ideia tradicional de arquivos públicos, ou do arquivista institucional como encarregado neutro, objetivo e passivo dos arquivos, especialmente devido às novas exigências, tanto para a avaliação quanto para a organização e descrição de arquivos institucionais, que agora surgem para lidar com os registros eletrônicos, ou gerados por computadores. Meu argumento é que a própria natureza dessas mudanças conceituais transforma a tarefa dos arquivistas, tanto dos arquivos institucionais quanto dos pessoais, e oferece uma perspectiva compartilhada sobre arquivos que, por sua vez, pode levar a uma nova unidade nos esforços da arquivística, centrada na formação da memória da sociedade. (Cook, 1998, p. 132)

Cook (1998), apesar de salientar que mudanças têm ocorrido devido às novas regras para organização de arquivos eletrônicos, deixa claro que essas mudanças ocorrem, também, por conta da memória social. O memorialista, ao registrar, tende a guardar a lembrança mais importante para aquela sociedade, lembrança que, após registrada, poderá ser revisitada a qualquer momento, vide que após o registro não existirá mais o perigo do esquecimento.

Se a tarefa arquivística, algo tão arraigado, é passível de ser questionada e que, de acordo com Cook (1998), passa por transformação, também pode se questionar mudanças do que deve ser considerado arquivo. Entende-se por “livro-arquivo” produções literárias de memorialistas, além de livros de contos, crônicas e, também, produções históricas. Essas, quando inseridas no campo da memória social, podem ocupar um novo lugar dentro da arquivística.

Sobre a dúvida ou a evolução que surgem dos questionamentos, é possível vermos a pertinente citação de Cook (1998) a respeito do primeiro manual de arquivo existente:

Da maneira como foram articulados, há exatos cem anos, no famoso manual holandês de 1898 - que subseqüentemente influenciou os livros-marcos sobre teoria e metodologia arquivísticas de Sir Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Theodore Schellenberg, na primeira metade do século XX -, os princípios tradicionais da arquivística derivaram quase que exclusivamente das experiências pessoais dos autores como custodiadoras de arquivos institucionais de governos, e dos problemas com que se defrontaram na organização e descrição de tais documentos (Cook, 1998, p. 132 e 133)

Ou seja, há mais de um século, a teoria arquivística tradicional se mostrava eficaz e suficiente para atender às demandas de seu tempo. Tais teorias tradicionais não devem ser descartadas; contudo, não cabem mais para os tempos modernos, vide a evolução dos conceitos e dos estudos da história, da literatura, da filosofia e da sociedade de forma geral, aliado à

premissa de que devem conduzir a organização dos arquivos na atualidade, quanto a serem locais que deem conta da memória sociocultural.

Assim, é a partir dessa avaliação que se precisa pensar na inclusão de alguns tipos de livros literários e históricos no campo da arquivística. O primeiro manual de arquivo surgiu da observação e do trabalho executado, sendo criado, portanto, a partir da reflexão da prática. E é essa prática que vem mudando ao longo desse século, como se pode conferir a partir de Cook (1998) ao lembrar o que Bucci diz:

Todos esses pioneiros da arquivística refletiram em seus trabalhos as correntes intelectuais do século XIX e do início do século XX e, por isso, Bucci diz que eles "deram à disciplina (arquivística) sua abordagem empírica, construíram-na como uma ciência descritiva e a ela aplicaram o imperativo da historiografia positivista, que visava à acumulação de fatos em vez da elaboração de conceitos ...", ou da utilização da memória cultural que está mais de acordo com os estudos do século XXI. ... Resumindo, Bucci está dizendo que os princípios arquivísticos não foram estabelecidos para sempre, e sim, como a visão da própria história, ou da literatura e da filosofia, refletem o espírito de seu tempo, sendo reinterpretados pelas sucessivas gerações. (Cook, 1998, p. 133)

De acordo com a citação, Cook (1998) corrobora com a ideia de que os tempos mudam e, assim, também podem mudar as categorizações. Impor o título de “livro-arquivo” à determinadas produções há tempos atrás seria um contrassenso. No entanto, esse título é cabível para o momento atual, quando os estudos se baseiam na reflexão, na cultura e na vida social. Essas produções trazem modos de vivência e de pensamento de um período passado, bem como o modo de escrita dessas produções trazem um tipo de literatura que são próprias de seu tempo, mas que precisam ser estudadas, pesquisadas e revisadas para auxiliar no entendimento de como essas sociedades se desenvolveram.

Portanto, definir o que pode ser considerado como livro-arquivo não é uma resposta simples, pois é uma discussão que está começando e pode ter um longo caminho a ser percorrido, porque:

A nova estrutura analítica para a avaliação rejeita, assim, os princípios arquivísticos tradicionais de arranjo e descrição, que preconizam uma congruência exata entre a função criadora, a estrutura criadora e seu sistema de armazenamento de informações. Ao invés, a nova abordagem reconhece que as funções agora são multi-institucionais e que dentro de cada instituição há numerosos sistemas de armazenamento de informações, com uso de vários meios. (Cook, 1998, p. 136)

De acordo com Cook (1998), devido à mudança no armazenamento dos documentos, que agora se apresentam mais como dados institucionais, devido à informatização, deve haver,

também, mudança na forma de arranjo e de descrição dos arquivos. A ideia de Cook (1998), mesmo não sendo elaborada para o livro-arquivo, aplica-se adequadamente à reflexão desse para o campo arquivístico, uma vez que o autor defende a necessidade de reavaliar a função criadora.

No caso de um arquivo tradicional ou pessoal, a documentação que abastece o arquivo é produzida por uma instituição ou pessoa de renome na sociedade. Mas e no caso do livro-arquivo, como será o procedimento? Como já se sabe, um livro-arquivo é produzido a partir de lembranças de indivíduos, ou seja, da memória social coletiva. O livro-arquivo será composto, portanto, a partir do arquivo institucional, do arquivo pessoal, da fonte oral e da memória coletiva e individual. “É importante lembrar que a própria avaliação é uma mudança importante no cerne do pensamento arquivístico ocorrido depois de 1898 ou, na verdade, a partir de Jenkinson, em 1922.” (Cook, 1998, p. 137).

Quer dizer que avaliar, pensar e mudar a forma como se analisa uma área do conhecimento não é coisa nova. No Brasil, desde o final de 1997, quando ocorreu o Seminário Internacional sobre Arquivos Pessoais, promovido pelo CPDOC, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros - IEB, da USP, no Rio de Janeiro e em São Paulo, essa temática começou a ser debatida, ganhando força quando, em 1998, foi produzida uma edição na *Revista Estudos Históricos*, totalmente dedicada ao campo dos arquivos pessoais. O debate trouxe novas perspectivas e até mesmo mudanças de paradigmas no campo arquivístico.

A teoria arquivística se inspira agora, portanto, mais na análise dos processos de criação de documentos do que no arranjo e descrição de produtos documentados em arquivos. Como concluiu Eric Ketelaar, que até este ano foi diretor do Arquivo Nacional da Holanda, "a ciência arquivística funcional substitui a ciência arquivística descritiva, ... é apenas através de uma interpretação funcional do contexto que cerca a criação de documentos que se pode entender a integridade do fundo e as funções dos documentos arquivísticos em seu contexto original". (Cook, 1998, p. 138 e 139)

É possível considerar o livro-arquivo como uma peça arquivística, partindo do princípio de que ele contém lembranças da memória sociocultural. Na atualidade, a função que emana, ou que o documento deixa transparecer, é a ideia da função, ou seja, para que e com que finalidade se arquiviza um documento é mais importante do que a ciência da descrição. No caso do livro-arquivo, com que intencionalidade se escreve um livro de memórias, histórias, contos ou crônicas? Estaria o autor buscando preservar experiências e evitar que fragmentos valiosos da vivência coletiva e individual se percam no tempo? Nesse ponto, as funções do autor e do arquivista convergem, ambos atuando como agentes de preservação e construção da memória.

Como observa Terry Cook (1998):

Os arquivistas, inevitavelmente, injetarão seus próprios valores em todas essas atividades, bem como na própria escolha que terão de fazer, nesta era de recursos limitados, sobre quais criadores, quais sistemas, quais funções, quais programas, quais atividades, quais documentos, na verdade, irão receber atenção arquivística parcial ou total e quais serão simplesmente abandonados. ... Evoluíram de uma suposta posição de guardiães imparciais de pequenas coleções de documentos herdados da Idade Média, para tornarem-se agentes intervenientes que estabelecem os padrões de arquivamento e deliberam sobre qual pequena fração do universo de informações registradas será selecionada para a preservação arquivística. Tornaram-se, assim, construtores muito ativos da memória social. Na verdade, afirmaria até que se tornaram o principal agente de formação da memória, sem esquecer das importantes contribuições, nessa tarefa, de seus colegas dos museus, bibliotecas, e cultura material. (Cook, 1998, p. 139)

Nesse sentido, a perspectiva pós-moderna, tal como sintetizada por Cook (1998), reconhece que: “... todos os atos de recordação da sociedade são subordinados à cultura e têm implicações ligadas ao seu tempo.” (Cook, 1998, p. 141). Os pós-modernistas, do final do século XX, começaram a questionar a neutralidade dos documentos, indagando até que ponto não foram manipulados para dar ênfase ao que determinado governo ou pessoa gostaria. Essas inquietações são pertinentes à área arquivística, pois fornecem a contextualização e levam a inter-relação proporcionada pelos questionamentos.

No caso de textos e livros, essa contextualização se dá em dois momentos: tanto na hora da escrita quanto na hora da pesquisa. O autor que pesquisa e que transcreve aquilo que pesquisou não o faz totalmente isento; sua vivência, seu passado e as teorias do mundo ao seu redor estarão sempre presentes em seu trabalho. Outro viés importante está no momento da leitura, pois a leitura não ocorre em um vácuo interpretativo: o leitor carrega consigo um arcabouço teórico, histórico e subjetivo que afeta a forma como compreende o texto. Assim, tanto a produção quanto a recepção do livro-arquivo não são isentas, mas estão impregnadas de significados.

Portanto, há contextualização em duas fases e de formas diferentes, mas ambas estão subordinadas à cultura e ao tempo. Cook (1998) lembra ainda de

questões mais profundas, como Le Goff, Lerner e outros historiadores da memória indicam. Quem estamos nós, como arquivistas, memorializando agora? E quem, hoje, marginalizamos e excluímos da memória social por nossas ações e omissões? (Cook, 1998, p. 141)

A citação em referência aos documentos de arquivos também pode — e deve — ser aplicada aos livros arquivos. No livro-arquivo, que se constitui enquanto documento final, além

da dimensão do documento que foi pesquisado, se encontra a dimensão do autor, que já fez sua leitura dos documentos e agora a coloca no livro a partir de seu olhar: quem esse autor sacraliza e quem ele demoniza? Assim como os livros “Os arquivos são templos modernos- templos da memória. Como instituições, tanto como coleções, os arquivos servem como monumentos às pessoas e instituições julgadas merecedoras de serem lembradas.” (Cook, 1998, p. 143). O livro-arquivo – seja histórico, memorialístico, de contos ou de crônica – rememora determinadas pessoas, assim como esquece outras; lembra determinados fatos, assim como esquece outros, sendo seletivos, assim como os arquivos. Vale lembrar que nem o arquivo e nem o livro-arquivo conseguem dar conta da totalidade, uma vez que tentar dar conta do todo é uma temeridade. Por isso, assim como os documentos arquivísticos, o livro também deve ser interpretado e confrontado com outras fontes.

"Recordar", para o indivíduo é, afinal, tanto pessoal quanto social, tanto interno quanto externo, tanto privado quanto público. Assim também deve sê-lo, coletivamente, para os arquivos que são criados para ajudar a sociedade a lembrar-se de seu passado, de suas raízes, de sua história, que, por definição, combina o público e o pessoal. Esta é uma visão que poderá ser alcançada no século XXI, se os arquivistas deixarem de ser mantidos prisioneiros pelo pesado jugo de suas próprias tradições ultrapassadas. (Cook, 1998, p. 144)

O século XXI já chegou e não se vê tantos movimentos no sentido de trazer à tona a sugestão de Cook (1998) quanto à mudança de perspectiva dentro dos arquivos. No entanto, entender o livro como arquivo seria uma contribuição nesse sentido, pois ele reúne várias características de um arquivo, como, por exemplo, ser o local de memória, aliado ao fato de não ser estático. Assim como os arquivos do século XXI são dados em redes de computadores, o livro pode ser levado de um lugar para outro ou enviado por rede de *internet*, sendo esse um diferencial favorável quando se encara o livro como arquivo.

3 - O Tempo e o Espaço

Duas perguntas são pertinentes na dinâmica proposta entre arquivo e livro-arquivo. Uma delas trata da necessidade de se ter um local específico para o arquivo e a outra diz respeito ao tempo de existência da documentação para ser arquivada.

Pensando o arquivo tradicional, aquele constituído de documentos vindos da governança de um lugar, ou até os pessoais, que são implantados a partir dos papéis e documentos de um personagem de importância social, ter um local de guarda para esses documentos, ou guarda de

algum tipo de objeto que conte algo sobre o passado desse alguém ou lugar, se torna imprescindível. É de suma importância que exista um espaço físico com todas as adequações necessárias.

Partindo desse princípio, o livro se torna um local perfeito, pois ele servirá de recinto para guardar qualquer tipo de informação, escrita ou imagem, vide que não é uma construção com paredes e que não permanece fixo em determinado local. Porém, mesmo não sendo estático, ele tem características em condições para armazenamento. Por não estar fixo, o livro não fica circunscrito apenas a um determinado ambiente; esse diferencial do livro-arquivo é positivo. Como é um objeto com mobilidade, pode ser levado de um lugar para o outro. Com isso, as possibilidades de conhecimento a seu respeito se ampliam, podendo alcançar mais pessoas e localidades diversas. Ainda, levando em consideração os tempos atuais e a modernidade, observada ainda a facilidade que a tecnologia traz de transmissão de informações, e que o livro, enquanto arquivo, já pronto e finalizado, pode ser digitalizado e disponibilizado também por meio da *internet*. Ao ser disponibilizado digitalmente, o livro-arquivo terá maior alcance, levando o conhecimento de suas páginas a quem se interessar. O livro, enquanto arquivo, já foi compilado, já passou pelo processo de organização, já está pronto para ser levado e distribuído, tanto de forma física quanto de forma digital. Vale lembrar que, tanto de uma forma quanto de outra, o tempo não será inimigo da preservação do livro-arquivo,

Para onde quer que eu dirija a atenção lá está o tempo a me olhar: impávido, colosso, desafiando o entendimento e a imaginação o tempo é esfinge lançando interrogações ... O tempo é invenção e não passa de uma sucessão de estados mentais e psíquicos. (Chagas, 1994, p. 38)

A situação acima que concerne ao tempo está totalmente ligada às questões arquivísticas, pois assim como o tempo está a olhar para o indivíduo todo o tempo, e é uma sucessão de estados, o arquivo também é impávido, já que o arquivo perpassa pelo tempo de várias formas. Com o tempo, há mudanças de categorias dentro do arquivo, pois o documento, que é a peça central do arquivo, passa por fases. Enquanto está em uso, é arquivo corrente; nessa fase ainda não foi designado a fazer parte do arquivo tradicional. Posteriormente, fica num determinado tipo de arquivo que é sempre revisitado, mas ainda em curso, permanecendo no arquivo corrente. Com o passar do tempo, sem uso frequente, o documento se torna obsoleto para aquele tipo de uso constante e acaba indo para o arquivo permanente, comumente chamado de “arquivo morto”. É nessa fase, após a organização, que os documentos servirão para pesquisas. No caso do livro como arquivo, essas fases não existem, pois quando o autor pesquisa

para construir seu arcabouço de informações, ele se utiliza dos arquivos tradicionais, frequentemente denominados “mortos”, como foi o caso de Gonzaga da Fonseca (1961) que chegou a informar que

... o administrador deu apoio e estímulo ao autor destas páginas, para que ele reconstituísse o passado e o presente do município. Abriu-lhe todos os arquivos da Prefeitura e, à proporção que as pesquisas feitas nestes e em outros arquivos iam revelando as cousas do passado, dr. Jaime ia restituindo a diversos logradouros públicos os seus nomes primitivos e históricos, bem como idealizando, para futuro próximo, a reconstituição dos antigos monumentos que influíram na história local, como a capelinha da Senhora Mãe dos Homens. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 173)

Gonzaga da Fonseca (1961) obteve apoio do administrador, ou seja, do prefeito municipal, para pesquisar no arquivo corrente da Prefeitura. O livro-arquivo não precisa passar pelas fases imputadas ao arquivo tradicional, mas na fase da pesquisa ele se iguala ao arquivo tradicional, podendo servir como fonte de pesquisa. No arquivo tradicional, quando chega a fase da pesquisa, o consulente examina o material que tem em mãos e, a partir disso, constrói seu próprio texto. No caso do livro-arquivo, a dinâmica se amplia: para sua construção, realiza-se uma pesquisa no arquivo tradicional, emergindo um novo documento — o livro-arquivo —, produzido a partir da compilação das informações coletadas nos documentos arquivísticos, podendo, posteriormente, ser utilizado como instrumento de pesquisa. Assim, o ciclo do arquivar, pesquisar e construir um novo documento vai se desenvolvendo. Essa dinâmica pode ser encontrada no livro-arquivo, pois, após sua publicação, pode-se dizer que ele se torna um arquivo corrente, já que passa a ser lido e manuseado, dando vida ao que estava no arquivo "morto" e gerando novos documentos que servirão a outras pesquisas. É o caso, por exemplo, das obras de Leite e Oiticica (1882), Demétrio Coelho (1950) e Gonzaga da Fonseca (1961), utilizadas como fonte de pesquisa nesta dissertação.

O tempo é peça-chave na temática arquivística, assim como o espaço físico. Vale ressaltar que ambos são essenciais aos arquivos, às bibliotecas e aos museus,

Os museus são apenas um LUGAR onde existem coisas velhas, objetos velhos (que o público visita); as bibliotecas um LUGAR onde existem livros (para serem lidos) e os arquivos um LUGAR onde existem papéis, coisas guardadas, informações (que algumas pessoas consultam). (Chagas, 1994, p. 30)

As três áreas do conhecimento se interligam de alguma maneira, interessando ao campo dos estudos literários, históricos e culturais. Chagas (2002) ainda ressalta que “Pelo senso comum sou levado a compreender que as três instituições têm existência espacial concreta, mas

têm também existência social.” (Chagas, 2002, p. 09). Os três equipamentos culturais citados necessitam de um lugar físico, que é social, e ambos são espaços de relação nos quais a identificação se torna imprescindível. A identificação dos objetos ou dos documentos é necessária, assim como é necessário, também, identificar os usuários.

No mecanismo de identificação, é estabelecida uma relação entre o arquivo e os seus frequentadores. Geralmente, quem procura esses espaços o faz motivado pela memória ou por valorizarem o que esses locais guardam. Muitos que frequentam esses equipamentos culturais o fazem pelo prazer de explorar o desconhecido; outros, pela necessidade de conhecimento presente nos objetos, nos livros e nos arquivos. Há ainda aqueles movidos pela nostalgia das “coisas antigas”, ou mesmo pela obrigação que o tipo de trabalho lhes impõe, como no caso de autores que procuram essas instituições para subsidiar suas produções.

Os arquivos, apesar de apaixonantes para pesquisadores, costumam ser espaços marcados por certa frieza — não apenas pela temperatura ambiente, mas também pela rigidez da estrutura organizacional que neles predomina. Nesse aspecto, o livro-arquivo se sobressai, pois nele não há lugar para rigidez. A forma como é escrito confere ao livro-arquivo uma aura nostálgica, capaz de evocar memórias e de transportar o leitor, ainda que por breves momentos, a tempos passados que confortam e que encantam. Essa característica constitui um recurso literário peculiar do livro-arquivo, distinguindo-o do espaço físico do arquivo tradicional. Através do livro, que tem mobilidade e que pode ser levado para um ambiente de relaxamento que propicia ao leitor um momento de lazer, enquanto é transportado mentalmente para a época descrita no livro-arquivo, como no exemplo abaixo:

A rua de cima era uma rua larga, cujas margens eram, pelo lado de cima, o alinhamento em que hoje ficam o Fórum, o Grupo “Cel. Francisco Fernandes”, a escola normal, o colégio oficial, etc. Pelo lado de baixo, o atual alinhamento inferior da rua Dr. Coelho de Moura (rua Direita), desde os palacetes que se erguem à esquerda da matriz velha até alcançar lá em baixo a Igreja dos Passos. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 81)

Quando associado à fotografia, o texto é, de certa forma, uma volta ao passado. As que serão mostradas a seguir sobre a região central de Oliveira, há uma clara demonstração sobre a forma pela qual o texto pode retratar bem essa ligação do passado com o presente. Na fotografia, observa-se com clareza a descrição de Gonzaga da Fonseca (1961) ao mencionar a rua de cima como uma rua reta, além do prédio do antigo Fórum se destacando à esquerda. Atualmente, no prédio do Fórum funciona a Fundação Casa da Cultura Carlos Chagas, sendo o sobrado mais alto na fotografia e na parte central a Igreja Matriz, mencionada como matriz velha.

Figura 14: Praça XV de Novembro – final de 1880 início de 1900 - Oliveira-MG



Fonte: Acervo Casa da Cultura

Figura 15: Entrada da cidade, ponte sobre Córrego Maracanã – sem data – Oliveira-MG



Fonte: Acervo Casa da Cultura

Figura 16: Entrada da cidade, pouco acima do Córrego Maracanã, mostrando rua de cima e rua direita nos anos 1970 - sem data - Oliveira-MG



Figura 17: Entrada da cidade, pouco acima do Córrego Maracanã, outro angulo mostrando rua de cima e rua direita nos anos 1990 - sem data - Oliveira-MG



Fonte: Acervo Casa da Cultura

Um exemplo associado à questão imagética pode ser encontrado nos livros de Jane Austen. Embora muitos leitores se encantem por suas tramas românticas, há também aqueles que se deliciam e se encantam com a experiência de serem, a cada virada de página, mentalmente transportados para determinados cenários da Inglaterra do século XVIII e XIX, época marcada por uma vida pacata e serena, envolta por paisagens bucólicas e um charme atemporal, cercado de belezas naturais. Jane Austen, mesmo escrevendo romances que acontecem em lugares fictícios, acaba retratando ambientes que, provavelmente, construiu a partir de sua vivência. Outro exemplo desse tipo de construção, não tão distante, pode ser conferido nos livros de Paula Pimenta, a exemplo do livro: *“Fazendo Meu Filme I”*. Nele, a autora retrata a história de uma adolescente que vai fazer intercâmbio na Inglaterra, história essa que foi vivida em parte pela própria autora em seu intercâmbio no país. Sendo assim, os lugares descritos no livro sofreram influência direta do tempo em que a escritora morou na Inglaterra. Como visto em geral, os autores transferem para suas histórias um pouco de si. Como no mito da caverna de Platão, só é possível reconhecer algo a partir do conhecimento acumulado ao longo da vida.

A reverência do arquivista, por sua vez, se dá, por um lado, diante da quase sacralidade de um objeto raro que traz em si o resquício de uma época e, por outro lado, diante do

poder ímpar que tal objeto tem de fazer ressoar, do passado corroído pelo tempo, aquela voz espectral e grave. (Bragança, 2009, p. 42)

Nesse sentido, como observa Bragança (2009), o arquivista demonstra uma reverência quase sagrada diante de objetos raros, que carregam vestígios do tempo e que têm o poder de fazer ecoar vozes esquecidas. Da mesma forma, os livros de memórias, de crônicas e também os históricos podem ser compreendidos como livro-arquivo, sobretudo aqueles que trabalham com dimensões de tempo, de lugar, de costumes e de culturas, principalmente se tudo isso estiver ligado ao passado, transformando-os em objetos que ressoam o tempo. Assim, eles arquivam o passado. O leitor, ao se deparar com esse tipo de narrativa, muitas vezes busca vivenciar uma nostalgia íntima e saudosista — sentimento comumente provocado pelos romances. Contudo, nos livros que arquivam, essa exposição literária tende a ser menos ficcionalizada, pois trata da concretude da vida, oferecendo ao leitor um contato mais direto e cru com experiências vividas, não com fantasias elaboradas.

Esta relação: homem, documento e espaço é precisamente o ponto de unidade conceitual para as três áreas de documentação ...” lembrando que “... documento é compreendido como “aquilo que assina” (doccere) ou mais precisamente aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa a alguém. O ensinamento, como se sabe, não emana e não está embutido no documento. Ele está, brota e surge a partir da relação que com o documento/testemunho se pode manter. (Chagas, 1994, p. 42)

A relação do ser humano com o documento é inerente e essencial. Isoladamente, o documento não diz nada, já que sem a interpretação realizada pelo homem, nada é produzido. É somente a partir da mediação humana que o documento adquire significado. É nesse encontro entre o olhar do autor e a materialidade do documento que algo novo emerge: uma construção narrativa, uma reflexão histórica ou uma ressignificação que transcende o conteúdo original e o insere em novos contextos de sentido. Esse algo novo só é produzido a partir dessa relação entre homem, documento, espaço e memória. Nesse contexto, “... a memória é fundamental uma vez que o novo não tem sentido sem a memória para reconhecê-lo. A memória justifica o novo ...” (Chagas, 1994, p. 45).

A memória está ligada ao tempo, e o tempo ao arquivo. O tempo para o arquivo pode ser cruel, há o risco de se perder documentos devido aos anos de sua existência. O tempo corrói e danifica papéis; além do tempo dentro do arquivo, há o risco de roubo, como em casos que consulentes arrancam páginas inteiras de documentos ou partes que contenham assinaturas, ou algo que consideram importantes. “O medo, no caso do arquivo, não se põe pelo objeto em si

como ameaça, [...] mas o do próprio objeto, pela ação do tempo, praticamente irrefreável;” (Bragança, 2009, p. 41).

No caso do livro-arquivo, não há risco de perda, tudo que já foi escrito, editado, publicado e distribuído não se perde. Mesmo que se percam alguns exemplares, o livro ainda existirá em algum lugar, em uma biblioteca particular, na casa de alguma pessoa, numa biblioteca pública: em algum lugar ainda existirá um exemplar, sem falar da sua existência e da sua disseminação através da internet. Enfim, isso não acontece com os arquivos físicos, que tem grande chance de se perderem com a ação do tempo, pois alguns papéis são únicos.

4 - As dimensões do livro-arquivo

Um arquivo é composto de documentos, mas o que seriam esses documentos e quais são dignos de serem arquivados? O que é chamado de documento em um arquivo não são apenas os papéis de vários tipos, mas também alguns pequenos objetos que podem estar num arquivo, como, por exemplo, uma tela pintada à óleo. E os papéis podem ser livros de vários tipos, ou folhas avulsas, processos judiciais ou não judiciais, fotografias, jornais, cartazes, cartas, todo tipo de papel com algo escrito ou que tenha alguma imagem pode ser guardado em um arquivo. Como é grande a variedade daquilo que é chamado de documento num arquivo, resta saber qual motivo leva esse documento a ser arquivado. São vários os motivos, um deles é que “Os documentos encontram-se mergulhados e imbricados a uma complexa teia de relações que as cidades mantêm com seu passado e o seu presente, conferindo presença ao passado ou aos passados.” (Neto, 2010, p. 3).

No livro-arquivo encontra-se, nitidamente, essa relação passado-cidade-presente, podendo incluir nesse jogo o cidadão ou o ator da história, aquele que vive e que produz o conteúdo dos documentos, como no fragmento da obra de Gonzaga da Fonseca (1961) a seguir:

José Sérgio, morador num dos recantos de Oliveira (rua do Sapo), é um negro espigado, um pouco recurvo pelos janeiros, conservando, porém, firmes a voz, os dentes e a cor de puro ébano. O cabelo e a barba já parecem dois flocos de neve suspensos no vácuo.

– Quantos anos tem o senhor?

– Na noite do natal passado, interei cem anos e um dia.

[...]

– A “Picada de Guaiaís”?... Ora! eu me lembro muito dela. Vinha desse mundão de Rio de Janeiro e Barbacena. Entrava aí no Romualdinho. Pegava a rua da Misericórdia...

[...]

Nesse tempo, Oliveira era um tiquinho de casas. Eram duas ruas só: a rua de baixo e a rua de cima. Me parece que a de cima se chamava rua do Carmo. Era muito

larga e comprida... Pois nesse tempo, sô môço, o nome era já Oliveira – arraial de Nossa Senhora de Oliveira.

Quando havia festa, daquelas festanças do tempo da fartura (Passos ou Senhora do Rosário), o povo, primeiro, se arreunia para limpar o arraial. Aparecia gente de toda banda, com enxadas, vassouras, foices — negros e brancos, ricos e pobres. Todo mundo garrava no serviço. A sujeira das ruas era amontoada e arrastada em couros puxados por bois, tal qual nós fizemos depois, a mandado dos Barbão, com as pedras das Águas-Santas, para fazer o cemitério. Os bois eram cedidos por coronéis ricos. E aquele lixo misturado com terra era arrastado até cá em baixo, e atirado aqui nesse vargado da rua do Sapo. Esse chão nosso aqui é lixo lá de riba. Terra, o que há de boa! (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 88 e 89)

O depoimento de José Sérgio, transcrito para o livro, demonstra muito bem como os cidadãos, aqueles que vivem em determinado lugar, são atores de seu tempo. O próprio depoimento transcrito já se configura em documento, que deve ser questionado, mas é uma fonte para pesquisa. Os documentos são os principais objetos dos arquivos, pois, em geral, os documentos estão imersos em histórias. Uma breve discussão sobre a interpretação dos documentos arquivísticos ajudará a entender a problemática quanto à sua veracidade, uso e interpretação. Bellotto (2004), diz que

... o documento reflete uma realidade; não é a realidade concreta. É um discurso sobre a realidade. Ora, o historiador parte da “leitura” da realidade passada, somando a isso a carga do presente sobre si próprio, presente que em si já é resultado de sucessivas realidades que aconteceram desde o momento da produção do documento até a sua chegada às mãos de quem vai analisá-lo. (Bellotto, 2004, p. 263, 264)

Fica claro que poderá haver várias interpretações em relação a um mesmo documento, nem sempre haverá versão única do estudo documental, pois a interpretação é subjetiva e depende de vários fatores: da experiência acadêmica e empírica de quem investiga o documento e do objetivo que se procura encontrar com a pesquisa, além da influência da trajetória do próprio documento até chegar ao arquivo e dentro do próprio arquivo. Tudo é influenciável, não existe neutralidade. Se cada pessoa que interpreta o documento constrói uma narrativa, que pode ser diferente das demais, então não existe verdade única, mas sim diferentes estudos, interpretações e versões. No entanto, não significa que, por serem diferentes, uma seja falsa e outra verdadeira. “O historiador não analisa o documento pelo documento; antes, utiliza-o como ponte para o passado, ou do arquivo para a realidade.” (Bellotto, 2004, p. 263).

Ao pesquisar e construir um documento a partir do arquivo, o autor traz para o presente a voz do passado, ou aquela voz que lhe chamou atenção, que naquele instante lhe disse algo que quis dar significado. Outras vezes, há que se discutir com o documento; não havendo neutralidade no arquivo, será necessário comparar e confrontar as informações. Quando de

posse de um documento arquivístico, pode-se, por meio do uso de outras fontes, como jornais e fonte oral, contrapô-lo. Ao contrário, quando o pesquisador já tem uma hipótese e precisa confirmá-la, o arquivo servirá como fonte de confirmação para sua suspeita, como fez Gonzaga da Fonseca (1961) indo ao Cartório do 1º Ofício para conferir que

A sua capelinha em Oliveira era uma pequena edificação em estilo semi-jesuítico, mais ou menos como a capela dos Passos, mas sem a torre, tendo o sino de um lado e, fora, do outro, um gigantesco cruzeiro.

Ficava dominando o fundo da velha praça que ia, nesse tempo, até lá em baixo no Maracanã e que, ainda hoje, à beira da antiga estrada de tropeiros, conserva o nome tradicional.

Assim plantado à margem do caminho que levava a Goiás e com sua frente voltada para a estrada que seguia para Pitangui, foi esse o primeiro templo católico construído em Oliveira, numa remota época em que as primeiras manifestações religiosas da aldeia se realizavam ao pé de cruzeiros erguidos sobre as colinas. Construção frágil e improvisada, a duração dessa capelinha foi relativamente efêmera. Já em 1844, o dr. Hermógenes Francisco de Aguiar Pantoja, juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de São João e São José del-Rei, juiz de direito interino da comarca e provedor geral das suas capelas e rendas, nomeava provedor e zelador para a Capela da Senhora Mãe dos Homens, já então em "estado decadente", diz a provisão aqui passada. E em 1855, um dos procuradores dessa capela pagava a José Gomes Pereira a quantia de 45\$720, por um novo retelhamento e reparos diversos feitos na mesma capela, cujo estado ruinoso inspirava já sérios cuidados.^{30 29}

Hoje, talvez não restem pessoas idosas que dêem notícia da sua existência. Poucos a viram já em estado decrépito, próximo a ruir-se. Ultimamente, restavam-lhe os alicerces que a Prefeitura Municipal mandou destruir de vez, em 1923, para aproveitar suas pedras na construção da capela da Santa Casa.

Fora o nome da praça em que existiu, o que hoje resta da extinta capelinha é a imagem de Nossa Mãe dos Homens, que continua venerada pelo povo num dos altares da matriz.

É ignorada a data da fundação da capela Mãe dos Homens. Mas podemos presumir uns 185 anos, baseando-nos nas datas dos primeiros documentos referentes à região e aos quais reportamos em capítulos anteriores. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 60 e 61)

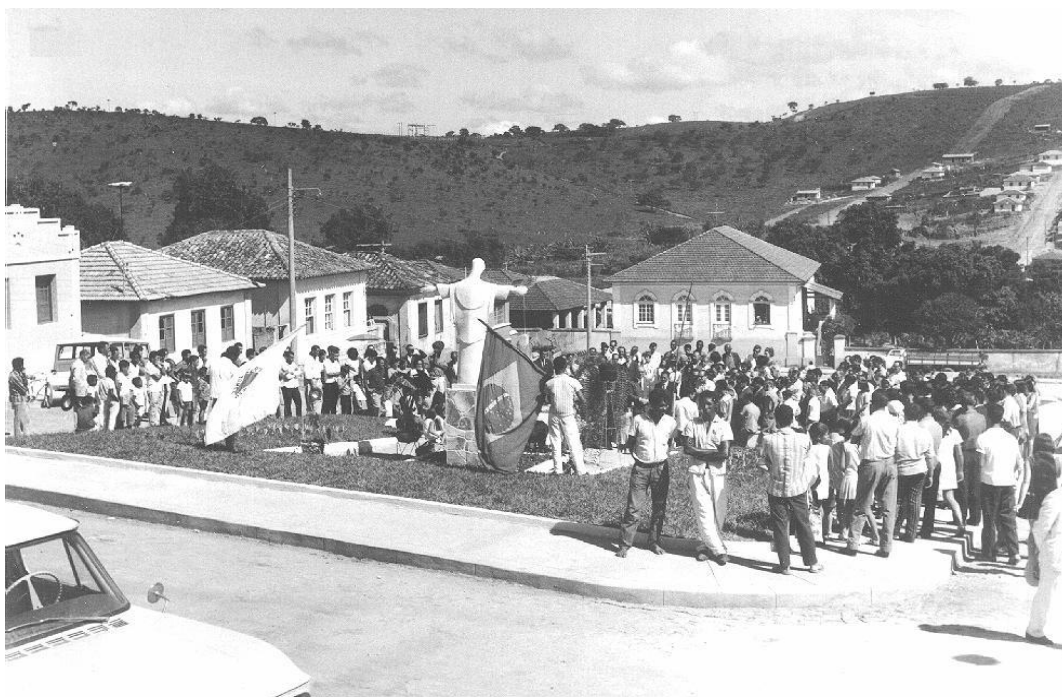
A citação acima pode ser comparada com a fotografia abaixo que pertence aos arquivos da Fundação Casa da Cultura Carlos Chagas e da Secretaria Municipal de Cultura, não tendo registro de data ou de quem fotografou. A praça representada na foto teve seu nome modificado, voltando a se chamar Praça Mãe dos Homens:

em 1941, num gesto de amor à tradição, em vista das pesquisas realizadas pelo autor deste livro. Além disso é intenção da Prefeitura construir, no mesmo local, uma capelinha que rememore a outra que aí existiu no fundo da história oliveirense. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 314)

^{29 30} — Vid. livro referente a recibos e despesas das capelas antigas de Oliveira, no arquivo do Cartório do 1.º Ofício desta Comarca.

Infere-se que a inauguração com a escultura da imagem de Nossa Sra. Mãe dos Homens tenha ocorrido posteriormente a 1941, quando, de acordo com a citação de Gonzaga da Fonseca (1961), o nome retornou ao original, ou possivelmente na década de 1960, após a publicação do livro.

Figura 18: Inauguração da Praça Mãe dos Homens - Centro de Oliveira/MG.



Fonte: Arquivo da Fundação Casa da Cultura Carlos Chagas e da Secretaria Municipal de Cultura de Oliveira.

Ao construir as histórias de **História de Oliveira**, Gonzaga da Fonseca (1961), ainda com todos os acréscimos e com todos os erros que cometeu, buscou confirmação em vários arquivos. Parte de seu livro é o resultado de pesquisas de arquivo, e isso o levou a elaborar um livro-arquivo: ele arquivou no livro o que garimpou e o que compilou dos arquivos sobre a cidade de Oliveira e seus habitantes. No caso de Demétrio Coelho (1950), apesar de não ter feito essa mesma pesquisa em fontes arquivísticas, usando apenas fonte oral para contar suas histórias, não deixou de construir um arquivo, a partir do momento que registra as histórias contando o que ouviu ou vivenciou, como ele próprio ressalta. **Recordações de Oliveira** se tornou um arquivo de Oliveira, prova é que foi usado no livro **História de Oliveira**. Nesse último, encontram-se trechos de citações gigantescas do livro de Demétrio Coelho (1950), exemplo é o texto dedicado a contar sobre o Carnaval entre as páginas 363 a 367. O texto intitulado “*O CARNAVAL DE ONTEM E DE HOJE*” já começa com letras em itálico, sugerindo que teria sido retirado de outro lugar. No entanto, no início, não traz menção alguma da origem

do texto. Na página 363 encontra-se a seguinte informação: “Aí está o carnaval de ontem, no palavreado lépido de José Demétrio.” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 363). O parágrafo continua com alguns comentários e, no parágrafo seguinte, já informa novamente “De novo com a palavra, José Demétrio vai nos traçar as primeiras tentativas feitas para modernizar aqui o carnaval de ontem e sintonizá-lo com o do Rio ou o de Veneza:” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 363). Segue-se até a página 367 com o texto em itálico e “copiado”, ou seja, citando José Demétrio Coelho (1950). O texto encontrado nas páginas de **História de Oliveira** não foi uma citação direta, ele não foi copiado *ipsis Litteris*, algumas partes do texto são idênticas às de **Recordações de Oliveira**, mas boa parte conta a mesma história, com diferenças significativas. Veja no trecho abaixo, seguindo a cronologia de lançamento das edições, primeiro o texto de Demétrio Coelho (1950):

Outro carro: enorme ROSA, em cuja corola se via um menino assentado, mas logo dali descido devido às reclamações do público, porque oscilava muito na haste. Surgiu em seguida o primeiro carro de crítica: DUAS ENORMES TESOURAS, alusivas a duas línguas ferinas que trabalhavam incessantemente em Oliveira... Quarto carro : UM ENORME BONECO com a figura do médico alemão Dr. Ludolf Fromm, talvez criticando a sua descomunal estatura, porquanto esse médico era um propulsor do progresso de Oliveira. Não tardou muito, porém, que caísse o boneco, motivo porque fizera ele todo o percurso estendido sobre o carro, mostrando a rotunda barriga. Vinha, em seguida, um carro de balaustrada, onde diversos mascarados punham os podres de muita gente na rua! Fechando o préstito vinha um carro homenageando o comércio. Foi um sucesso esse carnaval ... (Demétrio Coelho, 1950, p. 27 e 28)

Abaixo, a reprodução referente ao mesmo texto, mas do livro **História de Oliveira**:

Segundo carro: Rosa, em cuja corola se via o menino e futuro advogado de saudosa memória, dr. Assis das Chagas. Tanto balançava a corola aos solavancos do carro pelo velho calçamento, que, temendo pela vida do garoto, resolveram descê-lo em meio ao desfile. Como crítica, vinham atrás duas enormes Tesouras, alusivas a duas línguas que aqui trabalhavam incessantemente na casaca do próximo. Quarto carro: um Tablado com balaústres cheio de mascarados que iam botando para fora os podres de muita gente. Quinto carro, o maior de todos, um enorme Boneco, no porte e feições do médico alemão dr. Fromm, estatura hercúlea, apoiado, segundo o hábito pessoal do saudoso médico, na sua bengala de ipê, salientando a rotunda barriga. Não tardou, porém, a tombar fragorosamente o gigantesco boneco que, deitado na carruagem, fez o desfile.

Correu logo um palpite sobre o fracasso: foram os irmãos Alvarenga – Fausto e Franklin – que, a mandado do dr. Fromm, pregaram mal o boneco.

Fechava o préstito um carro homenageando o comércio.

Foi um sucesso extraordinário esse carnaval ... (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 365 e 366)

Ao realizar a leitura dos dois fragmentos, ainda que o livro não trouxesse a informação que o texto havia sido retirado de **Recordações de Oliveira**, se perceberia a semelhança entre

eles, observando que um é quase cópia do outro. Não se pode dizer que Gonzaga da Fonseca (1961) citou Demétrio Coelho (1950), pois o trecho não é cópia literal, nem que fez uma releitura do colega autor, pois algumas partes são idênticas. Também não se pode dizer que foi um resumo, pois o último texto é ainda maior que o primeiro. Ao que parece, Gonzaga da Fonseca (1961) fez uma paráfrase, tentando modificar o que achou cabível e completando informações. Como informou Bellotto (2004), quem analisa o documento utiliza-o como ponte, como o livro serviu em determinado momento. Além de ficar nítida a ideia sobre a diferença na interpretação em relação aos documentos, na sequência da leitura, na mesma página 366, encontra-se a seguinte informação:

Ainda houve, segundo “seu” Leleco, outras críticas, entre as quais, uma aos engenheiros da estrada: uma grande locomotiva de papelão cheia de foliões, avançando atrás dos engenheiros que iam adiante batendo estacas e mandando remover muros, casas e igrejas. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 366)

Pelo que parece, o que foi acrescentado deve-se ao que disse Leleco, mas não há referência de quem seria ele, não há informações de que teria ocorrido uma entrevista ou ao menos uma conversa para averiguação e para tirar dúvidas a respeito do Carnaval em Oliveira com o referido senhor. O texto acima foi simplesmente colocado, sem mais explanações. Apesar da falta de informação e de coesão no texto, observa-se que houve uma contribuição. Bellotto (2004) alerta que “A história não é a ressurreição do passado é o torná-lo inteligível, sem deformá-lo. (Bellotto, 2004, p. 264). A partir da análise no exposto, entende-se que Gonzaga da Fonseca (1961) não chegou a deformar as informações do passado, mas, ao trazer à tona as palavras do colega escritor, não se preocupou em consignar a ele o devido zelo, nem ao referido Leleco. Ao que parece, concedeu uma entrevista na qual foi lido o trecho de **Recordações de Oliveira**.

Algumas fontes utilizadas por Gonzaga da Fonseca (1961) foram documentos arquivísticos, consultas a moradores, jornais etc. O uso dessas fontes é prerrogativa do livro-arquivo, mas é, também, uma problemática do arquivo físico. Em geral, arquivos tradicionais negligenciam outro tipo de fonte que não seja as consideradas oficiais. Esses arquivos são compostos apenas por documentos de uma mesma fonte, aquela entendida como a oficial, a governamental.

Uma das grandes contribuições de Ranke foi sua exposição das limitações das fontes narrativas, vamos chamá-las de crônicas - e sua ênfase na necessidade de basear a história escrita em registros oficiais, emanados do governo e preservados em arquivos.

O preço dessa contribuição foi a negligência de outros tipos de evidência. (Burke, 1992, p. 13)

Mesmo que mundo afora não se tenham os ditos arquivos totais, como no Canadá, em que os arquivos aceitam documentos oriundos de diversos lugares, os arquivos evoluíram, e surgiram os arquivos pessoais, onde pode-se encontrar outros tipos de documentos que não sejam aqueles produzidos por um governo. É verdade que, muitas vezes, os documentos são separados, como numa cirurgia, em que se arranca do indivíduo aquilo que não faz parte do cerne de seu corpo. A divisão entre arquivos tradicionais e pessoais é quase cirúrgica. Enquanto no livro, não. No livro que arquiva essa divisão não existe; ele pode trazer em suas páginas tanto a fonte oral quanto as partes de documentos oficiais e pessoais, como nos exemplos abaixo do texto de Leite e Oiticica (1882) sobre a descrição de parte da cidade, ficando claro o conhecimento popular. Já na citação de Gonzaga da Fonseca (1961), a pesquisa documental:

A cidade é contornada pelo riacho Maracanã que separa o centro das três entradas, a leste pela estrada de S. João d'EI-Rey e a oeste pela de Tamanduá e ao norte pela de Pitanguy; em qualquer um dos lados ha uma solida ponte de madeira. Centro de diversos municípios extensos, notáveis e productores, uberrimo por si mesmo, tendo em sua circumscripção fazendas importantes, fortunas avultadas, o município da Oliveira conta augmentar immenso a sua prosperidade nascente e tornar-se, com legítimo orgulho, a sua séde, a cidade do mesmo nome, uma das principaes cidades do centro de Minas pela riqueza, commercio, belleza e adiantamento. (Leite e Oitica, 1882, p. 23).

Lê-se a palavra "cataguá" em cartas de Sesmarias do Campo Grande da Picada de Goiás (Oliveira), referente embora a um pau das matas locais. Escavações feitas numa das fazendas do município patentearam utensílios e armas de guerreiros indígenas, bem como as conhecidas "panelas de índio" ou igaçabas, dentro das quais, de cócoras, eram sepultados os chefes. Reminiscência da toponímia indígena (cataguá ou carijó) encontramos, dentro do município, em denominações como Camacho, Lambari, Maracanã e Maependi.³⁰

Mas a hora final dos Cataguás estava prestes a soar na História. Outro sertanista mais ousado do que Félix Jaques viria dar combate ao Cataguá, mesmo às portas do município. E este seria o primeiro homem branco a atravessar o território que mais tarde constituiria a próspera comuna oliveirense. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 19 e 20)

É verdade que, como sugeriu Cook (1998), há a necessidade de se discutir mais, é necessário que o arquivista deixe de lado o “pesado jugo de suas próprias tradições

³⁰ 3-Etimologia indígena desses vocábulos: Camacho — camá, seios, e chuá, coisa aguda. Lambari — alteração de alambari que, por sua vez, se apresenta como aráberi ou aràber-e — "baratinha, peixinho". Há alhures outros homônimos desse topônimo. Maracanã — maracá, diabo feroz, e ná, semelhante. Dizem outros que maracá significava "instrumento que ruge". Assim, Maracanã é tudo aquilo que é "semelhante à cousa que ruge". Alusão talvez às primitivas enchentes desse riacho oliveirense, que possui homônimos por todo o Brasil. Maependi — vem de mbae-pindi, "cousa aberta ou limpa"; alusão a um campo ou clareira na mata, espécie de picada, facilitando passagem. Maependi é forma muito mais consentânea com sua origem; é a mais encontradiça em antigos documentos e roteiros. Existem homônimos alhures.

ultrapassadas”. Quanto a ampliar o espectro de estudo do arquivista, Marques (2007) sugere que, “Na medida em que problematizam categorias canônicas dos estudos literários, tais como: texto, obra, autor, valor estético universal, os saberes do arquivo tornam mais rarefeitos os fundamentos das disciplinas acadêmicas. (Marques, 2007, p. 20). Abrir o leque de discussão para entender o documento, o arquivo e o trabalho do arquivista é uma proposta premente. Trazer à tona para discussão e para análise a ideia de que alguns livros de memorialistas, de crônica, conto, romance e história podem ser considerados como arquivo está em sintonia com as propostas tanto de Cook (1998) quanto de Marques (2007). O livro-arquivo expressa

[...] indiretamente mas contundentemente, o interesse ... em explorar e manifestar a criação literária como labor e construção material, indissociável de sua condição de objeto do mundo, isto é, de objeto que participa do mundo – podendo carregar seus restos e rastros. Pedro Nava apostará numa escritura investida exatamente no revolver de restos do mundo, arrancando, através de sua escrita literária, os rastros do tempo que remontam memórias. (Bragança, 2009, p. 26)

A citação acima, retirada de um estudo sobre a obra de Pedro Nava, cabe para o estudo do livro-arquivo, pois assim como Nava adentra o literário a partir de suas reminiscências, dos rastros e dos traços de sua memória e história de vida, o livro-arquivo tem essas mesmas premissas em seu cerne, ou seja, escrever a partir de vivências individuais ou coletivas, mas podendo utilizar-se de documentos oficiais. Deixar algo escrito sobre a forma de viver, bem como a descrição de determinados lugares, perpassa e ultrapassa também as questões da oralidade e da memória. Escrever e registrar tais ideias está relacionado com os arquivos a partir do instante em que se descobre que a falta do registro leva à perda. As vivências não podem ficar apenas no campo da memória e da oralidade, é importante converter tudo isso em registros. E o registrar leva ao arquivar, e o arquivar leva ao guardar e ao não esquecimento ou alteração do que passou. O registro se configura em documento que estará disponível para as gerações futuras, ele é

A teia é o passado que reconstruímos, desvendando para nós mesmos, tanto quanto para os outros, o risco que guiou o bordado, o texto que dirigiu a representação - a lógica - que não se percebia quando se viveu (e depois se reconstrói). O fio que se vai tirando de si e que compõe a teia e lhe dá forma - o fio (fio condutor?) é, este sim, aquela opção consciente e refletida ... (Soares, 1991, p. 28).

Os registros, ou documentos, assim como fotografias e objetos, se configuram nas bases da construção da história, de quem é de determinado povo. Sem o registro, o documento e o arquivo não existem, pois é o fio condutor que leva ao alicerce, a base da sociedade. O fio

condutor no campo da literatura e no campo da história pode se configurar no livro: o livro que arquiva, que é o risco do bordado a guiar o presente em sua relação com o passado. Um povo sem seu alicerce, sem ter o fio aplicado ao bordado, tem seu passado obscuro. Sem o bordado, o fio se transforma num emaranhado disforme, sem princípio, nem meio, tudo se mistura. O livro-arquivo é o bordado ou uma parte dele, uma vez que a história está sendo construída dia-a-dia.

Se o livro que arquiva é o bordado, seria importante para este estudo definir quais linhas são utilizadas para a construção do que seria o livro-arquivo. No entanto, até o momento, esse é um conceito que ainda não existe, já que ainda está em construção. O que se pode afirmar é que nem todo livro arquiva, ou seja, nem todo livro pode ser considerado “livro-arquivo”, mas todos têm a chance de arquivar memórias, lugares, costumes, tradições ou fatos. Nessa medida, todo livro tem capacidade para ser “livro-arquivo”. Bragança (2009), ao descrever a forma de escrita de Nava, deixa uma indicação que pode auxiliar nessa definição ainda em construção:

Escrever olhando para o passado, mas não o tempo de construir o grande romance de sua vida ou das tradições de sua família, mas de escrever, ainda com algum desejo otimista de recuperação do tempo perdido, uma literatura sobre a própria reconstrução memorial - deixando à mostra não só os traços da história, como os traços da elaboração como se escrevendo a obra memorial na própria história de que se alimenta - uma obra que, apoiada sobre os arquivos, arquiva, ao mesmo tempo e de forma explícita, a si mesmo; obra sem fim, sempre em processo, sempre de alguma forma incompleta: "romance" infinito. (Bragança, 2009, p. 27)

O livro que arquiva é uma literatura que trata de memórias, que recupera o tempo perdido, que tem traços da história e que se alimenta de memórias, de histórias individuais e coletivas, além dos registros arquivísticos. A diferença é que Bragança (2009), na citação em referência, trata da escrita de Nava, que é uma autobiografia, por isso ele diz que é uma obra incompleta. Sobre estar ou não completo, é mais uma discussão pertinente tanto para o arquivo quanto para o livro. O livro-arquivo, como produção literária, poderá ser complementado em edições futuras ou ter uma sequência em novo livro. Mesmo após sua finalização, pode-se assumir o ônus da responsabilidade e dizer que faltou algum item na obra; ela não ficou completa, e, em nova edição ou continuação, se incluirá o que faltou, afinal, quem seria pretensioso o bastante para dizer que existe uma obra ou livro completo, essa é uma máxima que não se aplica aos tipos de livros que são tratados nesta pesquisa.

Porém, aquele exemplar que já foi impresso e distribuído está finalizado e acabado, não pode mais ser mexido após sua distribuição. Somente numa nova edição poderia se complementar ou fazer uma releitura, e ainda efetuar uma transmidiação, que é a transformação

do livro em outro tipo de mídia, que poderia ser uma história em quadrinhos, um filme, uma novela e até uma comédia. E quanto ao arquivo? Tanto os arquivos correntes quanto os arquivos permanentes "estão sempre inacabados, na medida em que podem acolher novos documentos e materiais." (Marques, 2007, p. 21), são abertos, nunca se fecham, porque estão sujeitos ao novo.

Se a definição do que seria um livro-arquivo ainda está em construção, a análise de que tipo de livro se encaixa como tal seria valiosa para auxiliar nessa definição. Todo livro de crônica, romance, história, conto ou de memorialista poderia ser classificado como livro-arquivo? Com certeza não. Não se pode afirmar que todo livro arquiva histórias ou memórias. No entanto, é inegável que algumas obras carregam em si uma função que transcende o literário, assumindo características próprias de um arquivo. Nesses casos, cabe a discussão a respeito da possibilidade de quais tipos de obras podem ser consideradas livros-arquivos, ou seja, quais são capazes de conservar traços do tempo, da cultura e das experiências humanas, funcionando como dispositivos de memória e registro histórico. A discussão envolvendo os três livros que discorrem sobre Oliveira sempre estarão no cerne da análise. Com certeza, implementar um breve esforço no intuito dessa análise é necessário.

Importante ressaltar que tanto Francisco de Paula Leite e Oiticica (1882) quanto José Demétrio Coelho (1950) e Luís Gonzaga da Fonseca (1961), autores dos livros pesquisados nesta dissertação, eram cronistas, ambos escreviam artigos para jornais da região e na *Gazeta de Minas*³¹, jornal oliveirense impresso desde 1887. Os dois primeiros autores, com formação na área jurídica e o último formado em Letras, que atuava como professor de português; o que significa que eram letrados e acostumados a produzir vários tipos de textos.

No sentido de investigar as possibilidades do livro-arquivo, e como os três autores eram cronistas de jornais, levando em consideração que a "... crônica, gênero que frequentemente também aceita e explora a falha e a hesitação dentro da obra - o que exige a inserção do autor na mesma" (Bragança, 2009, p. 34 e 35), será o primeiro tipo textual a ser avaliado. A crônica é um estilo literário encontrado de forma mais incisiva na obra de Demétrio Coelho (1950). Esse, a partir de acontecimentos sociais, aliados a uma pitada de lirismo, expõe de forma até sentimental em seu livro os fatos que marcaram sua vida ou da cidade. A intervenção do autor sempre acontece para um desfecho quase que ao tom de parábolas, trazendo narrativas da vida real através da exposição lúdica de algum caso ou causo, como se diria em terras mineiras. Se a crônica hesita, ela também se reconstitui e explora o real, assim como o importante cronista

³¹ O jornal *Gazeta de Minas* foi inaugurado na cidade de Oliveira em 1887, é o jornal escrito oliveirense e mineiro mais antigo em funcionamento, tem grande parte de seu acervo digitalizado e disponível no [site https://www.gazetademinas.com.br/](https://www.gazetademinas.com.br/).

Antonio Candido, que trouxe visibilidade para as crônicas, em seus textos e principalmente em “Ao rés do chão”. José Demétrio Coelho parece o mais cronista de todos. Em **Recordações de Oliveira**, anuncia que “As reminiscências aqui registradas, foram produto de horas de lazer e feitas ao correr da pena...” (Demétrio Coelho, 1950, p. 124), ficando implícito que Demétrio Coelho (1950) conhecia e, provavelmente, era leitor de Candido. Em seus textos deixa transparecer seu estilo cronista

A ausência dos que desapareceram no silêncio de um tumulto causa-nos saudades! Uma casinha velha metida num prado florido; a mata fechada e rescendente de aromas, onde caçávamos o nhambú e os tucanos; o regato serpenteante, a grama verde que atapetava as praças e ruas; a fonte que jorrava água cristalina e fresca dia e noite, tudo, tudo desaparecido sob o império do progresso e da atividade humana, nos deixa um misto de saudade e mágoa! Mas tudo isso acalentamos na lembrança! Lá, ao longe, já bem distante, os folguedos da infância; os sítios amenos percorridos, as estradas palmilhadas; os trabalhos escolares e as festas nos exames no fim do ano, com farta mesa de biscoitos... os amigos de intermináveis horas de recreio – esses mesmos que não vemos mais e nem sabemos para onde se foram... só mesmo a recordação nos poderá trazê-los até nós, na acalentadora esperança de revê-los, se vivos, ou então na triste saudade da separação, se mortos! (Demétrio Coelho, 1950, p. 06 e 07)

Como se observa, Demétrio Coelho (1950), ao estilo crônica, conta fatos reais. Como sua obra trata da memória e da exposição da realidade, levando em conta que seu livro é utilizado como objeto de consulta, entende-se que nesse quesito **Recordações de Oliveira** pode ser considerado livro-arquivo. E quanto aos outros autores? Nenhum dos três escritores produziram um único texto, direto e conciso. Suas obras podem ser consideradas mistas, pois são constituídas de textos em estilos diferentes. Dessa forma, a crônica aparece de alguma maneira nas três obras. Veja, no fragmento abaixo, uma demonstração de crônica da obra de Gonzaga da Fonseca (1961),

É o morro das Pedras.

Na sua rampa rochosa que verte para a cidade, delineiam-se rastros humanos na laje viva. Até parecem feitos propositadamente a cinzel. Vestígios lisos, de pés calçados de alpercatas. Uns dois ou três, postos com intervalos regulares, descendo a rampa, alternados de sinais redondos.

O povo os chama de “rastros de Deus”. E os venera, beijando-os e enfeitando-os de flores.

Dizem por aqui que Jesus Cristo veio um dia, a cavalo, para visitar a cidade que viceja nas colinas sob o sorriso da oliva especiosa que é Nossa Senhora de Oliveira.

Ao galgar o dito morro, descavalgou-se para descansar. O arcanjo que sempre o seguia invisivelmente, notou que ele curtiá sede em silêncio. A um aceno seu, brotou ali perto uma fonte cristalina, da qual Jesus bebeu e cujas águas abençoou. São as “Águas Santas”, até hoje existentes ali perto, na encosta que verte para o outro lado.

A elas atribuíam-se outrora virtudes maravilhosas, hoje desaparecidas por causa do abuso e da malícia dos homens.

Ao descer a rampa rochosa, em direção à cidade, Cristo deixou na pedra viva as suas pegadas santas; vêem-se também os rastros do seu animal.

Dali saíram as pedras para a construção do cemitério em 1855, carregando-as o povo na cabeça. “Quando nós roçamos lá para tirar pedra, padre Barbão não deixou cortar os paus da beira da água. Disse que era santa.” (José Sérgio).

E os rastros e a laje em que estes se acham, continuam conservados, apesar da extração de pedras a dinamite, rasgando a rampa, de um lado e de outro. Que eles sejam sempre respeitados e perdure na tradição popular a suavidade desta lenda tão genuinamente oliveirense.

Quem vem de fora, das grandes e tumultuosas cidades, encanta-se ao embalo destas sagas de piedade e primitivismo, e irá fatalmente a lugares assim, “onde a alma ingênua do povo viu, nos sinais primitivos da rocha bruta, a simbolização de um milagre divino” (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 384 e 385)

Em Leite e Oiticica (1882), mesmo sendo sua obra mais descritiva, ainda se encontra alguns trechos de crônica:

Cabe aqui uma notícia mais desenvolvida dos tecidos mineiros, a rica, divertida e interessante ocupação das fazendeiras com a collecção de escravas que as acompanhão nos teares. Em Minas ou antes no município da Oliveira, poucos são os fazendeiros que mandão escravas à roça; estas servem para ficar em casa tecendo para vestir os companheiros. Há em quasi todas as fazendas e casas de moradia, mesmo da cidade e dos arraiaes, uma sala espaçosa, quadrada ou em losango, onde estão dispostos em linha, ao redor da sala, os teares; d’estes sahem os lindissimos cortes de variadas côres e que vão ser vendidos na “Matta”, como chamão aqui a zona cafeeira das provincias do Rio e Minas, obtendo um corte para calça o preço de 18 e 20\$, bem como os cortes de lã mineira, próprios para sobretudos e que alcanção o preço até de 40\$000. A fundação das fábricas de tecidos têm feito decahir esse commercio pela baixa do preço, occasionada pela escassez da procura; mas os teares ainda funcção e bem, quer mesmo nos cortes, quer em tecidos para camisas e calças dos escravos das fazendas.

A fabricação das colchas de lã, toalhas para mesa e rosto, pannos para lençóis e todos os misteres de casa attingem a notável perfeição e belleza, tornando-se de preço os acolchoados e rendas que os limitão; os mineiros sabem dar-lhes o devido apreço; poucos são porém aquelles que os pagão pelo seu justo valor, a não serem aquelles e os estrangeiros que os procurão e aprecião-no devidamente, chegando alguns a declarar que na Europa não se fazem iguaes, o que nada mais é que a verdade. (Leite e Oiticica, 1882, p. 25 e 26)

E quanto aos romances? É sabido que os três autores abordados nesta pesquisa não se dedicaram a esse gênero literário. Embora, por vezes, suas obras explorem nuances e narrativas de forte carga emotiva, elas se distanciam claramente da estrutura e da proposta do romance clássico. Ainda assim, cabe levantar uma provocação instigante: seria possível conceber uma narrativa romanesca que pudesse ser compreendida como um livro-arquivo?

Não há dúvida de que, com raras exceções, a criação de um romance sempre envolve pesquisas, anotações, montagem de coleções, ou mesmo a rememoração. Mas todo o processo de criação tende a se apagar diante da obra pronta, que, tradicionalmente, busca esconder as evidências de sua condição de trabalho e construção, em favor, digamos assim, da ficção. (Bragança, 2009, p. 31)

A partir da citação acima, constata-se que a resposta, embora complexa, é afirmativa — desde que o romance em questão incorpore, de forma intencional e estruturada, elementos de memória coletiva ou individual, ambientações históricas fidedignas e representações culturais que preservem e revelem aspectos da vida de determinada época. Nesse cenário, o romance deixaria de ser apenas ficção para também funcionar como um dispositivo arquivístico, capaz de registrar e ressoar uma experiência social e temporal, preservando-a por meio da linguagem literária. Como exemplo, a escrita de um romance que exige pesquisas e rememorações, como já mencionado, em que o autor constrói um determinado ambiente para suas histórias a partir de um lugar já conhecido. Esse tipo de narrativa, que traz com clareza descrições de lugares, pode ser conferido em diversos romances, dentre eles na obra de Jane Austen (1983),

— O galinheiro deve ser removido e o lugar inteiramente plantado, para tapar a vista da oficina do ferreiro. A casa deve ser virada para o nascente em vez de para o poente; isto é, a entrada e os quartos principais, devem ficar daquele lado, onde a vista é realmente magnífica. Creio que isto pode ser feito. E no lugar em que atualmente está o jardim, é que deve ser feito o pátio de entrada. Na parte que agora fica nos fundos da casa, você pode fazer um novo jardim, em declive para o sudoeste o que o tornará lindíssimo. O terreno parece que foi formado exatamente para isto. Subi até cinqüenta metros acima do caminho, entre a igreja e a casa, a fim de olhar em redor; e assim pude ver como poderia ficar tudo. Não há nada mais fácil. Os prados para além do que vai ser o jardim, bem como a parte onde ele agora está, estendendo-se do ponto onde eu estava para o nordeste, isto é, até a estrada principal que atravessa a vila, devem ser completamente aplainados, naturalmente; lindos prados aqueles, todo entremeados de árvores. (Austen, 1983, p. 165)

No trecho, retirado do livro “Mansfield Park”, Jane Austen (1983) relata sobre a construção e as modificações em determinado local. Os romances da autora são fictícios, no entanto, pelos detalhes da explanação, infere-se que ela possa ter conhecido um ou mais lugares com as referências usadas em seu texto. O lugarejo tal qual foi descrito pode não existir, mas são referências de lugares reais. Contudo, os romances da autora não parecem se configurar dentro do conceito de livro-arquivo, e essa não é uma discussão para o momento. Marcel Proust, outro autor de romances, ao olhar raso, parece se aproximar do que seria um livro-arquivo, pois seus textos “... criaram extensas redes de personagens e exploraram a sociedade, a vida mundana e as dinâmicas sociais ... Proust descreve a vida na alta sociedade francesa.” (Oliveira, 2024³² p. 13). Levando-se em conta que Proust retrata a sociedade francesa de determinada época poderia se, à primeira vista, sugerir que algum de seus romances se aproximam da noção de livro-arquivo. Contudo, tratando-se do referido autor, ainda seria preciso uma investigação

³² Disponível em <https://assets.casadosaber.com.br/files/648c842d5e2d8046437266.pdf>, consultado em 13 de junho de 2024.

mais aprofundada para afirmar que os romances de Proust adentram os caminhos do livro-arquivo. No gênero romance, um estudo aprofundado seria pertinente para a comprovação da existência de alguma obra podendo ser considerada livro-arquivo. Assim, a princípio, sem o devido aprofundamento teórico e metodológico, não é possível oferecer uma resposta positiva quanto a algum romance se enquadrar como “livro-arquivo”.

Em resumo, ao se tomar as “três visões de Oliveira”, para análise quanto às classificações literárias e/ou históricas, observa-se que nas obras se

... constrói narrativas em que busca reencontrar ao menos alguns traços do passado que se perdem da memória e que tendem a se apagar na história (ou sob a História). Sua escrita quase-romance se põe, para tal empreitada, num espaço híbrido entre a ficção, a história, o ensaio, a crônica e a pesquisa de arquivo. ... a escrita é feita a partir de pesquisa minuciosa de objetos de arquivo e de coleção ou ainda de relatos memoriais, submetidos a um cuidadoso trabalho de composição literária na elaboração de escrita. (Bragança, 2009, p. 27)

Assim as “três visões de Oliveira” caracterizadas como livros-arquivos, enquanto obras literárias, não são meras anotações, nem relatos de pesquisa, elas são sempre atravessadas pela afetividade criativa e pela imaginação do autor, características importantes para a literatura, que levam a uma leitura agradável e prazerosa.

Os livros de história, produzidos por historiadores de ofício, tendem a ser densos, fortemente ancorados em conceitos e teorias específicas da área. Em geral, são escritos com foco voltado para seus pares, ou seja, outros especialistas, o que torna sua linguagem muitas vezes inacessível ao público leigo. Talvez seja por essa razão que livros que abordam fatos históricos escritos por não-historiadores sejam mais populares. Atualmente, jornalistas como Laurentino Gomes escrevem livros de história que se tornaram *best sellers*. No passado, essa prática já era recorrente: jornalistas, professores, advogados e outros profissionais também se aventuravam na escrita histórica, especialmente no resgate de memórias sobre suas cidades. Esses escritores de outrora são chamados de memorialistas.

De certa forma, o título tende a ser depreciativo, entendendo que seus livros nem sempre são confiáveis, mas essa discussão não será retomada neste momento. Grosso modo, importa que seus relatos, muitas vezes, são os únicos registros de determinado tempo e lugar.

Memorialistas, em seus registros, tentam contar a realidade ou os fragmentos dela. Seu trabalho ao construir os textos de seus livros se baseia em anotações, pesquisas e fonte oral, através de suas memórias, das memórias de outro ou das memórias da sociedade. Por isso, analisar se certos livros de memorialistas podem ser documentos arquivísticos se torna

importante. Essa discussão ainda envolve a apropriação de conhecimento pela construção do saber referente a uma cidade ou lugar ao qual se refere seu texto ou livro após sua publicação.

Os memorialistas, às vezes, ficcionalizam, mas também mostram fatos reais, mesmo que, às vezes, traídos pela memória, o perigo reside quando se coloca a memória em primeiro plano. No entanto, sabe-se que não existe verdade única; assim, compreender e comparar a escrita do memorialista é imprescindível.

Ademais, o livro do memorialista tende a criar mitos, a trazer para fora uma história que encante e não apenas aquela verdade “nua e crua”, sem o viço da alegoria que a vida real não tem. Afinal, se o livro do memorialista fosse construído apenas de verdade, “sem o perfume das flores”, seria apenas mais um livro de história para historiadores e talvez não estivesse ao alcance de muitos.

O memorialista deixa à mostra (e ao "Tato") uma materialidade real, isto é, mostra os fatos como fatos; insiste, ... em apontar as datas e os nomes ... em desenhar com as palavras os mapas das cidades que já se refizeram, ao mesmo tempo em que ficcionaliza, assumidamente, partes dessa realidade mostrada, atingindo o que o documento não poderia alcançar, narrando mais do que a memória conseguiria guardar. (Bragança, 2009, p. 30)

Os memorialistas, muitas vezes, são acusados de aumentar ou de não narrar os fatos como eles realmente aconteceram. Essa é uma crítica aceitável, pois a obra memorialística não pode ser entendida como verdade total, assim como qualquer outra, sem a devida averiguação ou contraponto. Em geral, no afã de enaltecer sua terra ou o lugar o qual se refere, o memorialista tende a supervalorizar os feitos dos cidadãos e a maximizar as benesses locais. O memorialista, ou as pessoas que contam a história para ele, se baseiam em suas memórias e como já se sabe, as memórias, muitas vezes, podem trair o indivíduo ou dar foco a algo inesperado. Para cada pessoa, o acontecimento realça de forma diferente, porque a memória é seletiva, e, nesse sentido, a

... literatura assume como qualidade literária o ritmo engasgado dessa memória descontínua, mas seguindo sempre num fluxo imparável como o tempo, entre os pedaços do passado que recolhe ou inventa na escrita, costurando-os, por vezes desordenadamente... (Bragança, 2009, p. 35)

Entre as três obras analisadas, é na de Gonzaga da Fonseca (1961) que o uso do hiperbolismo se faz mais presente. Apesar do empenho do autor em destacar suas investigações em arquivos, o próprio intento de construir uma história total da cidade já revela certa

fragilidade metodológica. Além disso, a obra apresenta outros deslizos, por vezes encontram-se contradições em torno de um mesmo tema e recorrentes exageros de proporção.

Tão grande era o número desses quilombos e tão bem organizados se achavam, que até planejavam um levantamento em massa, a fim de massacrar todos os brancos da Capitania; para o que designaram a quinta-feira santa, 15 de abril de 1756. Tentativa essa sufocada pelas sete companhias de Capitães do Mato que o governador interino José Antônio Freire de Andrade expedira “parairem destruir os quilombos do Campo Grande”.

A destruição foi efetivamente vandálica, marchando as sete companhias por serras e vales, abrindo caminhos e picadas, prendendo e matando.

Tão sanguinolento foi esse massacre de negros através destas regiões, que um capitão-de-mato (Bartolomeu Bueno) se recolheu vitorioso, apresentando ao governador uma penca de 3.900 pares de orelhas de negros aquilombados! (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 34).

E em 1759, abrindo picadas e fazendo pontes através dos matos, um corpo de quarenta homens atacou o quilombo do Canhalho, que ficou reduzido a cinzas, resultando mortandade enorme de negros. Chefiou essa expedição o sanguinário Bartolomeu Bueno do Prado, o tal que, de regresso da hecatombe, pôde apresentar ao governo uma penca de 7.800 orelhas de negros aquilombados! (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 38 e 39)

Em ambas citações, observa-se um uso exagerado de expressões por parte do autor, como “Tão grande”, “levantamento em massa”, “massacrar todos os brancos”, “sanguinolento foi esse massacre”, “reduzido a cinzas”, “hecatombe”. Resta o direito da dúvida, que é inerente ao ser humano: duvidar do que está escrito, duvidar do documento. A dúvida faz parte do papel do autor, na fase da pesquisa e depois do livro pronto, esse papel pertence a quem lê, esse por vezes ao longo da leitura dúvida, pois

a história e o passado tendem a ser recobertos por "vozes" que lhes são alheias, o mito totalizante tende a se impor. Nas palavras de Roland Barthes: “Talvez tenhamos uma resistência invencível para acreditar no passado, na História, a não ser sob a forma de mito.” (Barthes, 1984, p. 130) (Bragança, 2009, p. 44)

Como vemos, a resistência em acreditar talvez não esteja apenas em quem escreve ou em quem conta, mas, de uma forma geral, ela está em acreditar no passado, na história. A melhor abordagem, talvez, não seja impor uma interpretação sobre o passado, mas estabelecer um diálogo com ele por meio de múltiplas fontes: como a memória, os depoimentos orais, os documentos oficiais, os arquivos e, não raramente, os livros-arquivo produzidos por memorialistas, historiadores ou escritores de literatura. Todas essas fontes se traduzem como arquivos do passado, aquele arquivo que

só se concretiza pela ativação de uma consciência que o reconheça como tal, isto é, que... aponta, que perceba no objeto um resquício de algo do passado, de algo que existiu e que reaparece e que, de algum modo, nos fala no presente.” (Bragança, 2009, p. 40)

assim como os livros que arquivam, que são as reminiscências do passado que falam no presente de forma clara e acessível.

No livro, algo que já existiu pode reaparecer de forma ainda mais vívida, a depender da forma como o autor demonstra. Assim como no documento do arquivo, o olhar do pesquisador é que determina essa vivacidade. Assim, o passado nos retorna através do livro que arquivam. Os livros que, de alguma maneira, nos contam histórias de cidade. Aqueles que arquivam são utilizados como fontes de pesquisa, às vezes a única existente no município para se conhecer a história da cidade.

Os livros memorialísticos ou obras que abordam as histórias de determinados lugares podem ser utilizados como fontes de pesquisas realizadas por estudantes de nível fundamental e médio, porque, em geral, contribuem para compreensão da origem do nome do município, bem como do processo histórico de sua formação e desenvolvimento. No entanto, também são usados para pesquisas acadêmicas.

O fato dos livros que contam ou que narram as histórias das cidades, escritos muitas vezes por cronistas, memorialistas e historiadores de ofício serem utilizados para pesquisa se dá em função da dificuldade em acessar arquivos diocesanos e ou históricos que contenham documentos mais antigos. É comum ver que até mesmo pesquisadores especialistas em pesquisa de arquivos têm dificuldades de acessar esses acervos, que muitas vezes se encontram fechados grande parte do tempo ou que necessitam de autorizações especiais para consulta. Além dessas autorizações serem muito restritas em quantidade, costumam ter tempo reduzido.

O estado de conservação e a caligrafia são outra problemática encontrada nos arquivos, pois o estado ruim de muitos documentos e a dificuldade de leitura, necessitando estudo e experiência de leitura paleográfica, dificultam ainda mais sua utilização direta. Nesse ponto, o livro como arquivo já superou as etapas iniciais do processo de pesquisa, pois o autor já vasculhou os acervos, e selecionou o que lhe parecia relevante do arquivo, transformando esse material em narrativa.

O livro contém uma parte da pesquisa realizada, ou seja, carrega em si fragmentos da investigação documental realizada pelo autor, ele incorpora trechos dos documentos arquivísticos, além de conter partes do arquivo pessoal do autor. Eles abrigam lembranças

individuais e coletivas, que ampliam o horizonte do que pode ser preservado e compartilhado, além de incluir

... os documentos que refletem a interação dos cidadãos com o Estado, o impacto do Estado sobre a sociedade e as funções ou atividades da própria sociedade, tanto quanto incluem os documentos das estruturas do governo e de seus burocratas voltados para dentro. A tarefa arquivística coletiva no Canadá é preservar a evidência documentada da governança da sociedade, não apenas da atividade governante dos governos. (Cook, 1998, p. 204)

O fato de o Canadá ter arquivos que aceitam todos os tipos de documentos e serem considerados “arquivos completos” faz refletir quanto ao livro-arquivo. Se a função do arquivo é preservar a evidência documental, no livro esse papel está bem definido, ele preserva evidências tanto documentais quanto não documentais, pois nele estão preservados os estudos, ou a compilação de estudos feitos por seus autores. No livro também estão preservados fatos de vários campos da vida social e cultural, ou ainda de cunho popular, que no caso das “três visões de Oliveira” traz a interlocução de assuntos ou o próprio assunto sendo tratado pelos três autores. Entre Leite e Oiticica (1882) e os demais autores pesquisados, quanto à essa questão, em verificação preliminar, pode-se observar que há pelo menos um ponto de interseção entre os autores, pois em Leite e Oiticica (1882) encontra-se a seguinte passagem a respeito de Venâncio Carrilho:

Afferrado patriota, incansável, d’um entusiasmo pelo seu torrão era Venâncio Carrilho de Castro. Os dois seguintes factos provão esta asserção. As casas da rua hoje chamada – Direita – estendião os quintaes até á rua das – Palmeiras, – em distancia de mais de 50 braças; Venâncio Carrilho entendia que seria de grande vantagem para o embellezamento e mesmo augmento da cidade o abrir-se uma outra rua pelo centro d’esses quintaes, o que seria de tanto mais vantagem quando daria uma rua plana como poucas contava a cidade, ficando sufficiente espaço aos proprietários para horta e chácara. (Leite e Oiticica, 1882, p. 20)

Sobre o assunto, Demétrio Coelho (1950), em **Recordações de Oliveira**, faz a seguinte menção:

... antigo presidente da Câmara, em feito memorável.

Deliberara aquele progressista dirigente, abrir uma rua necessária ao trânsito e para tanto teria de cortar extensos quintais, com o que não concordavam os proprietários, que tinham mais em conta suas frutas que o conforto dos habitantes da cidade. Que fazer? – pensou Venâncio – desistir? Não, por certo.

Reunindo diversos trabalhadores em surdina e à frente dos mesmos, mandou que à noite executassem a obra. Trabalharam as picaretas, os machados a noite inteira e a seus golpes ruíram anosas árvores frutíferas e os velhos muros de taipa!

No dia seguinte os oliveirenses tinham mais uma rua aberta ao trânsito, mas o herói entrava numa surra. (Demétrio Coelho, 1950, p. 72 e 73)

Não obstante em **História de Oliveira**, Gonzaga da Fonseca (1961) se refere a história de Venâncio Carrilho da seguinte forma:

Venâncio Carrilho — Jamais galgou altos cargos dentro de sua geração. Limitou-se a ser vereador suplente uma vez, procurador da câmara, negociante, bordador (?), corretor e soldado raso na Guarda Nacional. Mas foi o primeiro herói do urbanismo local. Vede-o, adiante, nos capítulos referentes ao urbanismo oliveirense, dando de beber ao seu povo e rasgando ruas por meio de assaltos noturnos. (Gonzaga da Fonseca, 1961, p. 122)

Após observar as citações sobre Venâncio Carrilho nas três visões de Oliveira, conclui-se que um após outro, de acordo com a sequência cronológica, citaram o fato que envolveu a história do oliveirense Venâncio Carrilho. Cada um a seu modo, com poucas diferenças, narrou o mesmo fato acontecido na cidade. Dessa forma, infere-se que os três autores tiveram acesso aos textos de seus antecessores ou, pelo menos, visitaram as mesmas fontes? A despeito da obra de Leite e Oiticica (1882), sendo a primeira que se tem conhecimento, é possível que tenha sido fonte de inspiração ou consulta aos demais autores. Porém, como esse é um assunto de conhecimento popular, pode ter perdurado por muito tempo na lembrança da coletividade.

Há conexão entre as obras em alguns sentidos, podendo-se observar que os três autores foram cronistas, homens letrados de grande conhecimento do mundo à sua volta. Ambos escreveram livros mistos, suas obras são recheadas de estilos diferentes contendo em suas páginas ao mesmo tempo história, conto e crônica. Ambos podem ser considerados memorialistas, já que citam fatos relevantes para a memória da cidade que perpassam instâncias políticas, sociais e culturais, além de não serem historiadores de formação. Ambos evocam o tempo passado, entrelaçando história e memória, atravessados e alimentados pelas tradições, costumes, sentimentos e saudosismo.

Pode-se dizer que as obras que compõem esta dissertação revelam três visões sobre a cidade de Oliveira. Apesar dos problemas e das limitações que apresentam, elas se configuram como documentos relevantes, sobretudo devido a sua intencionalidade em construir uma Oliveira inventada, fruto da memória e das escolhas narrativas de seus autores.

O anseio otimista de recuperação do tempo perdido e de construir uma literatura alicerçada em arquivos, memórias, lugares e documentos, elementos que deixam à mostra os traços da história, conduz a construção do livro. Um livro que nasce obra literária, mas que, ao longo do processo, se transforma também em arquivo da cidade. Por que é importante arquivar histórias de cidades em livro? Porque é essencial lembrar e preservar não apenas os relatos oficiais e protagonizados por figuras políticas, mas também as experiências de pessoas comuns,

que constituem o tecido cultural, social e antropológico das comunidades. A reunião concisa dessas narrativas confere ao livro uma dupla função: além de seu estatuto literário, assume também o de documento. Nesse sentido, os livros-arquivo têm seu *status* ampliado, posicionando-se como obras que transitam entre o campo da literatura, da pesquisa histórica e documental, podendo assumir simultaneamente funções literárias e arquivísticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação discutiu as inter-relações entre a literatura e a história, tendo como foco a cidade de Oliveira, uma pequena localidade do interior de Minas Gerais. Ao longo do trabalho, que perpassou campos importantes do conhecimento humano, como os estudos literários, a escrita, a memória, a micro-história e a arquivística, compondo um percurso interdisciplinar que busca compreender múltiplas camadas de significação. As principais obras que compõem o *corpus* da dissertação: **Notas Sobre o Município da Oliveira** (1882) de Francisco de Paula Leite e Oiticica (02/04/1853 +15/07/1927), **Recordações de Oliveira** (1950) de José Demétrio Coelho (02/07/1889 +22/07/1955) e **História de Oliveira** (1961) de Luís Gonzaga da Fonseca (09/10/1911 +11/12/1995), representam diferentes perspectivas sobre a história do município. Escritas por autores com formações diversas (jurídica, literária e de magistério), essas obras transitam entre a história, a literatura e a memória, explorando diferentes estilos textuais, que vão da crônica ao relato histórico. Ao abordar a trajetória do município desde seus primórdios até o período de modernização, marcado pela chegada da ferrovia e da iluminação elétrica, os autores lançam mão do recurso da memória para tecer suas narrativas, resgatando personagens, eventos e costumes que compõem o imaginário e a história local. Conforme se depreende das obras, a identidade de Oliveira revela-se fortemente enraizada por uma história singular e rica, moldada por múltiplas influências e sustentada por um forte senso de pertencimento comunitário.

Ainda que se baseando em fatos históricos, as obras revelam um forte caráter literário, utilizando-se de recursos de linguagem, estilo e construção narrativa próprios do universo ficcional. Essa abordagem confere leveza e prazer à leitura, sem, contudo, negligenciar o compromisso com o registro e a preservação da história, reconhecendo a importância da escrita como instrumento de resistência ao esquecimento e a perda da memória social. A abordagem dos autores é diversa, com vozes e perspectivas enriquecedoras, Leite e Oiticica (1882) adota um tom mais descritivo e informativo; já Demétrio Coelho (1950) apresenta um estilo mais cronístico e sentimental; enquanto Gonzaga da Fonseca (1961) busca uma narrativa mais abrangente e historicamente embasada em registros documentais. O estilo de cada autor reforça seus objetivos narrativos. Leite e Oiticica (1882), ao que tudo indica, buscava descrever a cidade para torná-la conhecida em suas particularidades geográficas, sociais e culturais. Já Demétrio Coelho (1950) demonstra pretender registrar episódios folclóricos e reminiscências pessoais, revelando uma escrita marcada pela oralidade e pelo encantamento da memória. Por

sua vez, Gonzaga da Fonseca (1961) parece almejar uma abordagem mais sistemática, ao propor a construção de uma "história orgânica e atual" do município, articulando dados documentais, acontecimentos políticos e aspectos culturais.

Roger Chartier (1990), ao tratar das práticas do escrito, observa que os textos adquirem diferentes significados e usos ao longo do tempo, dependendo das condições de leitura e das práticas sociais envolvidas. Assim, um livro originalmente concebido como memorial ou obra de divulgação local pode, em outro contexto, assumir o estatuto de fonte histórica ou objeto de estudo acadêmico. Nessa nova condição, o livro revela-se como um “arquivo”, guardião da memória de uma época, de uma cidade ou de um grupo social. Essa intersecção entre literatura, história, memória e arquivos atravessa toda a narrativa desta dissertação, cujo foco principal reside na construção da ideia do livro como arquivo, enquanto espaço simbólico e material de preservação do passado.

Portanto, ao propor o uso do termo “livro-arquivo”, busca-se enfatizar que essas obras transcendem os limites do caráter literário ou documental convencional, situando-se em um espaço híbrido, onde se entrelaçam testemunho, memória, história e arquivo. São livros que, muitas vezes, preservam informações ausentes dos registros oficiais, desempenhando um papel fundamental na construção de narrativas históricas alternativas e na valorização das vozes locais, frequentemente silenciadas ou marginalizadas pelas versões hegemônicas da história.

A dissertação foi organizada em três capítulos, assim distribuídos:

- O primeiro capítulo com o título: Literatura e História. Dedicase ao estudo das três obras que, ao longo do trabalho, foram convencionadas como “três visões de Oliveira”. Nesse capítulo, buscou-se conhecer não apenas os autores e os estilos de escrita por eles adotados, mas também compreender aspectos da história de Oliveira revelados por meio de seus olhares particulares.
- O segundo capítulo, intitulado Literatura, Micro-história e Memória, foi subdividido em dois tópicos: “A micro-história e a literatura” e “A memória na história e na literatura”. Nesse capítulo, enfatizou-se a importância das histórias "vindas de baixo", revelando como as narrativas de pessoas comuns e eventos locais ampliam a compreensão da história. Abordou-se a memória tanto individual quanto coletiva, desempenhando um papel fundamental na construção de narrativas, revelando as escolhas, conscientes ou inconscientes, feitas pelos autores ao registrar o passado. Importante ressaltar o papel da tradição oral na construção da identidade e memória social de Oliveira, assim como da forte cultura que se desenvolveu, com destaque para a imprensa local, passeatas, banda de música, clubes literários, educação,

patrimônio arquitetônico, etc. Enfim, a memória, a micro-história e o tempo estão intrinsecamente ligados na construção da narrativa histórica e literária, especialmente quando focados em uma localidade específica como Oliveira.

- O terceiro capítulo, com o título: O Livro-arquivo. Trouxe uma discussão a partir do estudo bibliográfico sobre questões arquivísticas, associada às “três visões de Oliveira”. Ao longo da pesquisa, cunhou-se o termo “livro-arquivo” para designar obras que ultrapassam o valor histórico-literário e que se consolidam como documentos arquivísticos, evidenciando sua face arquivística, com atenção especial para os livros de memorialistas, que são muito utilizados para pesquisas diversas. O capítulo ainda explora a relação entre memória e arquivo, sugerindo que o arquivo pessoal está vinculado à memória individual, enquanto o “livro-arquivo” se relaciona com a memória coletiva, tanto em sua criação quanto em seu uso. No capítulo comparou-se a natureza do arquivo tradicional com a do livro, destacando as vantagens e limitações de cada um, discutiu-se o papel do tempo e do espaço na construção e preservação da memória. O texto se baseia em diversos autores, com foco especial na obra de Terry Cook (1998) e no trabalho dos autores que escreveram sobre Oliveira.

Esta dissertação, ao examinar as "três visões de Oliveira" sob a ótica da história e da literatura, busca consolidar-se como uma nova fonte repositória para os arquivos locais, além de contribuir para o enriquecimento do debate acadêmico sobre a história e a literatura da região. Podendo-se dizer que as três obras que compõem o *corpus* desta dissertação se apresentam como "livros arquivos", que se consolidam como documentos arquivísticos, se tornando fontes de pesquisa para a compreensão da história da cidade, oferecendo um panorama rico da vida social, cultural e política do município ao longo do tempo. As "três visões de Oliveira" representam importantes contribuições para a historiografia local e a presente dissertação se converte em mais um instrumento que contribui para a história e a literatura da região.

A partir dos estudos realizados, foram apresentadas algumas tipologias literárias com intuito de investigar a possibilidade da ampliação da classificação de livro-arquivo para além dos livros memorialísticos. Segundo Michel de Certeau (1982), a escrita da história está ligada ao gesto de selecionar, ordenar e dar sentido ao que foi vivido. Nesse sentido, certos livros que compilam memórias, acontecimentos locais, tradições orais e relatos de vivências cotidianas operam como arquivos, ao preservarem camadas da experiência social e cultural de um grupo específico.

Reforçando o entendimento de Certeau (1982) e trazendo de volta a ideia de Eagleton, (2006) sobre um texto poder começar sua existência com uma classificação e depois passar a ser classificado de outra forma, o que evidencia a fluidez das categorias e reforça que a classificação de uma obra como “livro-arquivo” não implica diminuição de seu valor, ou a desqualifica, mas sim lhe confere um reconhecimento de seu potencial múltiplo. Afinal, os paradigmas acadêmicos estão em constante transformação, e o campo das humanidades se caracteriza justamente por sua abertura a novos olhares e interpretações.

Entretanto, como o próprio termo “livro-arquivo” ainda carece de estudos mais aprofundados e sistemáticos para uma definição mais precisa, no escopo deste trabalho não foi possível caracterizar outras tipologias ou obras como pertencentes à categoria do livro-arquivo. No futuro, pretende-se desenvolver através de uma pesquisa mais ampla, incluindo a análise de um número maior de obras, autores diversos, de outras regiões e variedade de gêneros literários, a fim de consolidar conceitualmente a noção de livro-arquivo e expandir seu campo de aplicação.

Dessa forma, ao refletir sobre as relações entre literatura, memória, história e arquivo, esta dissertação procurou evidenciar como determinadas obras literárias, especialmente aquelas voltadas para contextos locais, podem transcender seu caráter original e se constituírem como verdadeiros arquivos da experiência coletiva. Ao propor o conceito de *livro-arquivo*, buscou-se ampliar o olhar sobre o potencial das narrativas literárias na preservação da memória social, especialmente em contextos onde os arquivos oficiais são escassos, inacessíveis ou fragmentários. A cidade de Oliveira, com sua rica produção memorialística, revelou-se um campo fértil para essa análise, demonstrando que a literatura, quando atravessada pela vivência e pela intenção de registrar, pode desempenhar um papel fundamental na construção e salvaguarda das identidades locais. Espera-se que este trabalho contribua para novas investigações que aprofundem essa perspectiva e ampliem o debate sobre as múltiplas funções dos livros no campo da historiografia, da literatura e da arquivística.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÔNICAS

A Casa do Saber e a História do Brasil. São Paulo: Casa do Saber, 2013. Disponível em: <https://assets.casadosaber.com.br/files/648c842d5e2d8046437266.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024.

A História da Leitura, das Práticas de Leitura e da Escrita, Segundo Roger Chartier. In: XXVII Simpósio Nacional de História - ANPUH: [s. n.], 2013. Anais [...]. [S. I.]: ANPUH, 2013. ISSN 978-85-98711-11-9. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/33-snh27>. Acesso em: 28 set. 2023.

ALMEIDA, Marcio; RIBEIRO, João Bosco. *História Contemporânea de Oliveira: 1961 – 2011*. Oliveira: Editora Gazeta de Minas, 2011.

Arquivo Municipal de Oliveira. Fundação Casa da Cultura Carlos Chagas. Documentação avulsa. [s. d.].

ASSIS ALVES, Jéssica Santana de. *Possibilidades no estudo de indivíduos: a microhistória como aparato para analisar trajetórias*. Temporalidades – Revista de História, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. [faixas de página se disponíveis], jan./abr. 2019. ISSN 1984-6150. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/article/download>. Acesso em: 16 jan. 2025.

AUSTEN, Jane. *Mansfield Park*. Tradução de Rachel de Queiroz. São Paulo: Global Editora, 1983.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. *Arquivo e Memória: Uma relação dissociável*. TransInformação, [S. l.], p. 55-61, jan./abr. 2009.

BARROS, José D'Assunção. *Sobre a Feitura da Micro-História*. OPSIS, Seropédica, v. 7, n. 9, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://arquivos.ufrj.br/arquivos>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BARROS, Reynaldo. *Francisco de Paula Leite e Oiticica*. Baseado em: BARROS, F. A B C das Alagoas; CÂM. DEP. Deputados brasileiros; LEITE NETO, L. Catálogo biográfico. v.2, p.887/8. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OITICICA,%20Francisco%20de%20Paula%20Leite%20e.pdf>. Acesso em: 17 set. 2023.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: Tratamento Documental*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Pessoais em Face da Teoria Arquivística Tradicional: Debate com Terry Cook*. Estudos Históricos, [s. l.], 1 jul. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/287>. Acesso em: 11 dez. 2024.

BERNARDO, F. R. *Em busca do tempo perdido: arquivos e história*. História & Ensino, Londrina, v. 17, n. 1, p. 107–126, 2011. Disponível em:

<https://revistas.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/8629>. Acesso em: 16 jan. 2025.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. 44 ed. São Paulo: Cultrix, 2015.

BOM SUCESSO. *História e dados*. Prefeitura Municipal de Bom Sucesso. Disponível em: <https://bomsucesso.mg.gov.br/historia-e-dados/>. Acesso em: 13 set. 2023.

BURKE, Peter. *A Escrita da história: novas perspectivas*. Peter Burke (org.); Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. - (Biblioteca básica)

BRAGA, Francisco José dos Santos. *Notas Sobre o Município da Oliveira (publicadas em 1882), por Francisco de Paula Leite e Oiticica*. Blog de São João del-Rei, 18 maio 2016. Disponível em: <https://saojoaodel-rei.blogspot.com/2016/05/notas-sobre-o-municipio-da-oliveira.html>. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRAGANÇA, Gustavo Moura. Dissertação de mestrado: *Corpo entre relíquias - Arquivo e imagem na literatura contemporânea*. Capítulo 3: Arquivo e Literatura, de KE Schollhammer. PUC-RIO, Certificação Digital nº 0710508/CA, 2009 — Rio de Janeiro. Março de 2009

CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés-do-chão*. In: CANDIDO, Antonio (org.). *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas/Rio de Janeiro: Editora UNICAMP/Fundação Casa Rui Barbosa, 1992[1981], pp. 13-22.

CARDOSO FILHO, Antônio. *Teoria da Literatura I*. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, CESAD, 2011. ISBN 978-85-7822-163-8.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 7ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CHAGAS, M. D. S. *Cultura, patrimônio e memória*. 1º Congresso Internacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus 17 a 22 de março de 2002, São Paulo. Disponível em <https://mariochagas.com/wp-content/uploads/2020/05/36culturapatrimonio.pdf>

CHAGAS, M. D. S. (1). *Em Busca Do Documento Perdido: A Problemática Da Construção Teórica Na Área Da Documentação*. *Cadernos De Sociomuseologia*, 2(2). Obtido de <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534>, 1994

CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime*. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

CLÜVER, Claus. *A new look at an old topic: ekphrasis revisited*. São Paulo: Todas as Letras, v. 19, n. 1, p. 30-44, 2017. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/view/10365/6406>

CLÜVER, Claus. *Intermedialidade. Pós*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da UFMG. Vol 1, n. 2, p.8-23, nov. de 2008. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/revistapos/index.php/pos/article/view/16>

COOK, Terry. *Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um Entendimento Arquivístico Comum da Formação da Memória em um Mundo Pós-Moderno*. Estudos Históricos, [s. l.], 1 jul. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/287>. Acesso em: 16 dez. 2024.

CORDEIRO, Carlos Antônio. *Nossa Gente: José Demétrio Coelho*. BOCA DA MATA, Carmo do Cajuru, ano XXI, n. 8, 20 maio 2013. Cultura.

CUNHA, Ernesto Antônio Lassance. *Estudo Descritivo da Viação Férrea do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909. 633 p.

DEMÉTRIO COELHO, José. *Recordações de Oliveira*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1950.

DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo: Uma Impressão Freudiana*. Tradução Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Tradução Waltensir Dutra; [revisão da tradução João Azenha Jr.]. - 6ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ESPADA LIMA, Henrique. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006. 528 p.

FLÁVIA. *O Herbário Virtual A. de Saint-Hilaire*. Blog do CRIA, 22 jul. 2013. Disponível em: <https://blog.cria.org.br/2013/07/o-herbario-virtual-de-saint-hilaire.html>. Acesso em: 26 jun. 2024.

FRAIZ, Priscila. *A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema*. Estudos Históricos, [s. l.], 1 jul. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/287>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GUIMARÃES NETO, Regina B. *Historiografia e Narrativa: do arquivo ao texto*. Revista Cidadania e Luta, v. 28, n. 1, p. [faixas de página se disponíveis], jan./jun. 2010. DOSSIÊ: Memória, Narrativa, Política. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaclio/article/view/24245>. Acesso em: 16 jan. 2025.

GOMES, Ângela de Castro. *Nas Malhas do Feitiço: o Historiador e os Encantos dos Arquivos Privados*. Estudos Históricos, [s. l.], 1 jul. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/287>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GONZAGA DA FONSECA, Luís. *História de Oliveira*. Belo Horizonte: Ed. Bernardo Álvares S/A., 1961. 457 p.

GINZBURG, Carlo. *O Fio e os Rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, 454p

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA., 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Histórico do município de Oliveira (MG)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/oliveira/historico>. Acesso em: 16 jan. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Histórico do município de Ribeirão Vermelho (MG)*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ribeirao-vermelho/historico>. Acesso em: 13 set. 2023.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão ... [et al.] -- Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LEITE E OITICICA, Francisco de Paula. *Notas Sobre o Município da Oliveira*. Rio de Janeiro: Matheus Costa & Cia, 1882. 37 p.

LIMA, Luiz Costa. *A questão dos gêneros*. In: LIMA, Luiz Costa. Teoria da literatura em suas fontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v.1, cap. 7.

LOPES, Paula Cristina. *A crônica (nos jornais): O que foi? O que é?* In: Biblioteca online de ciências da comunicação, Universidade Autónoma de Lisboa, p. 1-12, 06 nov 2005. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-cronica-lobes.pdf>, Acesso em: 05 abr. 2023.

MARQUES, Reinaldo. *O arquivo literário como figura epistemológica*. Rio de Janeiro: Matruga, v.14, n.21, p.13-p.23, jul./dez. 2007.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público*. Estudos Históricos, [s. l.], 1 jul. 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/287>. Acesso em: 11 dez. 2024.

MIRANDA, Antônio. *Márcio Almeida*. Brasília: Portal de Poesia Ibero-americana [S. l.], 2007. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/iberoamerica/brasil/marcio_almeida2.html. Acesso em: 15 mar. 2023.

MIRANDA, Antônio. *Luiz Gonzaga da Fonseca*. Brasília: Portal de Poesia Ibero-americana [S. l.], ago. 2023. Disponível em: http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_brasis/minas_gerais/LUIZ%20GONZAGA%20DA%20FONSECA.html. Acesso em: 28 mar. 2023.

MIRANDA JÚNIOR, Robson Freitas de. *A história como “logos do outro”: Michel de Certeau e a operação historiográfica*. Temporalidades, [s. l.], ano 2, v. 11, ed. 29, 18 nov. 2023. Disponível em: editorx03,+11-DT_A+historia+como+logos+do+outros_Robson+Freitas+Jr. Acesso em: 28 set. 2023.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História – A problemática dos lugares*. Tradução Yara Aun Khoury. Revista Projeto História, São Paulo, nº 10, p. 7-28, 10/12/1993.

PIMENTA, Márcio Flávio Torres. *Arquivos literários, lugares de memória*. Dissertação, 2012.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

RIBEIRO BARROS, Geraldo. *Revista Vida dos Municípios*. Oliveira: 1952.

RIBEIRO, Francisco. *A viagem de Saint Hilaire: Um olhar crítico sobre o Rio Grande do Sul*. Jornal JÁ, 4 jun. 2018. Disponível em: <https://www.jornalja.com.br/cultura/a-viagem-de-saint-hilaire-um-olhar-critico-sobre-o-rio-grande-do-sul/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. [S. l.]: Editora da Unicamp, 2008.

SÁ, Jorge. *A crônica*. São Paulo: Ática, 2008.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às Nascentes do Rio São Francisco*. Tradução de Regina Regis Junqueira - 2ª ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; 2004. 190p.

SOARES, Magda. *Metamemória – memórias. Travessia de uma educadora*. São Paulo: Cortez, 1991.

TICIANELI, Edberto. *Famílias na política alagoana do século XX – (9) Oiticica*. História de Alagoas, 26 jul. 2018. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/familias-na-politica-alagoana-do-seculo-xx-9-oitica.html>. Acesso em: 03 jul. 2024.

TICIANELI, Edberto. *História do primeiro e polêmico Banco do Estado de Alagoas*. História de Alagoas, 26 jul. 2018. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-primeiro-e-polemico-banco-do-estado-de-alagoas.html>. Acesso em: 16 jan. 2025.

VAZ, Mucio Jansen. *Estrada de Ferro Oeste de Minas - Trabalho histórico-descriptivo - 1880-1922*. Companhia Estrada de Ferro Oeste de Minas, 1922.

VIEIRA, Miriam de Paiva. *Ecfrase arquitetônica: um modelo interpretativo*. Aletria Revista de Estudos de Literatura, 2 out. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/320178236_Ecfrase_arquitetonica_um_modelo_interpretativo. Acesso em: 18 nov. 2023.

WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Tradução José Laurênio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.

WHITE, Hayden. *Trópicos do Discurso: Ensaio sobre a Crítica da Cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto – 2ª ed., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.